



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de São José do Rio Preto

Elaine Afonso

A modernidade como violência e horror: a burocratização e a desumanização da vida em *É isto um homem?*, de Primo Levi

São José do Rio Preto
2017

Elaine Afonso

A modernidade como violência e horror: a burocratização e a desumanização da vida em *É isto um homem?*, de Primo Levi

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Letras, junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de São José do Rio Preto.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Scheel

São José do Rio Preto
2017

Afonso, Elaine.

A modernidade como violência e horror: a burocratização e a desumanização da vida em *É isto um homem?*, de Primo Levi / Elaine Afonso. -- São José do Rio Preto, 2017
110 f.

Orientador: Márcio Scheel

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas

1. Literatura italiana - História e crítica. 2. Literatura e história. 3. Civilização moderna. 4. Auschwitz (Campo de concentração) 5. Holocausto judeu. 6. Levi, Primo - Crítica e interpretação. 7. É isto um homem? 8. Violência. I. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. II. Título.

CDU – 850.09

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IBILCE
UNESP - Câmpus de São José do Rio Preto

Elaine Afonso

A modernidade como violência e horror: a burocratização e a desumanização da vida em *É isto um homem?*, de Primo Levi

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Letras, junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de São José do Rio Preto.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Márcio Scheel
UNESP – São José do Rio Preto
Orientador

Prof. Dr. Arnaldo Franco Júnior
UNESP – São José do Rio Preto

Prof^a. Dr^a. Cláudia Fernanda de Campos Mauro
UNESP – Araraquara

São José do Rio Preto
04 de setembro de 2017

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Matilde e João Carlos, que são minha base e meu exemplo de persistência. Eles me incentivaram e me apoiaram em minhas escolhas, a eles que vibram junto comigo em minhas conquistas e que me dão o suporte que me segura firme e não me permite desabar em momentos de turbulência. A eles que foram os primeiros a receberem a notícia de que eu tinha sido aprovada no mestrado e que realizaria um sonho que não era só meu, mas que também era deles.

Aos milhões de judeus que não puderam desabafar e às suas famílias, que não puderam se despedir.

Ao escritor Primo Levi e aos demais escritores que tiveram coragem de reabrir as feridas e contar suas histórias.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família. Aos meus pais (a quem dedico o trabalho) e à minha irmã Celina, que nunca duvidaram de minha capacidade e que sempre me ajudaram a ter forças.

Aos meus avós, *in memoriam*, pois sei que estariam muito orgulhosos de mim. Em especial à minha avó materna, Eliza, que foi quem me levou à escola no primeiro dia de aula, que se alegrou ao saber que havia iniciado o mestrado, mas que, infelizmente, não pode me ver terminar.

Ao meu namorado e futuro marido, Alexandre, por admirar o meu trabalho, dividir comigo as preocupações, por me incentivar a prosseguir sem desanimar e por me fazer acreditar mais em mim mesma.

Ao meu orientador, Márcio Scheel, pela parceria, pela ajuda e pelo incentivo; a ele que me deu, inicialmente, a oportunidade de um estágio básico, o qual foi fundamental para que eu decidisse com o que trabalharia. Esse estágio se transformou em iniciação científica e resultou no projeto deste trabalho.

Aos professores que participaram da banca de qualificação, Álvaro Hattner e Arnaldo Franco Júnior. A este agradeço duplamente por ter feito parte, também, da banca de defesa, juntamente com a professora Cláudia Fernanda de Campos Mauro. Agradeço por terem enriquecido o meu trabalho.

À todos os meus professores que, de alguma maneira, contribuíram com minha formação e ajudaram a constituir meu conhecimento e minha visão crítica.

Aos meus amigos e amigas que tornaram meu caminho mais leve e que sempre confiaram em meu potencial, cito, em especial, Maitê, Carol, Vanessa e Bia.

Aos amigos que a universidade me deu de presente, aqueles que estiveram ao meu lado durante os vários anos de estudos e que permanecerão sempre em meu coração como a marca de uma fase muito agradável de minha vida. Em especial Vanessa, Jean, Roberta e Letícia.

À universidade UNESP/IBILCE, que foi minha segunda casa durante anos e que me trouxe aprendizados, conhecimentos, que me trouxe amigos e a superação de meus medos e inseguranças.

Muito obrigada a todos!

RESUMO

Este trabalho consiste no estudo das relações entre modernidade, racionalização e violência no livro *É isto um homem?*, de Primo Levi. Este autor é um judeu italiano, personagem central de sua obra, que consiste no testemunho daquilo que viveu em Auschwitz, um dos maiores campos de concentração nazista. No livro, o autor recria, por meio da linguagem, um mundo extraliterário, o do campo, com sua arquitetura própria, sua organização interna e suas formas de controle e extermínio. Primo Levi narra as atrocidades cometidas por seres humanos contra outros seres humanos, de uma forma bárbara, deixando claro que, quando a luta é pela sobrevivência, os valores éticos e morais são postos à prova; ao mesmo tempo em que, no caso do carrasco, verdadeiras faces se revelam, trazendo à tona a força da barbárie e sua capacidade de ultrapassar todos os limites humanos. Primo Levi narra os fatos sentindo-se como que incumbido de um dever moral para com a sociedade, dever de falar em nome daqueles que não sobreviveram. Apesar da dificuldade de representação de sua experiência traumática, Levi expõe todo um sistema burocraticamente organizado que possibilitou que Auschwitz chegasse a ser o próprio horror; lugar onde a razão instrumentalizada desfez os princípios iluministas de progresso e animalizou os homens, condenados a uma violência destrutiva e mortífera, que, por sua vez, foi subsidiada pela própria noção de progresso e desenvolvimento técnico que marcou os ideais da modernidade.

Palavras-chave: *É isto um homem?*. Primo Levi. Modernidade. Burocratização. Animalização.

ABSTRACT

*This work aims at studying the relationship that exists among modernity, rationalization and violence in the book *Is this a man?*, by Primo Levi. This author is an Italian Jewish, the central character of his book, which consists in the testimony of what he lived in Auschwitz, one of the biggest Nazi concentration camps. In the book, the author recreates, through language, an extra literary world, that of the camp, with its own architecture, its organization and ways of control and extermination. Primo Levi tells the atrocities committed, in a barbaric way, by human beings against other human beings, which makes clear that, when the fight is for survival, ethical and moral values are tested; likewise, in the case of the executioner, true faces are revealed, showing the force of barbarism and its capacity of exceeding all the human limits. Levi tells the facts feeling as if in charge of a moral duty towards the society, the duty of speaking for those who did not survive. Despite the difficulties of representation of his traumatic experience, Levi exposes the whole bureaucratically organized system that made possible that Auschwitz ended up being the horror itself; the place where the instrumentalized reason destroyed the illuminist principles of progress and made men become animals, condemned to a destructive and deadly violence, that was subsidized by the notion of progress and technical development, which were signals of the modernity purposes.*

Keywords: *Is this a man?. Primo Levi. Modernity. Bureaucratization. Animalization.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. DO DESEJO DE PROGRESSO AO ALCANCE DA DECADÊNCIA.....	13
2. A BUROCRATIZAÇÃO DOS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO E A BARBÁRIE QUE TRANSFORMOU HOMENS EM ANIMAIS.....	28
2.1 O sistema burocrático de organização e a racionalidade técnica instrumental gerenciados pela modernidade.....	29
2.2 A animalização do homem.....	52
3. ANÁLISE DE <i>É ISTO UM HOMEM?</i>, DE PRIMO LEVI.....	63
3.1 O regime nazista e a burocratização de suas formas de desumanização.....	63
3.2 A bestialização do homem ocasionada pelo próprio homem, também desprovido de sua humanidade.....	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS.....	107

INTRODUÇÃO

Atualmente vivemos em um período muito fluido, diversos acontecimentos em um curto espaço de tempo. O noticiário é visto pela manhã, mal temos tempo de assimilar essas notícias e, à noite, nos são “despejadas” outras informações cujo conteúdo pode ser muito desagradável. É fato que o contingente de informações com o qual temos de lidar diariamente é muito grande, e este é um dos reflexos que a modernidade incute em nosso cotidiano. Essa gama de informações novas acaba por fazer com que nos esqueçamos dos acontecimentos passados, não menos importantes do que os atuais. Um dos exemplos dessa amnésia é a barbárie cometida contra seres humanos durante a Segunda Guerra Mundial.

Este trabalho visa trazer para a atualidade, discutir e buscar compreender melhor o universo concentracionário sob poder nazista. Nossa pretensão não é justificar o injustificável, nem punir os culpados que a justiça não foi capaz, o que se pretende é lembrar uma das piores catástrofes que marcaram a história da humanidade. É verdade que as autoridades buscaram durante o século XX, e buscam até hoje, “mascarar” ou “camuflar” a realidade dos campos de concentração, encobrir o que houve para não “chocar” a sociedade. Porém, é necessário que seja do conhecimento de todos algo que faz parte da História e que, apesar dos muitos esforços políticos, não pode e não deve ser apagado ou esquecido debaixo de outros acontecimentos.

A literatura é nosso auxílio nesse sentido, são os relatos das vítimas que mostram como se deram os fatos e tornam o público conhecedor do inimaginável. É a literatura que resgata e que não permite que a verdade se perca. Neste trabalho nosso foco será a obra *É isto um homem?*, de Primo Levi. Considerado testemunha autêntica do massacre que assolou a Europa, Primo Levi é um dos poucos sobreviventes que resistiram a Auschwitz e, justamente por ser considerado exceção, em vista do número de mortos produzido pelos campos de extermínio, Levi se propõe a falar. O livro é fruto de sua coragem para mostrar ao mundo uma verdade que não seria conhecida se não fosse pelo esforço de sua memória e pelo seu próprio esforço para rememorar aquilo que se pretendia esquecer.

Nosso trabalho tem por objetivo buscar entender como o projeto da modernidade desenvolveu-se em função de uma noção ambígua de progresso, entendido como o desenvolvimento de uma racionalidade técnica capaz, a um só tempo, de dominar a natureza, mas também de subjugar os homens. Nossa proposta é compreender como essa dimensão ambígua da modernidade pode ser percebida no modo como a obra de Primo Levi representa todo um sistema de controle, dominação e extermínio baseado na eficiência e na técnica,

buscando entender, por meio dos relatos deste sobrevivente de um campo de concentração, como a modernidade contribuiu, também, para o desenvolvimento de uma racionalidade instrumentalizada, organizada, burocratizada, que conduziu a extremas formas de violência, culminando com a destruição moral e física dos prisioneiros.

A partir do objetivo geral, buscaremos analisar como é descrito no livro o processo de burocratização, como a racionalização técnica, entendida já como uma distorção dos ideais iluministas e atrelada à instrumentalização do trabalho, conduz a um sistema de servidão que primordialmente toma os judeus como úteis e os condena a escravos. Buscaremos, também, analisar na obra de Levi, passagens em que o indivíduo é descrito sem humanidade, vítima de uma alienação profunda que o desagrega de sua condição de ser humano, estando este condenado à bestialização. Com isso, intentamos realizar um trabalho interpretativo e analítico que possa revelar de que modo *É isto um homem?* nos permite compreender os desdobramentos negativos e perigosos de uma ideia de modernidade que, ao se fixar no ideal de domínio técnico e instrumental da natureza, visando o progresso material, acabou por alienar o homem de sua própria humanidade e conduzir a civilização às fronteiras da barbárie.

O primeiro capítulo traz uma discussão acerca da modernidade. Buscamos fazer uma distinção entre os conceitos modernidade, modernismo e modernização, bem como compreendê-los. A modernidade deve ser compreendida como um fenômeno que é, ao mesmo tempo, histórico, social, político e cultural. Ela representa uma percepção crítica e autocrítica de si mesma e, desse modo, é preciso compreender que a modernidade transformou a sociedade. A industrialização trouxe uma grande evolução para os meios de trabalho, ela propiciou ao homem o domínio da técnica. No entanto, a mesma racionalidade técnica que visava apenas avançar e progredir mostrou que seu alcance não conduz somente ao progresso, mas pode conduzir o homem ao egoísmo, à despreocupação com o outro, ao abuso dos recursos naturais e ao exagero na busca pelo conhecimento.

Além disso, o saber proporcionado pela modernidade passa a ser limitado, o homem não possui um conhecimento abrangente, mas se robotiza, ou seja, se especializa em uma única função. O poeta Baudelaire previu, tempos antes, a crise que se desencadearia na mesma sociedade que acreditava no capitalismo de livre concorrência. O século XX é o século da mudança, são realizados investimentos em técnicas especializadas e em pesquisa, a indústria passa a produzir mais em menos tempo; a ciência liberta os homens de credences improvas, como queriam os iluministas; invenções como o telefone facilitam a vida das pessoas e a máquina substitui o homem. Mas a despreocupação com a coletividade e a busca desenfreada por vantagens e pelo domínio culminou com a criação dos campos de extermínio,

lugar que extinguiu a vida de milhões de pessoas. A modernidade é um grande paradoxo, uma contradição; a humanidade mergulhou em um universo de saber e, ao mesmo tempo, de destruição.

O segundo capítulo está dividido em duas partes: a primeira está focada na burocratização que cercava os campos de concentração e a segunda parte tem como objetivo trabalhar com o problema da animalização do homem. Na primeira parte enfatizaremos o fato de que o progresso, outrora pregado pelos iluministas, converteu-se em barbárie e o nazismo é prova disso. O nazismo fez uso do conhecimento adquirido pelos homens ao longo do tempo para produzir algo terrível: o domínio e a destruição do próprio homem. Amparados pela burocracia, também fruto da modernidade, os nazistas foram capazes de projetar os campos de concentração com a máxima organização. Cada detalhe de Auschwitz e do processo de extermínio de seres humanos havia sido pensado previamente para que nada saísse do controle. A modernidade não previa que os princípios arraigados a ela fossem capazes de conduzir ao extremo: o holocausto. Porém, foram o conhecimento e o desenvolvimento científico patrocinados por ela que tornaram possível que acontecesse esse massacre e a sociedade, que se pretendia esclarecida e inovadora, retrocedeu ao barbarismo.

A estrutura do campo de extermínio foi pensada não só para abrigar seres humanos, mas para transformá-los em animais. Não bastava manter como prisioneiros pessoas que seriam exterminadas; foi preciso usar de sua força e destruir sua moral, condená-los às mais penosas humilhações por meio de força e de violência. Disso tratará a segunda parte do segundo capítulo. De tal modo destituídos de sua identidade e de seus hábitos comuns, os homens se transformaram em seres autômatos, incapazes de reagir a qualquer situação a que fossem submetidos. Envolvidos por um discurso de ódio, os “seres” levados para o campo eximiam a sociedade dos sentimentos de piedade e compaixão. Mostraremos, nesta parte, que o ódio contra os judeus não era desmotivado, havia razões para que o Estado os quisessem longe. Já dentro do Campo os prisioneiros seguiam a premissa de que trabalhar era o meio de se manter vivo e, assim, muitos morriam por exaustão, mesmo antes de serem levados para as câmaras de gás. Eles contribuía com as leis do campo, e essa lei tinha como pretensão máxima a extinção de homens totalmente despersonalizados.

O terceiro e último capítulo deste trabalho conta com a análise propriamente dita da obra em questão. Este capítulo está ilustrado com passagens que comprovam a nossa investigação, bem como com reflexões acerca dessas passagens de modo a embasá-las por meio de nosso estudo teórico realizado nos capítulos anteriores a respeito da modernidade, da

burocratização dos campos e da animalização a que foram submetidos os seres que adentraram os portões da máquina de extermínio conhecido como Auschwitz.

1. DO DESEJO DE PROGRESSO AO ALCANCE DA DECADÊNCIA

Pensar em modernidade remete as pessoas a diversos outros conceitos associados, tais como, modernismo, modernização, moderno e entre outros termos ligados ao tema. No entanto, apesar de estarem ligados, esses conceitos não podem ser considerados termos genéricos para definir algo único. Iniciemos este capítulo, portanto, de modo a distinguir modernidade, modernismo e modernização para que possamos refletir acerca de suas principais e mais destacadas características. De acordo com Lefebvre (1969),

O Modernismo manifesta-se há dezenas de anos, talvez há séculos. De modas em esnobismos, de ilusões em figurações esta consciência exaltante-exaltada pelo novo metamorfoseou-se e repetiu-se ao mesmo tempo; ela tem uma história. O mundo moderno avança precedido ou seguido de suas sombras: crises múltiplas, sempre mais frequentes e mais profundas, contradições e confusões inextricáveis, dramas e catástrofes (p. 4-5).

Para esse autor, o conceito de Modernismo difere muito do de Modernidade, já que, segundo ele:

Por *Modernidade* nós compreendemos, ao contrário, uma reflexão principiante, um esboço mais ou menos adiantado de crítica e de autocrítica, numa tentativa de conhecimento. Nós o alcançamos numa série de textos e de documentos, que trazem a marca de sua época e entretanto ultrapassam a incitação da moda e a excitação da novidade. A Modernidade difere do Modernismo como um conceito em via de formulação na sociedade difere dos fenômenos sociais, como uma reflexão difere dos fatos (p. 4).

De maneira bastante sucinta, Lefebvre (1969) assim diferencia esses dois termos “A primeira tendência – certeza e arrogância – corresponde ao Modernismo; a segunda – interrogação e reflexão já crítica – à Modernidade. As duas, inseparáveis, são dois aspectos do Mundo moderno” (p. 5). A Modernidade possui, desse modo, o papel de refletir sobre o que acontece com a sociedade, de refletir sobre as transformações que surgiram juntamente com o novo, com o moderno, refletir sobre os avanços e, principalmente, sobre as crises que a humanidade enfrenta e cuja transformação modificou ferrenhamente seu estilo de vida, suas preocupações, sua maneira de entender ou de não entender o que acontece na vida das pessoas. A modernidade é uma era histórica, um fenômeno ao mesmo tempo social, histórico, político e cultural; social, pois os ambientes foram transformados, a era das máquinas propiciou a industrialização, aconteceu uma explosão demográfica; histórico, pois acontece uma revolução com relação a tudo o que havia sido vivido antes, especialmente no que concerne aos conhecimentos científicos e tecnológicos; político, com o surgimento de novas

formas de poder e uma enorme luta de classes, os Estados nacionais ganharam poder e se estruturaram burocraticamente; e, sobretudo, cultural, com a pintura, a poesia, o romance, a arquitetura, a escultura; os movimentos de arte fizeram com que o conhecimento e as novas ideias ganhassem novas dimensões e novos alcances.

Desse modo, a modernidade implica uma percepção crítica e autocrítica de si mesma, do tempo histórico, do homem, da linguagem e das formas de pensar o mundo, o desenvolvimento, a ideia de progresso, a arte e a consolidação da sociedade burguesa. Para Gumbrecht (1998): “Entre o Início da Modernidade e nosso presente epistemológico há um processo de modernização, abrangendo as décadas em volta de 1800, que gerou um papel de observador que é incapaz de deixar de se observar ao mesmo tempo em que observa o mundo” (p. 13). Ou seja, ao buscar sentidos para o mundo, o homem acaba por buscar sentidos para si mesmo, com vistas a melhor entender a sua própria posição frente a todas as transformações que estão em andamento. Nesse sentido, a modernidade aflora, como um momento de autoconsciência, principalmente ao longo do século XIX.

Em seu livro, *Modernidade: desacertos de um consenso*, Mello e Souza (1994) trata os conceitos de Modernismo e Modernidade também de maneira bem distinta. Para ele:

A arte moderna transforma-se em função da dinâmica implícita na “modernidade” entendida como cultura típica. Dessa forma reflete seus dois principais componentes: o otimismo tecnológico e o pessimismo cultural. O “modernismo” é nome preferencial para um de seus braços: o que se inclina para aceitar o otimismo tecnológico e as conquistas da época como bases de reflexão do artista e apoio filosófico para orientar seus projetos de acordo com concepções da história e do futuro marcadas pela confiança no progresso (p. 82).

De acordo com essa passagem, o modernismo, seria, portanto, uma ramificação da modernidade, algo visto com bons olhos e que confia no novo como algo capaz de modificar o panorama do mundo e do tempo em que o mesmo modernismo se manifesta.

O “modernismo”, portanto, não resume o clima contido na transformação artística que surge em resposta aos dramas e perplexidades criadas pelo surgimento historicamente súbito da “modernidade”. Deve ser entendido como uma de suas múltiplas manifestações. Acima de tudo deve ser entendido como filiado à corrente ideológica que defende e sustenta as ideias relativas ao endeusamento do “progresso” (p. 93-94).

Mas o autor não vê a modernidade com esses mesmos olhos:

A modernidade é o nome reservado para uma nova cultura. Longe de ser ponto final da história, tem tudo para ser o começo de novo ciclo, o ciclo da “Indústria”, se os homens o permitirem. Pode falhar como

cultura, mas seu desenlace histórico só nos pode chegar de forma súbita, sob a forma de holocausto militar ou ecológico (p. 29).

De acordo com sua visão, a consequência da modernidade será sempre algo negativo, carregará consigo os acidentes e catástrofes que a humanidade enfrentará, trará os “efeitos colaterais”, se assim podemos dizer, de uma sociedade que se industrializou, que se modernizou, que passou a produzir mais em menos tempo, que dominou a técnica, a máquina e que dominou os próprios homens. A modernidade é esse paradoxo que traz o avanço, o progresso, mas que contém, nessa mesma perspectiva, a despreocupação com o outro, com a natureza do trabalho e das relações que se impõem ao outro, com a natureza como mundo natural, ou seja, meio ambiente, e com os próprios espaços em que se vive e as condições de vida nesses espaços.

Como vimos, o conceito de modernidade é marcado pela ideia de pessimismo, mas esse pessimismo não existe quando se trata do conceito de modernização, aqui, o que interessa é o desenvolvimento econômico. Para Mello e Souza a “‘Modernização’, portanto, é conceito usado para definir o processo de transformação da sociedade ocidental com a lenta difusão de instituições que surgem em resposta à transformação da economia pela industrialização progressiva” (1994, p. 66). Os teóricos da modernização não enxergam esse processo como algo negativo, pelo contrário, veem-no como algo bom, enaltecem a ciência e a técnica como propulsores do progresso, já que:

O progresso tecnológico e científico para eles revela a aurora de um novo amanhecer conduzido pelas mãos da informática. Estaríamos, na verdade, no limiar de um salto histórico qualitativo, no umbral da utopia. A ciência em desenvolvimento acelerado fornece respostas para a escassez, a substituição de matérias-primas, o domínio do espaço visível, ou do microcosmo invisível permitindo mudar muitas coisas, inclusive o próprio homem, com a utilização crescente da engenharia genética e da inteligência artificial (MELLO E SOUZA, 1994, p. 70).

Nessa passagem, Mello e Souza já trata da ideia de modernização aplicada ao mundo contemporâneo em que vivemos, mas, de certo modo, ela ajuda a iluminar a própria noção de modernidade tal qual tomam consciência os artistas e intelectuais do século XIX, como Baudelaire, por exemplo, que vão entender a modernidade e a modernização como algo contraditório, suspeitando justamente do progresso técnico como única promessa de transformação da vida humana.

De acordo com esses conceitos vistos até o momento, o problema, estaria, de fato, na modernidade, pois é aqui, onde se reflete sobre as transformações sociais e suas

consequências, que aparecem os efeitos da despreocupação dos adeptos da modernização com a natureza, com o homem e com o mundo em função de uma busca desenfreada pelo conhecimento técnico, que eles veem como parte de um processo que levará a humanidade rumo à conquista do progresso material, entendido como única fonte a garantir, efetivamente, o bem estar social que deverá ser partilhado entre todos os homens, o que está longe de ser uma verdade verificável no próprio mundo social e nas vivências humanas.

Neste ponto, faz-se importante refletir sobre como todos esses conceitos penetraram na sociedade e de que modo. Carlos Vogt, no prefácio do já referido livro de Mello e Souza (1994), diz haver um “descompasso de indicações quanto à gênese do fenômeno cultural”, a saber, a modernidade (p. 10). Isto porque alguns teóricos marcam o início da modernidade a partir da Revolução Industrial, outros com a ascensão do Iluminismo, a revolução científica, a Renascença, outros chegam a recuar ao paleolítico.

Mello e Souza (1994) nos lembra que o adjetivo “modernus”, no baixo latim, referia-se à época atual, no entanto, para os padres, tudo que fosse “modernus” estava ligado a algo satânico, porque a igreja não quer que o modo de pensar dos homens afete sua maneira engessada de induzir as pessoas a acreditarem naquilo que é correto para ela (p. 24). Esse cenário começa a mudar no século XVII, mas somente no século XVIII esse termo, “moderno”, “com o qual se pretendia sublinhar o sentido de ruptura em relação ao passado dogmático, consolida essa perspectiva de valor, ampliando-se o alcance da proposta” (p. 26). Nessa fase, o iluminismo passa a ser entendido como momento de progresso espiritual que se converte, também, em avanço técnico e científico. O iluminismo propiciou ao homem a libertação dos dogmas pregados como verdades irrefutáveis, o que conferiu a ele mais autonomia por meio do uso da razão e da racionalidade, princípios altamente positivos, que garantem ao homem o esclarecimento de que este necessitava, mas, justamente os mesmos que conduzirão o homem ao abismo, no sentido de que ele usará desses princípios para produzir algo cruel. Somente no século XIX a ideia de “moderno” prospera de forma absoluta, e é neste século que surge o neologismo “modernidade”, criado por Baudelaire, pensador que sentia a fluidez do século, mas que, segundo Mello e Souza, usa mal o conceito, pois o usa como sinônimo para “vida moderna”, para “modernização” e para “modernismo” (p.19).

Parece haver um consenso entre as ideias de Mello e Souza (1994) e Berman (2007), quanto a essa inserção do conceito de Modernidade na sociedade. Berman assim descreve as fases da Modernidade:

Na **primeira fase**, do início do século XVI até o fim do século XVIII, as pessoas estão apenas começando a experimentar a vida moderna; mal faziam ideia do que as atingiu. Elas tateiam, desesperadamente mas em estado de semicegueira, no encalço de um vocabulário adequado; têm pouco ou nenhum senso de um público ou comunidade moderna, dentro da qual seus julgamentos e esperanças pudessem ser compartilhados. Nossa **segunda fase** começa com a grande onda revolucionária de 1790. Com a Revolução Francesa e suas reverberações, ganha vida, de maneira abrupta e dramática, um grande e moderno público. Esse público partilha o sentimento de viver em uma era revolucionária, uma era que desencadeia explosivas convulsões em todos os níveis de vida pessoal, social e política. Ao mesmo tempo, o público moderno do século XIX ainda se lembra do que é viver, material e espiritualmente, em um mundo que não chega a ser moderno por inteiro. É dessa profunda dicotomia, dessa sensação de viver em dois mundos simultaneamente, que emerge e se desdobra a ideia de modernismo e modernização. No século XX, nossa **terceira e última fase**, o processo de modernização se expande a ponto de abarcar virtualmente o mundo todo, e a cultura mundial do modernismo em desenvolvimento atinge espetaculares triunfos na arte e no pensamento. Por outro lado, à medida que se expande, o público moderno se multiplica em uma multidão de fragmentos, que falam linguagens incomensuravelmente confidenciais; **a ideia de modernidade, concebida em inúmeros e fragmentários caminhos, perde muito de sua nitidez, ressonância e profundidade e perde sua capacidade de organizar e dar sentido à vida das pessoas.** Em consequência disso, encontramos hoje em meio a uma era moderna que perdeu contato com as raízes de sua própria modernidade (p. 25-26, grifo nosso).

Berman questiona, ao final deste excerto, o que houve com o conceito de modernidade, pois está claro que ela não trouxe tudo o que dela se esperava e, a partir do século XX, parece ter-se perdido o controle sobre ela, e ter-se perdido o que dela era buscado, a revolução. O homem foi desvinculado do saber pela experiência, como tinha o homem agrário, o homem perde a noção de tempo, das estações do ano, dos saberes que funcionam em conjunto e garantem a ele um conhecimento mais vasto das coisas do mundo. A partir da modernidade, o saber passa a ser limitado, o homem se torna apto a desempenhar uma única função, sem que ocorra uma abrangência em seu conhecimento, suas aptidões se tornam mecanizadas.

Para Lefebvre (1969), “Há muito tempo que o ‘moderno’ se opõe ao ‘antigo’” (p. 197), ou seja, era considerado moderno aquilo que havia de mais atual, de mais novo. Na Idade-Média:

Técnicas e pesquisas inovadoras constituem desde esse período uma “modernidade” agressiva. Esse sentido polêmico se acentua no fim do século XVIII com a famosa querela dos antigos e dos modernos.

[...]

Mais tarde, o sentido polêmico se apaga; sem desaparecer, subordina-se à auto-exaltação do “modernismo” e dos gostos “modernos”. O modernismo, isto é, o culto do novo pelo novo, sua “fetichização”, aparece claramente quase no fim do século XIX (com o “estilo moderno”) (p. 198).

Ou seja, desde a Idade Média pode-se notar técnicas modernas de plantio, por exemplo, e era considerado moderno tudo aquilo que se opunha a algo velho ou ultrapassado. Ocorre um processo de aceleração desse conceito de moderno cada vez maior até no século XIX e é neste mesmo século que Marx e Baudelaire começam a buscar explicações para aquilo que é moderno, mas suas ideias são muito divergentes.

A confrontação entre os textos de Marx e Baudelaire revela uma inversão de perspectiva numa mesma situação. Durante o período histórico que anuncia a crise revolucionária de 1848, Marx elaborou sua doutrina e seu projeto fundamental. Segundo ele, a práxis revolucionária vai reduzir as separações, as cisões, as múltiplas dualidades que definem o mundo moderno. Ela vai transformar o mundo criando um outro mundo, resolvendo os conflitos internos da vida social (LEFEBVRE, 1969, p. 203).

Nesse mesmo período, Baudelaire fará uma dolorosa revisão do conceito de “Modernidade”, como nos lembra Lefebvre (1969). O chamado poeta maldito, um dos primeiros artistas e intelectuais a pensar em modernidade, já parecia prever as suas consequências, ele que fora marcado pela Revolução Francesa, despreza o mundo burguês bem como a burguesia:

[...] ele registra e aprova o fracasso da praxis revolucionária. O poeta apodera-se da dualidade e do dilaceramento. Toma partido. Ele não os aceita como tais. Não se contenta com eles. Demoníaco, agrava-os; aprofunda-os, para encontrar neles o germe de uma transformação ideal que substituirá a transformação real, uma vez que esta não aconteceu [...] Não é apenas que o poeta constata e chore a morte da beleza. Ele constata também uma ausência, não a ausência ou a morte de Deus, mais ainda; a modernidade envolve e dissimula a ausência e o fracasso da praxis no sentido marxista: praxis revolucionária, praxis total. Ela revela essa falta. A modernidade, na sociedade burguesa, será a sombra da revolução possível e fracassada, sua paródia. [...] O texto de Baudelaire só é compreendido como provocação e desafio. Ele diz outra coisa, e muito mais, que o que ele parece dizer. Ele não aceita a sociedade burguesa como “mundo” senão para introduzir nela o terror, o desafio, a derrisão (p. 203-204).

Sim, Baudelaire estava correto, e isso pode ser percebido ainda no século XIX, o período marcado pelo capitalismo de livre concorrência termina de maneira decadente, com a crise da cultura e da arte, no plano estético, mas com a afirmação do novo imperialismo, no plano da política e da economia, das potências europeias como França e Inglaterra. O século termina, mas a crise não, e essa vai intensificar-se no século seguinte: “Um outro período, o nosso, vai abrir-se com o século XX, com o imperialismo, as revoluções, as guerras” (LEFEBVRE, 1969, p. 208). Essa crise da cultura, fundada no pessimismo, na descrença do homem na ideia de verdade acabará por desencadear a primeira guerra mundial e também a segunda, sua consequência; o niilismo, que enxerga o planeta “cheio como um ovo de técnica e de máquinas humanas, vazio de vida autêntica”, onde “paira o perigo de morte atômica” (LEFEBVRE 1969, p. 259), a poesia decadentista, bem como os movimentos de arte, como o esteticismo, agravaram o panorama conflitante que já se tinha. Em 1905, data marcada pela primeira Revolução Russa, aparecem os primeiros contornos do modernismo e da modernidade, advindos de relativos progresso e bem-estar e da euforia burguesa europeia. Mas esse período não é introduzido de maneira marcante:

Introduz-se insidiosamente, pequenos fatos, pequenos sintomas. [...] Lançarão adiante as ideias do século XIX e se acreditarão ainda na vanguarda, enquanto que se arrasarão atrás dos acontecimentos e ignorarão as metamorfoses. Tanto mais facilmente que o novo período não suprime as contradições do antigo. Ele as agrava. Acrescenta-lhes novas (LEFEBVRE, 1969, p. 208).

Nas palavras de Lefebvre (1969), 1905 representa uma “mutação”. É nesse período que as invenções técnicas se multiplicam, que o progresso técnico se intensifica, com os armamentos de guerra, e que a pesquisa tecnológica aumenta. Aos poucos as novas técnicas de construção e produção geraram novos equipamentos ou instrumentos, como a “eletricidade, motor de explosão, auto, avião”, que penetram na vida cotidiana de modo a garantir sua “organização” (p. 209). As técnicas aqui referidas invadem a vida da sociedade e transformam a realidade, na indústria, na arte da guerra, nas simples atividades de lazer:

a Modernidade, sobre um plano que não a explica mas que a revela, nasce dessas grandes mudanças. Os contemporâneos têm a impressão de uma revolução estética e científica, paralela à revolução política, e que, segundo alguns, leva a esta última, segundo outros, permitiria poupá-la. O período efervescente inicia-se em cerca de 1905 [...] Começa logo pouco antes da guerra de 1914-1918, atinge seu apogeu no fim da guerra, depois da revolução soviética, e acaba entre 1925 e 1930, com a dupla estabilização, a do capitalismo e a da revolução proletária (p. 212).

Surge então, a necessidade de investimentos em técnicas cada vez mais inovadoras e especializadas: “Acontece que processos de fabricação, das técnicas e dos materiais consideráveis são superados antes de entrar em serviço. A *usura moral* (social) dos investimentos acelera-se incrivelmente” e o domínio dessas técnicas e de novos conhecimentos passa a fazer parte de um processo de acumulação (LEFEBVRE, 1969, p. 242).

Desse modo, passa-se a investir muito dinheiro em pesquisa e conhecimento técnico e o Estado mobiliza-se para suprir esses investimentos. Como consequência, há um grande acúmulo de conhecimento técnico e científico que penetra na sociedade e acaba por modificar o cotidiano das pessoas, com a eletricidade a praticidade e o conforto são muito maiores, o telefone e o telégrafo diminuem a distância entre as pessoas e suas relações pessoais mudam, a criação dos automóveis faz com que as ruas sem alarguem e o cidadão que anda pelas ruas se torna um pedestre, agora as pessoas passam a sair mais a noite e sua rotina é afetada: “As invenções técnicas modificam a vida privada, a cidade, as paisagens, mas de maneira brutal e descontínua, sem liame” (LEFEBVRE, 1969, p. 248). Uma vez que a técnica passa a fazer parte da vida das pessoas, cria-se um novo conceito, o de “racionalidade técnica” ou de “racionalização do trabalho”, que está diretamente ligado ao novo panorama que a modernidade introduziu.

o conceito de uma “**Técnica**” impositiva, que avança por cima de nossa vontade e impõe sua cadência ao mundo do trabalho, sua própria “**racionalidade**” a sustentar conceitos como os dominantes na teoria administrativa, os da “**racionalização do trabalho**”, constitui-se em elementos de organização do pensamento crítico, orientado para entender os traços mais característicos da modernidade (MELLO E SOUZA, 1994, p. 52, grifo nosso).

De acordo com Mello e Souza (1994) “no industrialismo de massas tende a ganhar importância crescente um tipo de racionalidade cuja destreza se concentra na realização de meios cada vez mais eficientes para o logro dos objetivos não-susceptíveis de questionamento” (p. 53). Ou seja, o indivíduo é necessário para cumprir tarefas cujo resultado não deve ser e não precisa ser de seu conhecimento, nem pensado nem refletido, o trabalho é extremamente dividido, cada indivíduo desempenha uma função dentro de um todo, completamente organizado e gerido burocraticamente para que nada saia do controle, no entanto, esse indivíduo que produz está totalmente desligado do resultado de suas ações e de seu trabalho, interessa apenas que ele desempenhe sua função com maestria, sem questionar sua finalidade e, mais importante do que isso, sem questionar as ordens que recebeu. Isso é

retratado em *É isto um homem?*, de Primo Levi: os judeus cumprem as ordens que recebem de seus carrascos, mediante violência e assassinato, sem hesitar e sem contestar os porquês e as consequências de suas ações, eles simplesmente trabalham e colaboram com a burocracia, de modo a garantir sua efetividade e poder de manipulação dentro do campo de concentração.

Não compete ao homem pensar no que ele faz e em qual seria a consequência desse fazer: “Empurrados pela lógica do progresso temos de seguir nossos próprios caminhos de modo a-reflexivo. Somos suas criaturas” (MELLO E SOUZA, 1994, p. 55). Nas palavras desse mesmo autor, o indivíduo estaria reduzido à condição de “selvagem feliz”, um mero agente anônimo que produz para bem servir a sociedade moderna e cumprir suas exigências sem refletir sobre elas (p. 60). É o que também sugere Lefebvre, citando Marx:

Em nossos dias, cada coisa parece prenhe de seu contrário... Dir-se-ia que cada vitória da técnica é paga com uma perda moral. À medida que o homem torna-se senhor da natureza, ele se torna escravo de seus semelhantes... Todas as nossas invenções e todos os nossos progressos não parecem ter outro resultado senão o de dotar de vida e de inteligência as forças materiais e depreciar o homem a uma força material... Nós sabemos que as forças novas da sociedade reclamam dos homens novos que as dominem e façam-nas trabalhar. Esses homens novos, são os operários. Eles são o produto dos tempos novos, tal como as máquinas. Nos signos que desconcertam a burguesia, a aristocracia e os pobres anunciadores do declínio, nós reconhecemos nossa velha amiga, a toupeira que sabe trabalhar tão depressa sob a terra: a Revolução.” (Marx, *People's Paper*, abril, 1856 *apud* LEFEBVRE, 1969, p. 271-272).

Marx reconhece que os progressos trazidos pela Modernidade produzem efeitos depreciativos sobre o próprio homem, que seria um mero instrumento de trabalho, tal como a máquina. Neste ponto, podemos aproximar a leitura de Marx à de Mello e Souza, para quem “O homem seria um apêndice da máquina, matematizado, computadorizado, standartizado, robotizado” (MELLO E SOUZA, 1994, p. 41). Essa é a consequência para um ser que apenas cumpre ordens e é mero instrumento de realização de algo muito maior, mas que ele mesmo desconhece, e, na verdade, não se interessa por saber. O homem passa a ser, de certo modo, “programado” para cumprir tarefas e não questioná-las, faz parte de uma lógica organizacional, de uma organização burocrática que visa satisfazer os interesses do Estado e de seus líderes, sem que nenhum princípio humano seja considerado:

Novos valores, ligados à ética da esperteza e ao hedonismo imediatista, acabam por forjar-se. São derivados consequentes da generalização do espírito competitivo. “Coisificam” o homem; dificultam o florescimento espontâneo de formas compassivas de

solidariedade social. Somos todos “coisas” uns para os outros, objetos de cálculo e manipulação (MELLO E SOUZA, 1994, p. 46).

O projeto da modernidade, desde o iluminismo, esteve fundado na razão como princípio emancipador do homem e na ciência como instrumento de progresso e desenvolvimento livre das faculdades humanas. No entanto, em fins do século XIX e começo do século XX, já se pode perceber que a ideia de ciência se reduziu à noção de progresso como transformação da realidade material unicamente, e a razão em forma de compreender as possibilidades técnicas das ciências – o que, ironicamente, acaba por revelar um homem preso às ilusões da racionalidade, ao passo que se aliena cada vez no mundo do trabalho industrial.

Foi exatamente como fruto desse modo de pensar as relações humanas e de buscar aquilo que é mais vantajoso para si mesmo que surgiram, no século XX, os campos de concentração, responsáveis pelos genocídios que marcaram o século com o terror e a morte. Os prisioneiros de Auschwitz, por exemplo, tinham de trabalhar exaustivamente para cumprir as ordens dos carrascos nazistas, suas condições de trabalho eram penosas, e eles nem bem sabiam o motivo desse trabalho ou qual seria o seu resultado, na verdade, mesmo aqueles que sabiam, não viram isso acontecer; a tal fábrica que deveria ser construída para produzir borracha sintética, como nos conta Primo Levi, em *É isto um homem?* (1988), jamais chegou a produzir, mas, para que ela fosse posta de pé, muitos prisioneiros morreram por exaustão, doentes, machucados, mal alimentados e com frio. O princípio do trabalho gerenciava o campo, os prisioneiros eram induzidos a pensar que somente por meio do trabalho eles seriam libertados, mas esse modo de pensar colaborava com o sistema de organização imposto pela lógica do campo, e quanto mais trabalhavam, mais presos ficavam ao sistema que destruiu suas vidas sem jamais libertá-los. Este discurso (“O trabalho liberta”) sobreviveu aos campos de extermínio e ao nazismo. Ele vive, hoje, nas pregações dos neoliberais e no Programa do Neoliberalismo.

Os campos de concentração são um exemplo de algo produzido pelas distorções que o ideal de modernidade acabou por gerar, cuja base foi justamente o progresso, que se realizou do ponto de vista do desenvolvimento técnico e da capacidade industrial, mas não aconteceu ao nível da consciência e da observação dos valores humanos mais básicos, como o respeito à alteridade, por exemplo. Lefebvre (1969), assim nos diz: “Esta Modernidade revelada traz no seu seio suas contradições, seus princípios de auto-destruição e de destruição” (p. 212). Para Paz (2013), “Paixão vertiginosa, pois culmina na negação de si mesma: a modernidade é uma espécie de autodestruição criadora” (p. 17). Todo o avanço propiciado pela modernidade teria

suas consequências, e essas consequências incluem princípios que não dão continuidade ao tão sonhado e desejado projeto de progresso:

Quando se anunciou: “os tempos modernos”, “as técnicas modernas”... “a arte moderna”... acreditava-se ter anunciado palavras ou proposições tendo um sentido, mas nada se disse. Somente se ridicularizou uma inextricável confusão entre a moda, o atual, o “válido”, o duradouro, o contemporâneo. A palavra mudou no seio uma confusão análoga, várias vezes de sentido (LEFEBVRE, 1969, p. 216).

E o que aconteceu foi “um terrorismo, intelectual e cultural, partido de um terrorismo mais vasto e mais geral, uma vez que crescem vivamente em todos os domínios os processos e as técnicas de intimidação, da propaganda, das hierarquias burocráticas e do mandarinato” (LEFEBVRE, 1969, p. 217). Para este mesmo autor, o único método possível para pensarmos em modernidade é descobrir e compreender suas contradições (p. 220). Portanto, fica claro que a contradição é uma marca essencial da modernidade:

Esta época, a nossa, não recuou diante de nenhum horror: genocídios, exterminações maciças, guerras de destruição, grandes expurgos políticos, deslocamentos de populações, etc. A proclamação do conforto e a ferocidade fazem duas janelinhas contrastantes de um bastante singular díptico. A necessidade de segurança acompanha a insegurança, simbolizada pelo perigo nuclear. A mesma época repudia o trágico e avança na tragédia. Época da violência desenfreada, ela não quer mais ouvir falar de paixões violentas, provavelmente por saturação (LEFEBVRE, 1969, p. 222).

Ao mesmo tempo em que tudo acontece de maneira muito mais rápida e que a vida das pessoas é marcada por profundas transformações que, até certo ponto, facilitam sua vida, essas mesmas pessoas passam a se sentir muito mais solitárias, inquietas, entediadas e angustiadas. O novo produz, primeiramente, uma curiosidade, que rapidamente perderá o sentido e fará com que busquem mais e mais aquilo que é diferente e foge do convencional, ao passo que jamais estarão satisfeitas com o que é alcançado.

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos [...] Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desumanidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia (BERMAN, 2007, p. 24).

Lefebvre defende ainda a ideia de que há dois lados para serem percebidos dentro da Modernidade:

De um lado, avanço técnico acelerado, sobretudo do lado socialista, vitórias sobre a natureza material, processos cumulativos em crescimento rápido apesar dos fatores de saturação, socialização da sociedade. Do outro, estagnação relativa das relações cotidianas entre os homens, incluindo os que dependem das instituições (Estado, burocracia, mandarinato, etc.) (LEFEBVRE, 1969, p. 266).

Mas esse avanço técnico acaba por ocasionar uma alienação técnica crescente, mas desigual, a depender do país, do regime ou do setor; além disso, as possibilidades individuais acabam por estreitar-se, já que aqueles que possuem maior conhecimento e domínio da técnica, que são minoria, acabam por sobressair-se em relação aos outros indivíduos. (LEFEBVRE, 1969, p. 266-267).

Para Berman (2007), “Ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição. É sentir-se fortalecido pelas imensas organizações burocráticas que detêm o poder de controlar e frequentemente destruir comunidades, valores, vidas” (p. 21). O autor de *Tudo que é sólido desmancha no ar*, parece ter uma ideia convergente com a de Lefebvre quanto à existência dessa contradição na modernidade, além disso, Berman acha, também, possível traçar aspectos positivos e negativos que marcam os processos sociais do século XX, aos quais ele chama “modernização”.

O turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por muitas fontes: grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo de vida, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes; descomunal explosão demográfica, que penaliza milhões de pessoas arrancadas de seu *habitat* ancestral, empurrando-as pelos caminhos do mundo em direção a novas vidas; rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; sistemas de comunicação de massa, dinâmicos em seu desenvolvimento, que embrulham e amarram, no mesmo pacote, os mais variados indivíduos e sociedades; Estados nacionais cada vez mais poderosos, burocraticamente estruturados e geridos, que lutam com obstinação para expandir seu poder; movimentos sociais de massa e de nações, desafiando seus governantes políticos ou econômicos, lutando por obter algum controle sobre suas vidas; enfim, dirigindo e manipulando todas as pessoas e instituições, um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão (p. 25).

No entanto, como se pode perceber, os aspectos negativos imperam sobre os positivos e a consequência disso é, como já mostramos anteriormente, que a ideia de modernidade “perde sua capacidade de organizar e dar sentido à vida das pessoas” (BERMAN, 2007, p. 26).

Berman (2007), cita em seu livro o Manifesto de Marx, para quem a vida moderna é muito contraditória:

De um lado, tiveram acesso à vida forças industriais e científicas de que nenhuma época anterior, na história da humanidade, chegara a suspeitar. De outro lado, estamos diante de sintomas de decadência que ultrapassam em muito os horrores dos últimos tempos do Império Romano [...] Na mesma instância em que a humanidade domina a natureza, o homem parece escravizar-se a outros homens ou à sua própria infâmia. Até a pura luz da ciência parece incapaz de brilhar senão no escuro pano de fundo da ignorância. Todas as nossas invenções e progressos parecem dotar de vida intelectual as forças materiais, estupidificando a vida humana no nível da força material (MARX, 1978 *apud* BERMAN 2007, p. 29).

Nessa passagem, Marx como que “denuncia” dois lados como resultado das transformações e contradições propiciadas pela Modernidade, Lefebvre faz o mesmo, mas Bauman não faz essa separação, ele elenca, conforme vimos, em uma mesma passagem, todo o resultado dessas transformações patrocinadas pelo novo cenário mundial, ele não as distingue, uma coisa parece ser o resultado da outra, seja ela boa ou ruim. Sob esse ponto de vista é que enxerga Mello e Souza, que julga “equivocado separar, como os meros neoconservadores pretendem, os efeitos ‘benéficos’ da modernidade socioeconômica dos ‘maléficos’ relacionados com a crise da cultura”, isto porque “Seríamos passageiros de um bólido disparado em algum momento de nossa história, sem o saber e sem o querer (MELLO E SOUZA, 1994, p. 60-61).

Para esse mesmo autor, “O processo de mudança social que caracteriza a ‘modernidade’ viola uma das leis fundamentais para a estabilidade de qualquer cultura: não provê nenhum sentido axiomático para a vida” (MELLO E SOUZA, 1994, p. 48). Neste ponto, podemos salientar que a ideia de Berman está, mais uma vez, de acordo com o pensamento de Mello e Souza, quando este nos diz sobre a perda da capacidade de dar sentido à vida das pessoas, proporcionada pela modernidade. Mello e Souza (1994) refere-se ainda à modernidade como “a única cultura que deixa o homem em total desamparo”. O homem não encontra sentido no que faz, para o que faz, seu viver “se esgota em si mesmo”, ele está desprotegido em meio à infinidade de transformações (p. 48).

A modernidade é uma separação. Emprego essa palavra em sua acepção mais imediata: afastar-se de algo, desunir-se. A modernidade começa como um desprendimento da sociedade cristã. Fiel à sua origem, é uma ruptura contínua, um incessante separar-se de si mesma; cada geração repete o ato original que nos funda, e essa repetição é ao mesmo tempo nossa negação e nossa renovação. A

separação nos une ao movimento original de nossa sociedade e a desunião nos lança ao encontro de nós mesmos (PAZ, 2013, p. 38).

A ideia de progresso que outrora estava diretamente ligada à ideia de modernidade, não aconteceu, de fato, não aconteceu, pois, juntamente com todos os avanços tecnológicos e científicos, vieram os infinitos problemas aos quais já fizemos menção. Além disso, essa evolução na área da ciência e da pesquisa não foi usada somente para o bem, visto que muito conhecimento técnico foi empregado para finalidades bárbaras, como o extermínio de pessoas, nos campos de concentração, nas guerras mundiais, nos genocídios; ou seja, o conhecimento foi aplicado para produzir violência e vitimar muitas das pessoas já envolvidas nessa fase da humanidade que passou a ser conhecida como modernidade. Portanto, “O ‘progresso’ não cumpriu o que dele se desejava, gerando ‘utopias negativas’ e ‘medos do futuro’” (MELLO E SOUZA, 1994, p. 51).

Sim, gerou-se “medos do futuro”, pois, na verdade, os seres humanos são incapazes de pensar nos resultados que ainda podem ser frutos desse desregramento de técnicas e cujo potencial de aplicação ainda é desconhecido. A “evolução” não parou, a humanidade ainda “progride” no que concerne ao conhecimento, no entanto, as consequências dessas contínuas alterações de nosso cenário não podem ser previstas, não podem ser paradas, mas podem ser destrutivas. Ou seja, “Nosso voo, o voo mítico do progresso na direção da ‘luz’ é esforço inviável” (MELLO E SOUZA, 1994, p. 50).

De acordo com Lefebvre (1969), o que aconteceu foi uma perda de ingenuidade e de ilusões, “As embriaguezes ideológicas, espontâneas ou provocadas (progresso, liberdade, democracia, etc.) desaparecem, deixando um vazio mal preenchido pelos dogmatismos e pelos atos de fé”. O tão desejado ato revolucionário total, “cuja possibilidade subentendia a concepção marxista como uma utopia experimental, não aconteceu”. Para ele, a modernidade está marcada por vários fracassos e pelas mudanças que aconteceram em função dela, mas essas mudanças não estão “no sentido das grandes esperanças” (p. 265).

A época moderna [...] é a primeira que exalta a mudança e faz dela seu fundamento. Diferença, separação, heterogeneidade, pluralidade, novidade, evolução, desenvolvimento, revolução, história: todos esses nomes se condensam em um só: futuro. Não o passado nem a eternidade, não o tempo que é, mas o tempo que ainda não é e que sempre está prestes a ser (PAZ, 2013, p. 28).

Essa exaltação da mudança não quer dizer que tenha como resultado algo positivo, mas é o principal fator que altera a situação da sociedade e que impulsiona sua transformação. Lefebvre (1969) acredita que “Engels e Lênin estão plenamente de acordo em rejeitar uma

representação simplista do *progresso*: uma evolução linear, contínua, igual em todos os setores, avançando sobre todas as frentes, vantajosa sobre toda a linha” (p. 270). Ou seja, o progresso acontece de maneira desigual, a evolução pode não ser linear ou contínua, pois, pode ser que ela não venha como resultado do progresso; nem sempre o progresso traz uma evolução, pode haver até um certo retrocesso, a depender do setor em que a alteração se efetuiu, pode ser algo que realmente acrescenta à humanidade (conhecimento, cultura, libertação), ou, ainda, que a jogue em uma ignorância, em uma condição que não condiz com o nome da era pregada como “moderna”.

Sombra da Revolução ausente aqui, incompleta ali, **a Modernidade não funciona sem crises**. As contradições prosseguem; elas fazem sua obra, apesar da negatividade radical revolucionária que, segundo o projeto marxista inicial, teria metamorfoseado a vida. Mais: as crises multiplicam-se, aproximam-se, generalizam-se. Elas se normalizam. Cada setor, cada domínio entra por sua vez numa crise ou atravessa uma. Multiplicadas apesar das contestações, essas crises multiformes aparecem constitutivas da Modernidade (LEFEBVRE, 1969, p. 273, grifo nosso).

Na realidade, nada pode ser encarado sem crises, a modernidade não seria diferente, mas ela foi, ao mesmo tempo, fundamental para que a humanidade prosseguisse seu percurso e chegasse até os dias atuais, apesar de todos os problemas, de todas as falhas. A natureza segue seu curso próprio, não temos meios de impedir que sua força consiga agir sobre todos nós, em especial quando não temos consciência do alcance dessa força. A modernidade não foi a “culpada” pela era que vivemos e pela que estamos vivendo, ela abriu uma nova fase e contribuiu pesadamente com os resultados que vemos hoje ao nosso redor, foi ela que, na verdade, contribuiu com a abertura de muitos caminhos que os homens escolheram ou foram forçados a seguir, caminhos estes que, às vezes, levaram a lugares obscuros. Mas hoje somos ainda reflexos das conquistas e deficiências do período que se iniciou diante dos olhos de todos e que bem poucos foram capazes de enxergar.

2. A BUROCRATIZAÇÃO DOS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO E A BARBÁRIE QUE TRANSFORMOU HOMENS EM ANIMAIS

O final da Primeira Guerra Mundial trouxe consigo um período de turbulência para a Europa, que se deparou com uma grave crise econômica. O continente que fora palco da guerra teve como consequência a pobreza de sua população. Esta imaginou que somente por meio de um governo forte a crise seria superada e, desse modo, aflora o sentimento nacionalista com desejo de renovação. Neste momento os regimes totalitários ascendem com o intuito de controlar todo o Estado. Dos dois países mais afetados pela guerra, Itália e Alemanha, surgem, respectivamente, o fascismo e o nazismo. Ambos baseados na ideia de Estado forte, visavam o controle do Estado e da população e a extirpação democrática.

O totalitarismo é uma forma absoluta de governar a todos os indivíduos, que devem se curvar diante de seus interesses. Formado por um partido único e um líder autoritário, um regime totalitário possui uma ideologia que, com o propósito de restabelecer a ordem em seu país, acaba por reprimir e governar a vida e as ações dos cidadãos por meio da rigidez e da violência, caso esses sejam contrários aos seus interesses. Quem contrariasse seus ideais seria severamente punido, preso, ou, até mesmo, morto pelo regime. Do mesmo modo, os grupos de pessoas cuja existência fosse contrária aos seus dogmas, deveriam desaparecer; não só judeus, mas também outros grupos considerados indesejáveis pela racionalidade técnica que constituiu o projeto político-ideológico do nazismo, tais como: homossexuais, ciganos, testemunhas de Jeová, presos políticos, portadores de doenças mentais e cidadãos revolucionários (que não admitiam ser comandados pelos cabrestos do regime). Esses grupos foram severamente perseguidos e aniquilados.

A SA, as tropas de assalto (fundada em 1922), foi a primeira formação nazista supostamente mais militante que o próprio partido; em 1926, foi fundada a SS como a formação de elite da SA; três anos depois, a SS foi separada da SA e colocada sob o comando de Himmler; Himmler levou apenas mais alguns anos para repetir o mesmo jogo dentro da SS: um após outro – e cada qual mais militante que o grupo anterior – vieram à luz, primeiro as Tropas de Choque, depois as unidades da Caveira, criadas para guardarem os campos de concentração e mais tarde reunidas para formar a SS-Armada (Waffen-SS), e finalmente o Serviço de Segurança (o “serviço de espionagem ideológica do Partido”, com a sua ramificação para executar a “política de população negativa”) e o Centro para Questões de Raça e Colonização (*Rasse-und Siedlungswesen*), cuja função era de “natureza positiva” – todos emanados da SS Geral, cujos membros, com a exceção da elite do Corpo do Führer, permaneciam em suas ocupações civis (ARENDDT, 1989, p. 418).

Ambas, SA (“*Sturmabteilung*”) ou Divisões de Assalto e SS (*Schutzstaffel*) ou Tropa de Proteção, eram organizações paramilitares ligadas ao partido nazista. Aos poucos, a SA foi substituída pela SS, formada por homens selecionados, porém separados do exército alemão. Apesar de ser independente das forças armadas a SS contou com seu exército próprio, a mencionada *Waffen-SS* e absorveu, ainda, a Gestapo, a polícia secreta nazista, criada em 1933 com o intuito de reprimir os opositores ao regime de Hitler. Foi a SS que comandou os campos de concentração em toda a Europa e que fez uso das formas mais brutas e violentas para exterminar seres humanos. Para conseguir imperar, o totalitarismo contou com a ajuda das massas, da população alemã, que se curvou diante de sua propaganda: “Foi só durante a guerra, depois que as conquistas do Leste forneceram grandes massas e tornaram possíveis os campos de extermínio, que a Alemanha pode estabelecer um regime verdadeiramente totalitário” (ARENDDT, 1989, p. 360-361).

2.1 O sistema burocrático de organização e a racionalidade técnica instrumental gerenciados pela modernidade

A modernidade propiciou intensas transformações à sociedade, o homem conheceu facilidades com as quais jamais sonhara. No entanto, em meio à, parcialmente, frutífera mudança no panorama mundial, escondia-se o risco de voltar a ser bárbaro e a desordem apropriou-se do cenário moderno. Segundo Freud, que tem uma visão desencantada do homem, a barbárie não é dissociável da experiência humana. Daí que, apesar dos esforços da sociedade, da cultura e da civilização, ela retorne. O problema da modernidade é que ela produziu e produz uma barbárie tecnicizada, uma racionalidade produtora de barbárie:

J. Conrad já retrataria este impulso à auto-aniquilação que domina os homens. A exigência de máxima coerência e integridade e as aspirações desmedidas de glória e poder os fariam levar às últimas consequências os princípios e a lógica de sua aventura, arrastando-os ao mais profundo abismo. Acreditavam-se emissários da luz, portadores da ciência e da civilização, mas ao se disporem a encarar as sombras de frente, a viver no seio do incompreensível, estavam penetrando no coração da escuridão, onde domina uma atmosfera de pesadelo e morte e a realidade das coisas se perde numa obscura fantasmagoria. Esta vontade de destruir-se está para ele contida, paradoxalmente, na mente mais desenvolvida. A cultura mais refinada converte-se em barbárie (PEIXOTO, 1982, p. 18).

Neste trecho, Peixoto enfatiza que a busca desenfreada pelo poder, cravada pelos homens que se julgavam portadores do saber, acaba por condená-los a se tornarem bárbaros, na medida em que a evolução que eles buscavam acaba por se transformar em algo corrosivo

para eles e para a sociedade que, por sua vez, não alcança o esclarecimento que desejava, ao invés disso, torna-se insensível ao outro e busca, sem limites, o domínio da natureza, o domínio das forças de produção e, concomitantemente, o domínio do próprio homem, que acabou escravizado por esse processo.

Ao transgredir os limites, ao romper os mecanismos que permitiam identificar e medir e ao dissolver a subjetividade e a própria realidade, a modernidade depara com a barbárie. A república de Weimar conheceria o mais radical e violento assalto contra a modernidade. Como pôde o monstruoso germinar no interior da mais rica experiência cultural do século? A crítica da cultura é necessariamente perversa? A desordem, o desatino, o horror, estão inscritos, como possibilidade, na mais refinada cultura, pois só ela é capaz de dismantelar a si própria, de atrair-se pelo que é outro, pela selvageria (PEIXOTO, 1982, p. 22-23).

Não se esperava converter o progresso em barbárie, no entanto, a ambição do homem frente aos poderes e às facilidades que lhe foram conferidos através da técnica e da possibilidade de domínio culminaram em alguns males que deixaram de impulsionar a sociedade para frente. Um exemplo bastante claro é a ascensão dos diferentes totalitarismos que tomaram conta da Europa na primeira metade do século XX, fossem eles de direita ou de esquerda, sendo que o que nos interessa, aqui, é a implantação do nazismo e suas práticas políticas e sociais na Alemanha dos anos 1930. A doutrina nazista foi capaz de alienar milhares de pessoas e de seduzi-las de modo que fizessem parte, direta ou indiretamente, de um sistema que destruiu a vida de homens comuns de maneiras descomunalmente perversas. O nazismo é a chaga que brotou em meio à revolução científica, técnica e tecnológica das primeiras décadas do século XX e que representou uma profunda transformação nas estruturas políticas e de produção. Essa revolução foi o resultado direto da ambição dos homens em dominar a natureza, os meios de trabalho, o capital, por meio da razão instrumental, da racionalidade prática, resultados do conhecimento adquirido pelos homens ao longo do tempo.

É fato que neste século [XX] tudo se desvelou, ao menos uma vez tudo mostrou a verdadeira face, tudo se tornou mais real. O soldado converteu-se em assassino por vocação, a política, em criminosa, o exterminador aparelhado com fomalhas para queimar cadáveres, numa grande empresa, o jogo sujo da lei, numa norma, a liberdade universal, na prisão dos povos, o anti-semitismo, em Auschwitz, o sentimento nacionalista, em genocídio. Em todo lugar transparece a intenção verdadeira, a realidade nua; a força e a destrutividade ensanguentaram alguns dos ideais do nosso século (KERTÉSZ, 2004, p. 34).

Definitivamente um século de transformação e de descobertas, não só tecnológicas e científicas, mas, mais do que isso, descobriu-se que a sociedade estava se modificando sem

limites e essa ausência de limites teve como reflexo as práticas inescrupulosas dos regimes totalitários. Para Kertész (2004), “O totalitarismo é a grande novidade do século, a experiência horrenda que destruiu... o que mesmo? Tudo, em particular uma imagem tradicional, racional, concebida sobre o homem. O totalitarismo exila de si e põe fora da lei o homem” (p. 59). Para esse mesmo autor, “A disciplina nazista é disciplina militar, disciplina de força tarefa. [...] O nazista é a insanidade, a matilha à solta, movimento de massa picado em pedaços, embriaguez efervescente de uma nação, o assassinato e o suicídio [...]” (KERTÉSZ, 2004, p. 49-50). O nazismo é o ódio, é a força que impele os seres a cometerem atrocidades, atos desumanos, a exercer a falta de caráter e de piedade, é a força que empurra uma sociedade civilizada à barbárie.

Numa sociedade administrada não há lugar para o sentido: a arte só pode ser denúncia disto. Nada mais era, antes, do que uma abstrata negação de um suposto caos que era muito temido para existir de fato. Aquela disponibilidade para o desregrado alimentaria, segundo Adorno, uma terrível propensão totalitária: por isso pôde dizer que a década fascista já estava preparada na década anterior, e mesmo enraizada no expressionismo (PEIXOTO, 1982, p. 26).

Adorno previu que a era fascista já estava enraizada no expressionismo, a arte denunciou, muito tempo antes de acontecer, o abismo no qual a sociedade viria a mergulhar, mesmo depois de alcançar o tão desejado progresso. Para Adorno (1985), “O saber que é poder não conhece barreira alguma, nem na escravização da criatura, nem na complacência em face dos senhores do mundo” (p. 18). Portanto, não importa a finalidade do que se faça, contanto que o ato esteja envolto pelo conhecimento, pelo conhecimento que visa dominar e que visa aumentar o poder de um homem perante o seu semelhante.

O preço que os homens pagam pelo aumento de seu poder é a alienação daquilo sobre o que exercem o poder. O esclarecimento comporta-se com as coisas como o ditador se comporta com os homens. Este conhece-os na medida em que pode manipulá-los. O homem de ciência conhece as coisas na medida em que pode fazê-las (ADORNO, 1985, p. 21).

A busca pela informação e pelo conhecimento acaba por tornar-se demasiada, de modo que os homens não mais refletem sobre os meios de alcançá-los, mas antes e de fato, se interessam apenas pela possibilidade de realização, pela técnica, pela capacidade de fazer que rege o pensamento científico nesse momento da modernidade. O homem quer buscar o esclarecimento, importa somente aquele conhecimento que houver sido comprovado através de teorias matemáticas, de cálculos ou de observações concretas que comprovem o que está

sendo dito, é preciso atestar a veracidade dos fatos e ser capaz de comprovar que eles existem. Por um lado, essa maneira de buscar o conhecimento é bastante construtiva, visto que somente serão consideradas verdades aquelas que tiverem sido analisadas, testadas e que tenham, assim, credibilidade. Não mais se acredita em conhecimentos cuja comprovação não aconteceu e isso tira o homem de uma cadeia de crendices e de sabedorias vagas cuja verdade possa ser duramente discutível.

Na verdade, essa ideia de esclarecimento é justamente o que pregavam os iluministas, os filósofos, pensadores e cientistas que acreditavam no conhecimento como forma de emancipação do homem, como forma de abandonar antigos preceitos, dogmas e preconceitos, sobretudo de matrizes religiosas, em busca de uma sabedoria consistente e capaz de mudar a vida e o destino da sociedade com base na razão e na racionalidade, ou seja, naquilo que claramente possa ser considerado verdade e não mera possibilidade ou achismo. O Iluminismo, que transformou o século XVIII no século das luzes, queria transformar o homem em um sujeito dotado de conhecimento e suficientemente perspicaz, que não fosse facilmente enganado, mas capaz de pensar, de usar as ferramentas da instrução em seu auxílio em todas as situações em que algo fosse contestado ou que fosse chamado a refletir, fazer uma escolha, tomar uma decisão. Os iluministas queriam livrar os homens das trevas, mergulhando-os em um universo de saber, no entanto, eles não previam que os usos que foram feitos daquilo que o esclarecimento produziu, fosse capaz não só de libertar seus semelhantes da ignorância, mas, em longo prazo, de tornar a submergi-los em um mar de estupidez, ganância, egoísmo e destruição. Primo Levi adverte para os perigos trazidos junto com o conhecimento:

Levi escreveu uma das mais importantes obras para a análise da influência científica sobre a literatura italiana ainda marcadamente humanista: ***Il sistema periodico***. Nele, o autor concebe o ambiente de um laboratório químico como se fosse uma espécie de “escola de preparação para a vida”. Trata-se, na verdade, de contos em que os símbolos químicos aparecem como metáfora do desejo de conhecimento da matéria, mas também dos seres humanos. Químico e matéria são vistos como dois guerreiros que combatem. Assim como Calvino, nesse embate entre químico (metáfora do homem que deseja conhecer sua origem e seu destino) e matéria, parece estar embutida a advertência do autor para os perigos de se deixar levar por um descobrimento científico apenas aparentemente exato, preciso (MAURO, 2010, p. 37).

Para Levi, a racionalidade iluminista pode trazer ao menos a “decência provisória”, o que confirma a lucidez do autor torinês, que não abandonara a fé na ciência e no conhecimento humano, mas que constantemente advertia para os riscos que os “novos ulisses” poderiam correr (MAURO, 2010, p. 38).

O princípio da racionalidade foi seguido pelos homens que buscavam o saber. Para Adorno (1985), “A técnica é a essência desse saber, que não visa conceitos e imagens, nem o prazer do discernimento, mas o método, a utilização do trabalho de outros, o capital” (p. 18). O domínio da técnica garantiu aos homens o domínio e a acumulação de muito conhecimento, este conhecimento patrocinou os avanços que garantiram que a modernidade fosse capaz de alterar o cenário público, da vida material e do espaço social, de maneira não antes imaginada. A técnica trouxe para a sociedade diversas possibilidades, especialmente na área da indústria, já que, por meio das máquinas, foi possível não só produzir, mas produzir em larga escala, de maneira mais rápida, sem a necessidade de tanta mão de obra. Além disso, a racionalidade técnica organizou o trabalho de modo a distribuir funções e garantir que o serviço fosse realizado com maior efetividade e sem desordens ou problemas que pudessem atrapalhar a produção. Desse modo, a sociedade pode assistir a revoluções industriais em diferentes setores, o que acelerou o crescimento da economia e acabou por transformar países em grandes potências.

O conhecimento técnico que cresceu ao longo dos anos e acumulou-se, sendo também um dos propulsores da modernidade, passou a gerir a sociedade industrial de diversos modos e a administrar as relações de trabalho. Para que fosse possível aplicar esse conhecimento foi preciso todo um sistema burocrático de organização que viabilizou o uso da técnica de modo que ela conseguisse atingir seus pressupostos. A efetividade do que se propunha a fazer dependia da total colaboração de todos os envolvidos dentro desse processo racional, cada indivíduo era responsável por gerir determinado setor; e de sua habilidade em desempenhar o seu papel e cumprir a função que lhe havia sido designada dependia toda a qualidade do sistema, nada poderia sair do controle para que o resultado alcançado fosse, exatamente, aquele que havia sido planejado.

Esse princípio fora aplicado à indústria e obteve resultados satisfatórios, tanto para os seus proprietários quanto para o desenvolvimento da economia e de técnicas cada vez mais avançadas que regulavam o sistema e que o tornavam mais eficaz com o passar do tempo e com a prática gerada por ele. O princípio de organização e racionalidade técnica rendeu bons resultados para o que se propôs a fazer, de modo que passou a ser considerado como algo conveniente e bem sucedido. No entanto, e sem que se pensasse nisso antes, o mesmo princípio capaz de regular um empreendimento e de fazer com que os setores industriais crescessem, produzissem e prosperassem, obteve êxito, também, em uma tarefa bastante mais complexa: a organização burocrática passou a ser usada para gerir o indecoroso sistema de extermínio que tirou a vida de milhares de pessoas durante a Segunda Guerra Mundial. O

mesmo princípio que foi capaz de revolucionar o sistema industrial moderno foi, também, capaz de culminar no catastrófico evento conhecido como Holocausto¹.

Nas palavras de Bauman (1998), “O Holocausto nasceu e foi executado na nossa sociedade moderna e racional, em nosso alto estágio de civilização e no auge do desenvolvimento cultural humano, e por essa razão é um problema dessa sociedade, dessa civilização e cultura” (p. 12). Ou seja, esse evento traumático de nossa história, que pode ser considerado bárbaro, não aconteceu em um período em que os homens ainda estivessem presos à barbárie ou à falta de conhecimento, mas aconteceu justamente quando o homem toma consciência do saber e que já reconhece sua força para modificar os rumos da história, o homem que esteve presente no morticínio orquestrado pelos nazistas foi, justamente, o homem moderno, o homem considerado como civilizado.

Não se pode dizer que a modernidade tenha sido a causadora do Holocausto, Bauman o enxerga como uma “possibilidade que a modernidade contém” (1998, p. 24). Nesse sentido, podemos afirmar que, não necessariamente, a modernidade deveria culminar em um evento com essa grandeza de horror, mas, ao contrário, um evento assim poderia acontecer, como de fato aconteceu, a modernidade oferece as condições de possibilidade para a barbárie:

Suspeitamos (ainda que nos recusemos a admiti-lo) que o Holocausto pode ter meramente revelado um reverso da mesma sociedade moderna cujo verso, mais familiar, tanto admiramos. E que as duas faces estão presas confortavelmente e de forma perfeita ao mesmo corpo. O que a gente talvez mais tema é que as duas faces não possam mais existir uma sem a outra, como verso e reverso de uma moeda (BAUMAN, 1998, p. 26).

A racionalidade técnica e o desenvolvimento científico garantiram o desenvolvimento da indústria (incluindo-se a indústria bélica) e da produção capitalista. A emancipação e a autonomização da racionalidade técnica alienaram o homem de determinados valores como o respeito ao outro ou a soberania e autonomia dos indivíduos. Num contexto de violência e disputa pelo poder global, como foi o da Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento técnico e tecnológico acaba usado de forma administrada e burocratizada na criação dos campos de concentração e nas formas sofisticadas de extermínio do outro, o diferente, que a ideologia nazista pregava. A disputa por poder, lucro, dinheiro (riqueza), faz da racionalidade técnica um instrumento de escravização e espoliação do homem pelo homem. Eis o que explica a

¹ Márcio Seligmann-Silva usa em seus textos, como, por exemplo, no ensaio, *Testemunho da Shoah e Literatura*, o termo *Shoah* em substituição ao termo Holocausto, isso porque o termo Shoah, que é hebraico, refere-se ao Holocausto no sentido de “morte sem causa”, uma catástrofe que acontece independente da vontade da vítima, diferente do que acontece com o Holocausto no sentido bíblico em que a vítima se oferece ou é oferecida como sinal de devoção e com o intuito de libertação do pecado, em sacrifício, expiação.

barbárie moderna. Acrescente-se a isso o individualismo exacerbado, e temos a receita pronta. Seus efeitos acontecem diariamente.

Para Bauman (1998), “A civilização moderna não foi a condição suficiente do Holocausto; foi, no entanto, com toda a certeza, sua condição necessária. Sem ela, o Holocausto seria impensável” (p. 32). É bastante compreensível a reflexão que Bauman faz nessa passagem: a modernidade forneceu todo o aparato que o Holocausto precisava para acontecer, a tecnologia, a racionalidade técnica e a burocratização, que foram fundamentais para que o evento se realizasse, são frutos dos tempos modernos, os tempos capazes de projetar tecnologia suficiente para destruir vidas das maneiras mais convenientes, capazes de racionalizar a ação de cada indivíduo para que nada desse errado na realização do plano de morte arquitetado por mentes que tinham dentro delas o conhecimento e a eficiência de que são dotados somente os seres mais instruídos. O Holocausto foi a concretização de um grande projeto cujo planejamento precisou de tudo que a modernidade colocava à disposição das mentes mais elaboradamente práticas, eram pessoas que tinham uma função a cumprir e que tinham conhecimento para desempenhar essa função com maestria.

O serviço público infundiu nas outras hierarquias seu planejamento seguro e de sua minúcia burocrática. Do exército a máquina de destruição adquiriu sua precisão militar, sua disciplina e insensibilidade. A influência da indústria se fez sentir na grande ênfase dada à contabilidade, à economia de tostões e à preservação de recursos, assim como à eficiência industrial dos centros de extermínio. [...] Embora envolvido no assassinato em massa numa escala gigantesca, esse vasto aparato burocrático preocupava-se com o correto procedimento burocrático, com as sutilezas da definição exata, com as minúcias das regras burocráticas e a obediência às leis (BAUMAN, 1998, p. 33).

No período em que se concretizou o Holocausto, pode-se dizer que a sociedade já estava, de certa forma, habituada à organização e à burocratização de vários setores e instituições que a constituíam. Esse fato facilitou o planejamento do Holocausto como se fosse mais uma incumbência típica dos serviços aos quais estavam acostumados, tudo isso com o forte agravante de que o resultado final de sua ação não seria a fabricação de remessas de produtos, mas o extermínio de muitas remessas de seres humanos, a “encomenda”, não seria produzida, mas, sim, liquidada. E foi a busca por um trabalho eficiente que fez com que as mentes se unissem para planejar um dos piores massacres de que temos conhecimento, portanto, como era de se esperar que acontecesse, seu planejamento foi bem sucedido naquilo que se propôs, os cálculos, as projeções, os estudos, renderam como resultado um número de

mortos que ainda não conseguimos saber e, possivelmente, nunca saberemos com exatidão. O “sucesso do Holocausto” dependeu:

da disponibilidade de especializações bem desenvolvidas e firmemente arraigadas e de hábitos de meticulosa e precisa divisão do trabalho, da manutenção de um fluxo suave de comando e informação ou de uma coordenação impessoal e bem sincronizada de ações autônomas embora complementares: daquelas habilidades e hábitos, em suma, que melhor se desenvolvem e medram na atmosfera do escritório. A luz lançada pelo Holocausto sobre o nosso conhecimento da racionalidade burocrática chega a ser estonteante quando percebemos a que ponto a própria ideia da *Endlösung* [solução final] foi um produto da cultura burocrática (BAUMAN, 1998, p. 34).

Em *É isto um homem?* (1988), de Primo Levi, nosso objeto de estudo, o autor, o próprio Primo Levi, descreve em detalhes o funcionamento do campo de concentração ou, melhor dizendo, do campo de extermínio de Auschwitz. O autor narra, desde o procedimento de deportação dos prisioneiros até a libertação dos poucos sobreviventes, como eles estavam envolvidos por procedimentos de organização que não admitiam erros e que fez com que os próprios prisioneiros fossem participantes com o sistema e colaborassem com o plano que poria fim às próprias vidas. A obra nos revela toda a arquitetura do lugar onde o horror e a violência alcançaram seu apogeu, onde os homens, facilmente manipulados por uma gigantesca e bem planejada estrutura, obedeciam às ordens que os conduziam ao abismo da desumanização, da perda da capacidade de agir por contra própria para agir de acordo com os comandos de seus superiores, seus carrascos: “Com a absurda precisão à qual em breve nos acostumaríamos, os alemães fizeram a chamada” (LEVI, 1988, p. 14). Os alemães eram treinados para se tornarem seres metódicos, era de sua maneira de conduzir o sistema que dependia a organização do campo e, portanto, sua eficiência. Justamente por saberem como se impor frente aos prisioneiros, por meio da força bruta e da violência, esses respeitavam e acatavam suas ordens como se fossem os funcionários de uma grande fábrica de morte, da qual eles mesmos eram a matéria-prima.²

Em um primeiro estágio, o que o sistema nazista previa era a retirada dos povos judeus de seu território, de modo a tornar a Alemanha um país livre da “raça indesejada” de pessoas que, segundo eles, não poderiam ser considerados cidadãos comuns, não havia espaço para eles em um país que se queria desenvolver por meio de cidadãos de “raça pura”. Uma

² *É isto um homem?* é uma obra testemunhal do autor Primo Levi, sobre ela nossa análise se debruçará no próximo capítulo. No entanto é importante compreendermos que este autor, que se torna escritor após a experiência que viveu em Auschwitz, escreveu ainda poesia, crônicas, contos de ficção científica e narrativas ficcionais e autobiográficas.

estratégia nazista de eliminação judaica foi sua deportação para os guetos com o intuito de isolá-los e de livrar a Alemanha de sua “indesejável presença”. Mas, com o tempo, percebeu-se que seria inviável e insuficiente essa primeira estratégia, a opção que pareceu mais conveniente aos nazistas foi, justamente, a eliminação daquela gente. Todavia, o contingente de pessoas a serem eliminadas era grande demais para fazê-lo sem um minucioso preparo, sem uma equipe altamente preparada e qualificada para desempenhar as mais tenebrosas funções que o extermínio exige.

Neste ponto, a burocracia organizacional tipicamente utilizada nas fábricas passa a ser usada na criação de um sistema que tinha por finalidade a destruição de pessoas das maneiras mais eficientes, afinal, eram muitas as “peças” que deveriam ser eliminadas, e, para isso, o sistema deveria ser bem planejado para que seu intuito fosse concretizado. Depois de se ter optado pelo extermínio físico:

O resto foi matéria de cooperação entre vários departamentos da burocracia estatal, de cuidadoso planejamento, de projetar a tecnologia e o equipamento técnico adequados, de traçar orçamentos, calcular e levantar os recursos necessários — com efeito, competência da tediosa rotina burocrática (BAUMAN, 1998, p. 36).

Todos os procedimentos utilizados faziam parte da rotina das pessoas envolvidas, o cálculo, a projeção do espaço onde ficariam os presos, a organização que deveria haver para que se desse conta de manter a ordem em meio a tantas pessoas. Cada funcionário deveria estar encarregado de uma determinada função, assim como acontecia na produção de mercadorias, na fábrica. Cada setor deveria estar especializado para cumprir o que dele se esperava, não poderia haver erros, pois o sistema não os admitia. Deveriam haver os guardas encarregados de capturar ou de render as vítimas, outros que seriam encarregados de fechá-los nos trens, os que selecionavam quem entrava no campo e quem descia do trem e já tinha sua vida destruída, os que “recepcionavam” os novos moradores do campo com a violência que se esperava que tivessem, os que os encaminhavam às duchas e ao tosquiamento e os que executavam esse serviço, os que deveriam tomar conta dos blocos de cada grupo de prisioneiros, os que faziam a chamada, os que fiscalizavam o serviço de cada um, os que dirigiam os escolhidos às câmaras de gás, os que recolhiam os cadáveres, os que puxavam o gatilho da arma, os que serviam a comida, os que fiscalizavam os alojamentos, os que controlavam as pragas como pulgas e piolhos.

Essa fábrica de produzir morte repleta de procedimentos - normas, regras, exigências, padrões de comportamento e de produtividade – produz, também, um espetáculo do poder diante das vítimas e de seus algozes. Para que ocorra a afirmação do poder, este deve ser

reconhecido pela vítima. O que há de terrível é que este espetáculo se dá em uma esfera “privada”, o espaço concentracionário, o que é próprio da modernidade também. O espaço é oculto do público e o que transparece é a impressão de que o regime faz as coisas funcionarem. Enfim, para existir esse sistema fabril de morticínio deveria haver um grande número de envolvidos para controlar todas as operações, sendo que os campos de concentração foram vários, os seres humanos a serem destruídos eram milhares e o sistema precisava manter a sua organização para poder funcionar. Portanto, as equipes que poriam em prática o plano de destruição nazista deveriam estar aptas a garantir a eficiência do sistema. Pode ser que as pessoas envolvidas nesse projeto não soubessem, de fato, qual seria sua finalidade, ou ainda, não conseguissem imaginar as proporções que seriam alcançadas, mas, como funcionários treinados para obedecer ordens, foram essenciais na prática da aniquilação. Para Bauman (1998):

não quer dizer que a ocorrência do Holocausto foi determinada pela burocracia moderna ou pela cultura da racionalidade instrumental que ela resume; e, muito menos ainda, que a moderna burocracia tem que resultar em fenômenos do tipo do Holocausto. Sugiro de fato, no entanto, que as regras da racionalidade instrumental são singularmente incapazes de evitar tais fenômenos; que não há nada nessas regras que desqualifique como impróprios os métodos de "planejamento social" usados no Holocausto ou, mesmo, como irracionais as ações a que serviram (p. 37).

Os métodos que projetaram o Holocausto faziam parte do período em que se estava vivendo. As novidades da era das máquinas e da tecnologia estavam à disposição para serem usadas. Primeiramente, foi desenvolvida a técnica com base em princípios altamente racionais, depois esta técnica foi aplicada e obtiveram-se resultados bem sucedidos, resultados que geraram avanços para o homem e para a sociedade. Contudo, não havia um manual que pudesse impor limites a essas técnicas, e, ainda que houvesse, o deslumbre de seu alcance não faria com que as pessoas perdessem seu tempo para lê-lo; portanto, as técnicas evoluíram e foram usadas sem a imposição de freios, não havia nada de suspeito escondido por trás de sua capacidade, e elas foram largamente utilizadas, os recursos propiciados pela modernidade estavam disponíveis para que fossem usados e a racionalidade humana foi capaz de apurá-los e de torná-los mais eficientes, culminando no fenômeno que não havia como prever, mas cuja semente esteve todo o tempo presente, sem que a humanidade se apercebesse de seu potencial.

Surge-nos então o seguinte questionamento: quem eram essas pessoas que executavam, desde as tarefas mais banais até as mais violentas? Quem eram os escolhidos e

por quais critérios eram escolhidos para desempenhar cada função? Esses cidadãos eram pessoas normais, eram pessoas comuns designadas aleatoriamente para cumprir seu papel como fariam em qualquer outro tipo de empreendimento. Não importa o cargo que lhes era atribuído, se envolvidos direta ou indiretamente com o ato final de morte, todos eles participaram do engenhoso sistema e foram partes integrantes essenciais na execução do plano de “limpeza” da Alemanha. Para Bauman (1998), “A maioria dos que executaram o genocídio eram pessoas normais, que passariam facilmente em qualquer peneira psiquiátrica conhecida, por mais densa e moralmente perturbadora” (p. 39).

Ainda que houvesse indivíduos com certa inclinação a cometer crimes ou a cometer atos violentos contra seus semelhantes, jamais haveria um número suficiente de pessoas dessa espécie para trabalhar na operação nazista e desempenhar todas as funções necessárias. Os indivíduos que colaboraram para que acontecesse o genocídio entraram nessa empreitada pela obediência à organização, pela obediência à burocracia que lhes era pregada como correta e necessária para o bom funcionamento da sociedade. Eles estavam enovelados pelo discurso de que deveriam manter a ordem e se sentiam responsáveis pelo alcance de sucesso de sua nação. Hitler, com toda sua engenhosidade, previu que não seria fácil recrutar tantas pessoas dispostas a extinguir um povo da terra, por isso cuidou para que o objetivo não transparecesse jamais fosse esse. Os homens cujas ações culminaram no Holocausto deveriam ter em mente, acima de qualquer outro propósito, que estavam servindo à pátria e sendo leais à organização, a disciplina era o seu intuito primordial. Para Todorov (1995), “nada mais permite, na personalidade ou nas ações dos autores do mal, classificá-los como seres patológicos ou, dizendo de outra maneira, como monstros” (p. 137-138). Ou seja, não tinham a intenção primeira de causar o mal, embora tenham feito isso com maestria. Não é necessário ser desumano para cometer atitudes desumanas.

Hannah Arendt, em seu livro, *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*, conta-nos sobre o julgamento de um carrasco nazista considerado um dos colaboradores da “Solução Final”. O título do livro já sugere o que Arendt descobre a respeito desse homem, uma pessoa acostumada a cumprir ordens e incapaz de refletir sobre seus atos, Eichmann confirma o que Bauman e Todorov defendem: ele, o carrasco, não é um monstro, é um homem que serviu ao Estado, “Ele cumpria o seu dever, como repetiu insistentemente à polícia e à corte; ele não só obedecia ordens, ele também obedecia à lei (ARENDT, 1999, p. 152)”. Para Arendt (1999),

A primeira indicação de que Eichmann tinha uma vaga noção de que havia mais coisas envolvidas nessa história toda do que a questão do

soldado que cumpre ordens claramente criminosas em natureza e intenção apareceu no interrogatório da polícia, quando ele declarou, de repente, com grande ênfase, que tinha vivido toda a sua vida de acordo com os princípios morais de Kant, e particularmente segundo a definição kantiana do dever. Isso era aparentemente ultrajante, e também incompreensível, uma vez que a filosofia moral de Kant está intimamente ligada à faculdade de juízo do homem, o que elimina a obediência cega (p. 153).

Fica claro neste trecho o fato de que Eichmann não tinha muita noção do que fez e nem tampouco do que pensava sobre o que fez, havia, sim, destruído a vida de muitas pessoas, mas como uma atividade mecanizada, como se estivesse cumprindo qualquer outra tarefa que um chefe designa a um subordinado. Assim, como exemplo dessa discussão, podemos considerar esse trecho de *É isto um homem?* (1988):

Uma dúzia de SS estavam à parte, com ar indiferente, plantados de pernas abertas, mas logo meteram-se entre nós e, em voz baixa, com rostos impassíveis, começaram a nos interrogar, um a um, em mau italiano. Não interrogavam todos; só alguns. – Idade? São ou doente? – e, conforme a resposta, indicavam duas direções diferentes (LEVI, 1988, p. 17).

Neste excerto é possível notarmos o mecanicismo das ações dos SS, eles eram treinados para desempenhar funções específicas; aqui, eles estavam decidindo, provavelmente, entre a vida e a morte de pessoas, mas o que lhes cabia era fazer essa separação, isso era o que se esperava deles. Não cabia a eles dar respostas a nenhum tipo de pergunta, nem explicar nada aos prisioneiros. Eles certamente sabiam o motivo dessa divisão, mas o que quer que fosse feito daqueles homens depois dali, já não era mais de seu interesse.

Com base nesta reflexão, podemos afirmar que os homens que executaram os assassinatos não eram máquinas de morte, os carrascos eram homens que executavam uma tarefa, que para a maioria deles, talvez tenha sido penosa, afinal, qualquer ser humano compadece-se diante de milhares de corpos amontoados e sem vida ou diante de um olhar que pede insistentemente por compaixão, ou ainda diante de pessoas que se encaminham para um lugar de onde só sairão para serem cremados ou despejados em valas como animais com doenças contagiosas. Talvez muitos deles tenham pensado no porquê de fazer aquilo ou nas famílias que foram mutiladas a partir daquele ato.

No terceiro Reich, o Mal perdera a qualidade pela qual a maior parte das pessoas o reconhecem – a qualidade da tentação. Muitos alemães e muitos nazistas, provavelmente a esmagadora maioria deles, deve ter sido tentada a não matar, a não roubar, a não deixar seus vizinhos partirem para a destruição (pois eles sabiam que os judeus estavam sendo transportados para a destruição, é claro, embora muitos possam

não ter sabido dos detalhes terríveis), e a não se tornarem cúmplices de todos esses crimes tirando proveito deles. Mas Deus sabe como eles tinham aprendido a resistir à tentação (ARENDT, 1999, p. 197).

Sim, o ato é sangrento, o mal está envolvido quando se tira a vida de pessoas, e o fato de que estavam cumprindo ordens não alivia o fato de que mataram. No entanto, até que ponto eles conseguiram racionalizar essa ideia? As pessoas que cometeram o mal têm a consciência do que fizeram, no entanto, julgamos, se isso nos cabe, os atos dos carrascos como racionais, eles cooperaram com a lei estabelecida pelos nazistas, se compreendiam ou não o alcance dos seus atos não podemos saber, mas eles, por certo, não nasceram com a função de assassinos designados por qualquer entidade suprema, o ambiente em que viviam e as circunstâncias do período os transformaram em exterminadores. Talvez eles nem tenham tido a chance de contestar a respeito de suas funções, mas eles executaram as ordens e serviram ao Estado e à lei imposta, foram levados a crer que o que faziam era necessário. Para Todorov (1985):

Os guardas responsáveis pelas atrocidades não deixam de distinguir entre o bem e o mal, não sofrem nenhuma extirpação de seus órgãos morais, mas pensam que essa “atrocidade” é na verdade um bem, uma vez que o Estado – detentor dos critérios do bem e do mal – lhes diz isso. Os guardas não estão privados de moral, mas, sim, dotados de uma nova moral (p. 146).

Não acreditamos que as pessoas que cometeram ou colaboraram com o crime se orgulhem das consequências de seus atos, mas eles sentem que cumpriram seu dever e sua obrigação, que por mais asquerosa que fosse, foi realizada. Eles podem não ter engendrado a eliminação, mas eliminaram, eles ajudaram a causar o mal. Podem ter havido algumas mentes sádicas em meio aos SS, aqueles que sentiam prazer em causar a destruição de pessoas, muito provavelmente foram escolhidos pelos nazistas justamente por isso. Porém, eles não eram a regra; para a maioria dos envolvidos na aniquilação, suas ações cumpriam com a disciplina, o que não significa que sentiam prazer em exterminar, eles apenas eram leais aos superiores e zelavam pela própria vida. Nas palavras do próprio Primo Levi (2004), em *Os afogados e os sobreviventes*, os SS “eram seres humanos médios, medianamente inteligentes, medianamente maus: salvo exceções, não eram monstros, tinham nossa face, mas foram mal educados” (p. 75). Mas quem age de modo mau, é mau no ato que pratica, o que quer dizer que os SS não podem ser eximidos de culpa, nem tampouco os crimes podem ser considerados remissíveis. Esse mal teria perdão somente se a vítima perdoasse, mas isso não acontece e, portanto, não pode ser esquecido.

Temos dois fatores de base que corroboraram para que fosse possível o recrutamento de pessoas que servissem ao plano nazista, eles começaram antes da “solução final”, preparando o caminho para ela, a saber: a violência autorizada e a desumanização das vítimas (BAUMAN, 1998, p. 40-41). O Estado previa como corretas e necessárias as medidas usadas no combate aos judeus, o governo autorizava a prática da violência para lidar com o povo que não mais deveria fazer parte da Alemanha, de acordo com Todorov (1995): “Se o interesse nacional é colocado acima do da humanidade, Auschwitz torna-se possível” (p. 208). Além disso, todos os envolvidos estavam imersos por um discurso idealista, racista e preconceituoso contra a existência judaica. Portanto, os judeus, de acordo com o parecer nazista, eram a pior “raça” que poderia haver, eram considerados como pessoas perigosas e contagiosas, como que portadores de doenças, os quais deveriam desaparecer de seu meio e poupar de seu convívio os “cidadãos de bem”, aqueles que não possuíam rótulos ou que não contrariavam os interesses do Estado. Uma vez promovida a desumanização de um grupo (ou uma pessoa), torna-se muito fácil admitir e praticar violência(s) contra ele/ela. Desumanizada, a vítima se torna alvo de ódio e os atos de agressão são aplaudidos socialmente pelos demais desumanizadores/odiadores.

O genocídio foi um processo múltiplo; como observou Hilberg, incluiu coisas feitas pelos alemães e coisas feitas — sob ordens alemãs, embora muitas vezes com dedicação que beirava a desistência de si mesmo — pelas vítimas judaicas. Esta é a superioridade técnica de um extermínio em massa deliberadamente projetado e racionalmente organizado em relação a acessos desenfreados de orgia assassina. A cooperação das vítimas com os executores de um pogrom é inconcebível. A cooperação das vítimas com os burocratas da SS foi parte do projeto: com efeito, foi uma condição crucial do seu sucesso (BAUMAN, 1988, p. 42).

Se não tivesse havido um sistema de aniquilação tão bem pensado e tão bem projetado como o sistema criado pelos nazistas, o sucesso de seu empreendimento não teria sido alcançado. Foi preciso arquitetar, contratar profissionais que dominassem a tecnologia e mentes capazes de enxergar além e pensar nas minúcias para que tudo funcionasse bem e para que fosse possível colocar em prática um plano de tamanha dimensão, afinal, fala-se no assassinato de milhões de pessoas, a organização deveria ser eficaz e deveria, acima de tudo, ser suficiente para lidar com um número tão grande de sujeitos. Além disso, a burocracia que cercava os indivíduos dentro do campo deveria funcionar de modo a torná-los cooperadores, visto que se eles não obedecessem às ordens recebidas, ficaria muito mais difícil controlar o contingente de prisioneiros e seu trabalho seria dificultado. Por isso, desde o momento em que

eram capturados até o momento do extermínio em si, as vítimas deveriam pensar que o meio mais seguro de se manter vivo era a cega obediência à organização imposta, além disso, a violência com que eram tratados era um fator fundamental que contribuía com sua submissão. De acordo com Todorov (1995):

A submissão dos sujeitos tem uma outra consequência, ainda mais trágica, se esses sujeitos têm a infelicidade de fazer parte do inimigo interno. Conjugando total controle sobre os meios de informação e sobre os meios de coerção (a polícia) com a ameaça de violências físicas e de morte, o poder totalitário obtém a submissão das vítimas. Pouco importa se essas vítimas são muito numerosas; não dispondo de nenhuma organização, cada ser encontra-se sozinho diante de uma força infinitamente superior e, portanto, encontra-se impotente (p. 146-147).

É imprescindível compreender que as próprias vítimas do Holocausto possuíram um papel importante para que fosse possível por em prática o plano de exterminação de tamanha proporção. As vítimas eram muitas e para que fosse suficiente para eliminá-las, o sistema burocrático precisava que todos agissem conforme ele premeditava, nada poderia sair do controle para que seu plano obtivesse sucesso, para que a eliminação de um grande número de pessoas fosse possível: “se a cooperação não estivesse disponível e em tão larga escala, a complexa operação do assassinato em massa teria confrontado os administradores com problemas gerenciais, técnicos e financeiros de magnitude inteiramente outra” (BAUMAN, 1998, p. 143).

Cada ação realizada pelos prisioneiros deveria estar prevista dentro daquilo que era pregado como correto pela organização dos SS. Para que sua tarefa fosse facilitada, os nazistas contaram, primeiramente, com a influência dos próprios judeus para coordenar e gerenciar os passos das vítimas, seria mais fácil se fazer ouvir pelos judeus por meio da voz de um dos seus, ou seja, um líder que pertencesse à mesma raça e comunidade inspirava maior confiança nos judeus comuns do que as ordens impostas pelos líderes nazistas, cuja voz seria sempre ouvida como alguém que era, antes de mais nada, inimigo. Uma vez que os judeus possuíam alguém de seu povo para representá-los e defendê-los, eles se sentiriam seguros para obedecer às ordens que, na verdade, vinham do alto, vinham dos próprios nazistas que manipulavam os seus líderes. Dar poder a alguns dos judeus não passou, na verdade, de mais uma artimanha que a burocracia encontrou para conduzir com maior facilidade a onda de morticínios que viria a seguir. Os líderes judeus eram apenas parte da orquestra que empurrava a massa de judeus para o fundo, enquanto que os verdadeiros regentes desta orquestra preparavam-se para a apresentação sangrenta.

A opressão burocrática revelada pelo Holocausto mostrou “a capacidade do poder moderno, racional, burocraticamente organizado, de induzir ações funcionalmente indispensáveis a seus propósitos, embora em dissonância com os interesses vitais dos atores” (BAUMAN, 1998, p. 147-148). Assim, pois, as vítimas do Holocausto foram racionalmente induzidas a agir do modo mais conveniente para que continuassem prisioneiros. É notório, também, que apesar de parecer que os prisioneiros tinham escolhas, eles foram induzidos a pensar com outra cabeça, foram levados a pensar que suas ações eram as mais convenientes possíveis se seguissem aquilo que lhes era apresentado como correto e apropriado. Ao passo que conseguir, dentre os judeus, pessoas capazes de liderar os grupos não foi uma tarefa difícil, já que aos escolhidos para desempenhar esse papel era oferecido o poder e, além disso, a certeza de que estariam cumprindo sua função dentro das comunidades, representando seu povo, e, fora dela, colaborando com o Estado. De forma sucinta, os judeus foram fundamentais para o alcance de sua própria destruição: “Já não existe vontade; cada pulsação torna-se passo, contração reflexa dos músculos destruídos. Os alemães conseguiram isso” (LEVI, 1988, p. 50). Em função de seus sofrimentos dentro do campo, os judeus não conseguiam mais imaginar que sua situação pudesse ser mudada, de modo que eles passaram a cumprir as ordens de maneira robótica e isso colaborou grandemente com sua manipulação, sua “fantochização” e, por fim, sua eliminação.

Os nazistas criaram categorias para os judeus; estes deveriam ter em mente que nem todos teriam a mesma sorte e que, portanto, para se salvarem eles deveriam contribuir com o sistema. Com isso eles se tornaram facilmente manipuláveis, já que “A mera existência de categorias burocraticamente definidas com vários graus de direitos e privações induziam a esforços frenéticos para obter uma ‘reclassificação’, para provar que se ‘merecia’ a indicação para categoria melhor” (BAUMAN, 1998, p. 155-156). Acabou-se por criar uma divisão entre os judeus e teve início uma luta pela manutenção não só de privilégios, mas também da própria vida. Os judeus não se enxergavam como irmãos pertencentes à mesma raça, mas como pessoas cuja hierarquia e poder deveriam ser respeitadas. Isso significa que os judeus que tinham posses e poder aquisitivo se achavam superiores aos judeus comuns, eles imaginavam que com sua influência como cidadãos proeminentes perante os demais judeus, seus destinos seriam outros, eles seriam merecedores de continuar a viver em meio aos alemães de raça pura.

Criou-se, ainda, a divisão entre os judeus “estabelecidos” e os judeus “imigrantes”, os primeiros também acreditavam possuir vantagens e o direito a viver na Alemanha enquanto que os outros não poderiam contar com este privilégio. Assim, nota-se que o povo judeu de

maneira geral não estava unido para lutar contra os desmandos do Estado autoritário que os queria destruir a todos, sem exceção, fato em que nem todos acreditavam. Os judeus não foram capazes de se enxergar como um grande grupo capaz de lutar pelo seu destino, se o esnobismo e a falta de solidariedade não os tivessem acometido, talvez sua reação pudesse ter mudado o curso de suas vidas. Deve-se lembrar que esse modo de pensar é, também, fruto da modernidade, um modo individualista, egocêntrico, que desconhece os valores comunitários.

Desde sua captura e do isolamento nos guetos os judeus foram envoltos pela burocracia, que os conduziu à deportação por setores, fazendo com que os que ficassem pensassem que seriam salvos, já que os que mereciam haviam sido “sacrificados”. Eles foram induzidos a acreditar que o destino dos menos privilegiados não se repetiria com eles, que pertenciam a um outro nível social, desse modo eles acreditavam que seriam salvos em função de sua posição na hierarquia econômica da sociedade. Mas, no fundo, acabaram se esquecendo que pertenciam a um único grupo, os judeus, e a raça inteira estava condenada a pagar por essa titulação. Os líderes judeus pregavam o seguinte: “Sacrificar alguns para salvar muitos” (BAUMAN, 1998, p. 166), e essa era a maneira de eliminar os judeus às remessas, cada grupo levado gerava um alívio para os que ficavam, como se aquele fosse sempre o último, mas eles simplesmente iam primeiro que os outros, abriam o caminho para que as técnicas e a organização se tornassem cada vez mais eficazes e elaboradas.

A escolha que deveria ser feita pelos líderes judaicos estava entre matar ou morrer, enviar para a morte ou morrer, enviar desconhecidos à morte ou então parentes, por isso a escolha seria sempre a primeira opção, ainda zela-se pela própria vida mesmo quando a situação é extrema, no entanto, princípios morais foram deixados de lado e perdeu-se o senso de colaboração em nome da preservação de si mesmo. De acordo com Bauman (1998), é função da burocracia desvalorizar todas as pressões morais para que se alcance a obediência do alvo, por isso, a corrupção moral das vítimas foi necessária para que elas pudessem colaborar com o esquema de destruição em função de seu instinto de sobrevivência (p. 171).

De todo modo, “os nazistas perceberam que a racionalidade significava cooperação; que tudo o que os judeus faziam para servir aos seus próprios interesses aproximava um pouco mais o objetivo nazista do êxito completo” (BAUMAN, 1998, p. 161). Mais um produto moderno, a racionalidade conduziu as pessoas a agirem da maneira que pode ser considerada mais coerente, mas dentro dessa maneira já estava contida a semente da destruição, as pessoas foram induzidas a usar a razão, mas a razão, neste caso, não foi construtiva, os iluministas, por certo, de nada se orgulhariam do que foi feito do princípio que eles tanto pregavam como forma de expandir a mente humana e conduzir os homens ao

conhecimento, pois, neste caso, a razão culminou em algo completamente obscuro e distorcido, seu objetivo nada tem a ver com o que sonhavam os defensores do pensamento e da sabedoria humana:

O sucesso técnico-administrativo do Holocausto deveu-se em parte à hábil utilização de "pílulas de entorpecimento moral" que a burocracia e a tecnologia modernas colocavam à disposição. Dentre elas destacavam-se a natural invisibilidade das relações causais num sistema complexo de interação e o "distanciamento" dos resultados repugnantes ou moralmente repulsivos da ação ao ponto de torná-los invisíveis ao ator. Mas os nazistas se sobressaíram especialmente num terceiro método, que também não inventaram mas aperfeiçoaram a um grau sem precedentes. Foi o método de tornar invisível a própria humanidade das vítimas (BAUMAN, 1998, p. 46).

Neste trecho, Bauman nos esclarece a respeito de dois dos estratagemas usados pela organização burocrática dos campos, reiterando, “o distanciamento dos resultados” e “a invisibilidade da humanidade das vítimas”. Conforme discutimos anteriormente, os colaboradores do sistema nazista não eram monstros sanguinários com predisposição a matar, eram pessoas normais que ali estavam como propulsores da ordem e da disciplina. Justamente por isso, e como seres humanos comuns, que instintivamente eram contra formas de violência tão absurdas, o sistema burocrático “deu o seu jeito” de manter as pessoas afastadas dos resultados finais de suas ações.

Isso implica dizer que aqueles que metralhavam as vítimas não deveriam ser os responsáveis por amontoar os corpos dos assassinados, aqueles que preparavam as câmaras de gás para asfixiar as vítimas não deveriam vê-las depois de mortas, assim como aqueles que recolhiam os corpos não poderiam ser aqueles que despejavam o veneno nas câmaras e, justamente, “para impedir que os membros dos *Einsatzkommandos* que fuzilam milhares de vítimas não se tornem inteiramente loucos, inventam-se as câmaras de gás” (Todorov, 1995, p. 201). As pessoas que cortavam os cabelos dos prisioneiros, logo na entrada do campo, não deveriam saber o que seria feito deles, o encarregado a dar uma utilidade aos cabelos deveria ser outra pessoa, que não sabia a quem os fios pertenciam, os próprios encarregados a selecionar quem deveria morrer não deveria vê-los depois de mortos, os comandantes que ordenavam que as vidas fossem tiradas, também não podem participar da prática da aniquilação. Ou seja, dentro desse sistema de organização, cada indivíduo possui somente a sua função específica, não deve caber a elas analisar os resultados daquilo que fizeram, o cumprimento de papéis acaba por eximir, de certa maneira, a culpa que cada um deveria sentir por fazer parte de um processo que degrada as pessoas e que lhes tira a vida. Tal

procedimento garante aos envolvidos a possibilidade de cumprir suas tarefas sem ter compromisso com a sua repercussão. Esse sistema de produção de morticínio é, estruturalmente, o mesmo sistema de produção de mercadorias na fábrica sob o *fordismo*.

A violência empregada no Holocausto tornou-se uma técnica e “como todas as técnicas, é livre de emoções e puramente racional” (BAUMAN, 1998, p. 122). Para que um funcionário não considere moralmente inaceitável nenhum tipo de tarefa designada pelo seu superior é que existe a divisão de tarefas, desse modo o executor da tarefa possui uma responsabilidade técnica que é considerada incontestável (BAUMAN, 1998, p. 125). Para Todorov (1995):

O Estado encarrega-se dos fins e, portanto, da definição do bem e do mal; os sujeitos ocupam-se apenas dos meios, ou seja, cada um de sua especialidade (p. 188).

Essa compartimentação da própria ação e a especialização burocrática decorrente fundam a ausência de sentimento de responsabilidade, que caracteriza os executantes da “solução final”, assim como todos os outros agentes do Estado totalitário (p. 191).

Portanto, o que importa é que a tarefa seja realizada com maestria em nome da manutenção da ordem e a responsabilidade moral acaba, de certo modo, anulada pelo compromisso com a fidelidade à organização burocrática imposta. Importa mais agir de maneira eficiente e racional do que de maneira consciente ou assinalada por princípios morais. A outra estratégia apontada por Bauman (1998), o fato de tornar invisível a humanidade das vítimas, será discutido no próximo tópico.

Todo o planejamento que fez parte do processo de aniquilação judaica só foi possível porque os indivíduos já conheciam o procedimento burocrático e o enxergavam como um processo para a solução de problemas. Para Bauman (1998), foi a burocracia que fez o Holocausto “e o fez à sua própria imagem” (p. 130). Ou seja, o Holocausto foi programado, calculado, tudo o que foi necessário para que se atingisse o objetivo final foi previamente pensado, cada ação dos SS possuía um propósito, e todas as ações em conjunto se voltavam para a mesma direção, o plano que Hitler concebeu para condenar pessoas à morte. No princípio, quando a ideia era isolar os judeus nos guetos para que perdessem o contato com os demais cidadãos, houve toda uma estrutura pensada para recebê-los e para que convivessem dentro das comunidades, mas as condições em que viviam não eram e nem deveriam ser propícias para que as pessoas imaginassem que estavam bem, estavam isolados, cercados por soldados, seu destino era incerto, seu futuro dependia da decisão de outras pessoas. Eles deveriam ser eliminados e, neste ponto é que entra a burocracia:

O Führer expressou sua visão romântica do mundo expurgado da raça fatalmente doente. O resto era questão de um processo burocrático friamente racional, nada romântico. A mistura letal combinava a ambição tipicamente moderna de engenharia e planejamento social com uma concentração tipicamente moderna de poder, recursos e técnicas administrativas (BAUMAN, 1998, p. 100).

Hitler ambicionava livrar-se da “raça indesejada” dos judeus e encontrou na burocracia uma forte aliada. Seu discurso racista, preconceituoso e que se pretendia moralizante foi capaz de recrutar milhares de pessoas para colaborar com o seu projeto de destruição. Além disso, as técnicas de aniquilação utilizadas se mostraram altamente eficazes, todos os dias excluía-se do mundo centenas de corpos marcados pela aversão racista, judeus em sua maioria, e também homossexuais, pessoas doentes, condenados políticos, colaboradores de movimentos anti-nazismo. Era grande o alimento da máquina de extermínio projetada pelos subsídios modernos, e essa máquina funcionou muito bem, ao ponto de quase extinguir, de fato, o povo judeu.

Os discursos nos comícios nacional-socialistas distinguiam-se pela habilidade em manejar as *emoções* dos indivíduos nas massas e de *evitar ao máximo uma argumentação objetiva*. Hitler acentuou em várias passagens da sua obra *Mein Kampf* que a tática certa, em psicologia de massas, consistia em prescindir da argumentação, apontando às massas apenas o “grandioso objetivo final” (REICH, 1988, p. 33).

Quando se optou pela “Solução Final”, em julho de 1942, depois de constatado o fato de que apenas isolar os judeus não seria suficiente, que o contingente de pessoas a serem mortas era grande demais para se optar pelo fuzilamento e que a melhor saída seriam as câmaras de gás, decidiu-se que os judeus não deveriam mais continuar a existir em nenhum lugar da Europa. Neste ponto, mais do que nunca, a burocracia veio como uma aliada na busca por esse objetivo. A organização dos trens para deportação, a arquitetura dos campos de concentração e os métodos utilizados para matar foram projetados por meio de um sistema que previa eficiência, alta produtividade e baixos custos, assim como acontecia nas indústrias. Além disso, a viabilidade do lucro também era uma das premissas modernas e isso também deveria ser extraído dos judeus; primeiramente, eles geraram lucro ao entregar seus bens, suas propriedades e seu dinheiro para tentar escapar do cruel destino que os esperava, depois, quando nada mais tinham foram obrigados a entregar sua força de trabalho escravizada, em benefício dos nazistas e de empresas alemãs também. Sua mão de obra foi utilizada à exaustão, até perecerem e não servirem mais para nada, e, uma vez sem utilidade nenhuma, não deveriam mais existir. Estava assim concluído o projeto.

A civilização conquistada através dos anos não foi capaz de evitar que a barbárie mais uma vez se apoderasse das mentes humanas. Os mesmos princípios, fatores e métodos estão na base da construção e da utilização da bomba atômica (Nagasaki; Hiroshima). O Holocausto foi possível em função da evolução da técnica, do domínio do conhecimento e da utilização da razão como princípio fundamental. E também, porque os discursos de ódio e seu efeito de desumanização das vítimas o tornaram possível. Não teria sido possível produzir um evento com as proporções do Holocausto se o homem não tivesse aprendido, através da burocracia, a cumprir sua função com eficiência, a dominar a tecnologia e aplicá-la a diferentes situações, se não estivesse vivendo uma era de mudanças e de transformações no panorama mundial. Não teria sido possível se o homem não tivesse aprendido a executar ordens sem questioná-las ou contestá-las, que é o que caracteriza a disciplina militar e, no nazismo, a militarização da vida social. Nenhum episódio anterior de genocídio pode ser comparado ao Holocausto, mas nenhum episódio contou com os instrumentos que foram viabilizados pela modernidade e que estavam à disposição do aparelho burocrático.

Talvez o fracasso mais espetacular tenha sido o da ciência — como corpo de idéias e como rede de instituições de estudo e ensino. Veio à luz o potencial mortífero dos princípios e conquistas mais reverenciados da ciência moderna. A emancipação da razão face às emoções, da racionalidade ante as pressões normativas, da eficiência em relação à ética era o lema da ciência desde os primórdios. Uma vez concretizado, porém, esse lema fez da ciência e das formidáveis aplicações que ela gerava dóceis instrumentos nas mãos de um poder inescrupuloso. O papel sombrio e ignóbil que a ciência desempenhou na continuidade do Holocausto foi direto e indireto (BAUMAN, 1998, p. 133).

O exemplo mais significativo e, ao mesmo tempo, mais deplorável da utilização da ciência durante o Holocausto foram as câmaras de gás. Utilizou-se o conhecimento científico e as descobertas que deveriam revolucionar a área da medicina, da física e da química, para asfixiar pessoas. O gás conhecido como Ziklon B tinha sua utilidade como pesticida, eliminava pragas como piolhos e pulgas, mas nos campos de concentração este gás ganhou uma outra função: a eliminação das pessoas que, afinal, os nazistas enxergavam realmente como pragas. A morte era dolorosa e causada por asfixia, as pessoas que inalavam o gás não conseguiriam mais respirar e agonizavam até a morte, amontoadas com muitas outras pessoas. De lá, seus corpos eram recolhidos e colocados nos fornos crematórios, onde se transformavam em cinza, a qual também não era dispensada, podendo ser usada como adubo nas plantações. Por causa do procedimento utilizado nos fornos, diz-se ainda hoje que os

prisioneiros que entravam no campo só saíam pela chaminé, ou seja, como fumaça, depois de queimados.

Para Bauman (1998), o Holocausto foi ao mesmo tempo “tanto um produto como um fracasso da civilização moderna” (p. 112). Só os recursos modernos poderiam propiciar que se alcançasse o êxito obtido com esse empreendimento, ao passo que só esses mesmos recursos poderiam fazer com que se alcançasse o monstruoso número de mortos, bem como a tortura, o sofrimento e a desumanização de pessoas comuns. O Holocausto foi eficaz porque seu objetivo era a destruição de pessoas, e esse objetivo foi atingido em grande escala, no entanto, mais do que a destruição física, causou a destruição moral e psicológica de suas vítimas, resultando em um massacre sem precedentes. Com isso, a sociedade que já se considerava socializada e apta a aceitar a civilidade como princípio vê-se em meio à barbárie, a qual está latente, entranhada na civilização.

O genocídio realmente moderno é diferente. É genocídio com um propósito. Livrar-se do adversário não é um fim em si. É um meio para atingir determinado fim, uma necessidade que decorre do objetivo último, um passo que se deve dar caso se queira chegar um dia à meta final. O fim em si mesmo é a visão grandiosa de uma sociedade melhor e radicalmente diferente. O genocídio moderno é um elemento de engenharia social, que visa a produzir uma ordem social conforme um projeto de sociedade perfeita. Para os que lançam e executam genocídios modernos, a sociedade é objeto de planejamento e projeto conscientes (BAUMAN, 1998, p. 114-115).

O objetivo do Holocausto era produzir uma sociedade “livre de judeus”, porque esse povo era considerado “menor” e porque, para os produtores desse evento, os judeus não eram merecedores de conviver com os alemães autênticos³. O propósito era livrar-se do povo judeu com o intuito de obter uma sociedade melhor, uma Alemanha melhor sem a presença de seres indesejados. Mas o resultado desse empreendimento estará sempre marcado pelo horror que

³ Eram considerados autênticos os alemães que eram filhos de alemães, que tivessem em suas veias apenas o sangue ariano, puro e sem cruzamento. Wilhelm Reich (1988), em *Psicologia de massas do fascismo*, nos esclarece que a ideologia fascista alemã é baseada na teoria racial, segundo a qual só é permitido “o acasalamento de cada animal exclusivamente com os da sua espécie” (p. 71). Se houvesse o cruzamento entre duas espécies o resultado seria o surgimento de um ser inferior e a natureza é contra esse ser, visto que sua premissa é aprimorar a espécie. Hitler aplicou essa mesma teoria aos seres humanos e, portanto, não deveria haver mistura do sangue ariano com um sangue inferior sob o risco de ocorrer um declínio dos “fundadores da cultura” – os arianos. “Se os arianos são os únicos povos fundadores de civilização, podem reivindicar o domínio do mundo, em virtude do seu destino divino” (p. 73). Baseado nisso, Hitler pretendia alargar e enriquecer o império alemão.

De acordo com o decreto “A Nova Ordem da Propriedade Agrícola”, de 12 de maio de 1933, criado pelo Partido Nacional-Socialista: “Só o cidadão alemão de sangue alemão pode ser dono de uma propriedade hereditária. Não é de raça alemã quem tiver entre os seus antepassados varões, ou entre os restantes antepassados até a quarta geração, uma pessoa de origem judaica ou de cor” (REICH, 1988, p. 48).

foi necessário para alcançá-lo, o evento conhecido como Holocausto estará sempre envolto pela violência, pelo despropósito de ações descomunais, pela obscura incerteza de que o inferno se repita e a ameaça de destruição volte a reinar.

Diante de uma equipe inescrupulosa que sobrecarregava a poderosa máquina do Estado moderno com seu monopólio de violência e coerção física, as mais decantadas conquistas da civilização moderna falharam como salvaguardas contra a barbárie. A civilização mostrou-se incapaz de garantir a utilização moral dos terríveis poderes que trouxe à luz (BAUMAN, 1998, p. 136).

A “Solução Final” contou com a fidelidade da burocracia, da organização, da ciência e da técnica como seus principais e indispensáveis aliados, e, desse modo, conseguiu colocar em ação o seu propósito de extermínio, mas, ao mesmo tempo, quebrou as barreiras morais que mantêm a sociedade civilizada. Os recursos modernos deveriam conduzir a sociedade para frente, impulsioná-la para o alcance de mais conquistas; deveria primar pela evolução e pela utilização de suas descobertas em benefício da humanidade. Mas, ao contrário disso, todo o aparato que se fez possível graças à utilização da racionalidade conduziu os homens a um retrocesso, o homem voltou a agir de maneira bárbara mesmo depois que o conhecimento e o esclarecimento integraram a sociedade.

Revelou-se e evidenciou-se, por meio do Holocausto, a fragilidade do homem, o mesmo que se pretendia evoluído e detentor de saberes que contribuiriam com a humanidade; o evento mostrou que a razão nem sempre conduz a algo positivo. Houve uma perda de ética e moral na regulação das ações e das relações interpessoais; a sociedade que se pretendia completamente organizada e racional mostrou-se descontrolada no que diz respeito ao potencial de incivilidade, selvageria e brutalidade.

Parece haver menos esperança que antes em poder contar com as garantias civilizadas contra a desumanidade para controlar a aplicação do potencial instrumental-racional humano, uma vez que o cálculo da eficiência foi agraciado com a suprema autoridade para decidir propósitos políticos (BAUMAN, 1998, p. 141).

Depois do horror que se revelou com o poder de manipulação nazista, com a capacidade de destruição gerada pela organização burocrática, com o alcance sórdido da utilização da razão, bem como da técnica e da ciência e visto que a sociedade já mergulhou profundamente nesse assolador conjunto de barbarismos, resta-nos o medo da reincidência de fatos como o Holocausto. Não há nada no mundo moderno, nem tampouco na civilização atual que possa garantir segurança às pessoas, a qualquer momento pode surgir um novo grupo marcado para morrer, os conflitos sociais não deixaram de existir, a busca pelo poder é

cada vez mais intensa, as descobertas científicas avançam insistentemente e o resultado de todas as pressões que cercam as pessoas será sempre algo imprevisível, não se sabe como o ser humano reage frente às diferentes turbulências que possam surgir, muito embora já tenhamos condições de analisar sua falta de princípios morais em meio a situações extremas e o seu poder de cooperação com qualquer sistema, ainda que este o queira destruir.

2.2 A animalização do homem

Todo o aparato burocrático utilizado pelos nazistas previa, conforme discutimos anteriormente, a aniquilação de pessoas. Mas, antes de serem eliminados, os prisioneiros passaram por um processo de desumanização que os transformou em seres autômatos, em seres incapazes de reagir a qualquer barbarismo. Voltemos, neste ponto, a Bauman (1998), para quem a burocracia utilizou a desumanização das vítimas também como uma estratégia.

Antes que o poder burocraticamente organizado possa contar com a cooperação da própria categoria a ser destruída ou ferida, essa categoria deve ser "selada": removida fisicamente do contexto da vida e preocupações diárias de outros grupos ou separada psicologicamente por definições abertas e inequivocamente discriminatórias e por uma ênfase na sua singularidade (BAUMAN, 1998, p. 148-149).

O discurso pregado contra os judeus foi muito preconceituoso e previa que o povo se tornasse isolado de todos os outros povos, principalmente dos alemães. Para isso, difundiu-se a ideia de que os judeus eram uma ameaça à própria saúde das outras pessoas, e de que eles não eram merecedores do convívio com outros indivíduos, que jamais seriam considerados iguais a eles. Os judeus deveriam desaparecer para que não “contaminassem” a humanidade com suas “doenças” e sua “predisposição ao crime e à barbárie”, que “não condiziam” com os tempos modernos.

Eis aí o segredo do embrutecimento que favorece o antissemitismo. Se, no interior da própria lógica, o conceito cai sobre o particular como algo de puramente exterior, com muito mais razão, na sociedade, tudo o que representa a diferença tem de tremer. As etiquetas são coladas: ou se é amigo, ou inimigo. A falta de consideração pelo sujeito torna as coisas fáceis para a administração. Transferem-se grupos étnicos para outras latitudes, enviam-se indivíduos rotulados de judeus para as câmaras de gás (ADORNO, 1985, p. 166).

Fazer a população imaginar que seria melhor se os judeus não existissem tornou mais fácil fazer desse povo o que se desejou sem que houvesse interposições e clamores em favor

deles, o que se pretendia é que o desaparecimento dos judeus se tornasse algo bom ou indiferente ao resto do mundo, para que ninguém se sentisse na obrigação de intervir por eles. Mas sabe-se que houve os grupos de resistência, aqueles que não se calaram diante da maneira como os judeus eram tratados e que se preocuparam, sim, com o que seria feito deles. No entanto, sua colaboração não foi suficiente para evitar o que veio a acontecer com o povo marcado pela estrela de Davi. Para Adorno (1985), os judeus:

Achavam que era o antissemitismo que vinha desfigurar a ordem, quando, na verdade, é a ordem que não pode viver sem a desfiguração dos homens. A perseguição dos judeus, como a perseguição em geral, não pode se separar de semelhante ordem. Sua essência, por mais que se esconda às vezes, é a violência que hoje se manifesta (p. 140).

Segundo o autor, a estruturação da sociedade foi responsável pelo mal engendrado contra os judeus, a organização e a ambição social foram capazes de rotular as pessoas como “desejáveis” e “indesejáveis” para fazer parte de um sistema econômico. Para sua má sorte, os judeus não receberam o rótulo positivo, ou seja, de criaturas desejáveis, e, sendo assim, não foram inseridos dentro dos planos dos alemães, mas deixados de fora deles. Mas eles foram, sim, inseridos dentro da ordem de destruição pregada pelos nazistas. O judeu se torna o “bode expiatório, não somente para manobras e maquinacões particulares, mas no sentido mais amplo em que a injustiça econômica da classe inteira é descarregada nele” (ADORNO, 1985, p, 144). Porém, esse ódio contra os judeus não foi totalmente desmotivado, conforme nos lembra Adorno (1985):

Os judeus foram os colonizadores do progresso. Desde a época em que ajudaram, como comerciantes, a difundir a civilização romana entre os gentios europeus, eles sempre foram, em consonância com sua religião patriarcal, os representantes de condições citadinas, burguesas e, por fim, industriais. Eles introduziram formas de vida capitalistas nos diversos países e atraíram sobre si o ódio dos que tinham de sofrer sob elas. Por causa do progresso econômico, que é hoje sua perda, os judeus foram sempre um espinho na carne dos artesãos e camponeses, que o capitalismo desclassificara. Agora, eles experimentam em sua própria carne o caráter exclusivo e particular do capitalismo. Os que sempre quiseram ser os primeiros são deixados para trás (p. 145).

Ao passo que a modernidade foi crucial para que tenha acontecido o Holocausto, por causa de seu poder e desenvoltura para organizar, projetar, calcular e criar formas mais vantajosas de se obter algo que é desejado, os usos que foram feitos dessa modernidade podem ser considerados, também, cruciais para a separação que houve entre os judeus e os cidadãos comuns. É fato que somente o antissemitismo não seria capaz de condenar os judeus

como seres humanos indignos de viver no mesmo mundo que as demais pessoas. O ódio pregado contra esse povo deveu-se, antes de mais nada, ao fato de eles terem sido a favor das mudanças, tão temidas, que vinham junto com a expansão da modernidade. O povo judaico era visto como concorrente dos grandes empresários, contra os quais tinha meios de competir diretamente, já que possuía recursos financeiros suficientes para isso, todavia, os alemães se “escondem” atrás de um discurso nacionalista para frear as conquistas judaicas e sua escalada nos negócios e na sociedade.

Hitler apelou para os sentimentos *nacionalistas* das massas, mas decidiu organizar, tal como o marxismo, uma base de massas, desenvolvendo sua própria técnica de propaganda e empregando-a consistentemente.

Ele próprio admite querer impor o imperialismo nacionalista com métodos que aprendeu com o marxismo, incluindo sua técnica de organização de massas. *Mas o êxito desta organização de massas deve-se às próprias massas e não a Hitler.* Foi a estrutura humana autoritária, que teme a liberdade, que possibilitou o êxito de sua propaganda. Por isso, a importância de Hitler, do ponto de vista sociológico, resulta, não da sua personalidade, mas da importância que lhe conferem *as massas*. E o problema é tanto mais complexo quanto é certo que Hitler despreza profundamente as massas, de cujo auxílio necessitava para impor o imperialismo (REICH, 1988, p. 38).

Os judeus foram os primeiros a acatar a nova era de modernização e a tirar vantagem do novo panorama social, do qual a maioria da população ainda estava alienada, ainda não conseguia discernir a respeito das transformações pelas quais a sociedade estava passando. Eles passaram a ameaçar as elites agrárias.

Para a maioria dos integrantes da sociedade, o advento da modernidade significou a destruição da ordem e da segurança; e mais uma vez os judeus foram encarados como situados perto do centro do processo destruidor. A rápida e incompreensível ascensão e transformação social dos judeus parecia resumir a devastação produzida pela promoção da modernidade a tudo que era habitual, familiar e seguro (BAUMAN, 1998, p. 66).

Os judeus não tinham nação, eram considerados invasores em qualquer lugar que se instalassem, mas podiam escolher de qual lado estariam e isso não gerava confiança neles, já que não tinham o espírito do nacionalismo. Eles enfrentaram e tiraram proveito de tudo o que a modernidade abriu como possibilidades e que para as pessoas contrárias à modernidade, era uma ameaça. A ascensão dos judeus aconteceu em um período em que os demais cidadãos sentiam-se ameaçados e inseguros, pois o país enfrentava a crise, a pobreza e a fome advindos dos resultados da primeira guerra mundial e isso gerou entre esses cidadãos a percepção de

que os judeus eram diferentes. Eles despertavam nos outros homens o medo e a incerteza de como seria o futuro, uma incerteza firmada ainda mais pelo novo panorama que viam surgir diante de seus olhos; os judeus, antes opacos diante da sociedade, agora eram capazes de comprar e de vender e de participar da vida econômica com certo prestígio bem como com favoráveis condições monetárias. Diante dessa situação, não demorou para que o povo judeu, aberto às transformações propiciadas pelos tempos modernos, passasse a ser visto como uma ameaça à posição dos antigos detentores do poder, do prestígio e do dinheiro. Além disso, a sociedade, que já se encontrava vulnerável, acreditou mais facilmente no discurso nazista, já que eles eram vistos como aqueles que foram capazes de reestruturar o país depois da guerra. O que a população desconsiderou foi o fato de essa reestruturação ter ocorrido por meio do investimento pesado na indústria bélica, mas, de todo modo, o fato que estava em evidência era a “preocupação” dos nazistas com o país e com o povo alemão e o que eles disseram foi facilmente ouvido e seguido. De acordo com Bauman (1998), os antissemitas associavam os judeus ao dinheiro e a todos os males que o capitalismo podia causar (p. 69).

Os judeus eram vistos como uma força sinistra e destrutiva, como agentes do caos e da desordem; como aquela típica substância pegajosa, escorregadia, que apaga as fronteiras entre as coisas que devem ser mantidas separadas, que torna todas as escadas hierárquicas escorregadias, funde tudo o que tem solidez e profana tudo o que é sagrado (p. 71).

Na realidade, os judeus foram, simplesmente, homens visionários que, em vez de sentirem medo do que seria feito deles após a ascensão da modernidade, sentiram que poderiam tirar vantagens do novo panorama proporcionado pelas transformações impostas pela tecnologia e pelas revoluções. Para Bauman (1998) “praticamente não houve uma única porta fechada na cara da modernidade em que os judeus não tenham batido” (p. 70-71). Eles encararam os novos tempos abertos às mudanças e conseguiram mostrar que existiam dentro da sociedade por meio da conquista de poder e de *status*. No entanto, essa nova posição ocupada pelos judeus passou a incomodar o restante da sociedade, que passou a vê-los como inimigos. Eles se tornaram a “raça indesejada”.

A eliminação dos judeus foi então apresentada como sinônimo da rejeição à ordem moderna. Isso dá a entender um caráter essencialmente pré-moderno do racismo, sua afinidade natural, digamos assim, com emoções antimodernas e sua seletiva adequação como veículo dessas emoções (BAUMAN, 1985, p. 83).

Paradoxalmente ao fato de se querer eliminar os judeus por serem a favor das transformações modernas, temos o fato de que, sem a própria modernidade sua eliminação

não seria possível, ou seja, eles apoiaram o princípio daquela que seria a patrocinadora de sua desgraça. Soma-se a isto o fato de que o próprio racismo “é estritamente um produto moderno. A modernidade tornou possível o racismo” (BAUMAN, 1998, p. 83). Por isso, toda a ascensão que a modernidade proporcionou aos judeus trouxe também o seu lado negativo, o preço pago por acatarem os ideais modernos foi-lhes bastante caro. Os alemães planejaram uma sociedade perfeita, da qual só deviam fazer parte pessoas úteis. Os judeus não eram vistos como úteis e, portanto, não deveriam fazer parte dessa sociedade.

Não foram todos os judeus que se curvaram prontamente diante das ordens e dos desmandos nazistas, houve grupos de resistência contra o autoritarismo que pretendia manipular suas vítimas ao ponto de não deixá-las reagir em favor do próprio destino. A Insurreição de Varsóvia é um exemplo de que muitos homens ainda possuíam o brio de não aceitarem calados aquilo que lhes era imposto, e, muito embora soubessem que este ato teria consequências desastrosas para si mesmos, eles decidiram enfrentá-las e não simplesmente agir como fantoches nas mãos de seus carrascos.

A insurreição foi senão uma forma de escolher a própria morte, segundo ele [Edelman], mas a diferença entre escolher a morte e submeter-se a ela é imensa: é a diferença que separa o ser humano dos animais. Escolhendo a própria morte, realiza-se um ato de vontade e, por meio dele, afirma-se a vinculação ao gênero humano, no sentido forte do termo. Os judeus de outras cidades polonesas deixaram-se abater sem resistência: os judeus do gueto de Varsóvia não se orgulharam dessa atitude e decidiram reagir. Com esse gesto o objetivo já é atingido: reafirmaram o fato de pertencerem à humanidade (TODOROV, 1995, p. 24-25).

Os insurgentes pretendiam, por meio deste ato, não se consagrarem como heróis, nem tampouco conseguir libertar todos os outros prisioneiros e destruir o sistema que queria exterminá-los. Eles sabiam que não seria possível medir forças com a ordem estabelecida. O que eles pretendiam era mostrar que ainda possuíam a dignidade de homens pensantes e que o seu potencial humano não estava destruído, que eles ainda não se tinham transformado em animais, que eram capazes de agir e de reagir, de resistir ao processo que os queria despersonalizar.

Em decorrência dos sofrimentos enfrentados pelos prisioneiros desde sua captura e, principalmente, dentro dos campos, notou-se uma enorme falta de solidariedade entre eles. Já apontamos o fato de que os judeus de classes mais favorecidas não se enxergavam como pertencentes à mesma classe dos judeus mais pobres, essa cisão entre as pessoas de um mesmo grupo foi o ponto de partida da destruição judaica. Esta cisão está na base da grande

maioria dos países hoje. Atentemo-nos, também, ao fato de que, dentro do campo, as regras eram ditadas pelos carrascos, no entanto, os prisioneiros criaram suas próprias regras para conseguir sobreviver e para tirar vantagens de tudo quanto fosse possível, ainda que para isso tivessem que sacrificar os colegas. No capítulo “Aquém do bem e do mal”, Levi expõe brevemente como procediam os prisioneiros mais experientes para conseguir coisas de que precisavam, tratava-se, na verdade, de meios dos quais se serviam para conseguirem se manter vivos dentro daquela estrutura que pretendia, todo o tempo, tirar de seus prisioneiros não somente a vida, mas a honra, a dignidade, os últimos traços que os delineavam como seres humanos.

Neste capítulo é apresentada a Bolsa, em analogia simbólica à própria Bolsa de Valores: os prisioneiros trocam todos os tipos de bens que possuem por outros que possam ser de maior valia, seja a ração de pão, seja uma colher; tudo ocorre em um canto do campo longe dos SS. Para ter sua moeda de troca muitos apelam para o roubo e, na Bolsa, os preços variam de dia para dia, sendo que o “comércio” é feito inclusive com os trabalhadores externos da fábrica. Ao final do capítulo, Levi dirige-se ao leitor, diretamente, e pede para que este reflita sobre as operações, pondo em questão o fato de serem consideradas boas ou más em um lugar como o campo. Pensamos então, como leitores, que sem esses “esquemas” a sobrevivência no campo seria ainda mais difícil.

Desejaríamos, agora, convidar o leitor a meditar sobre o significado que podiam ter para nós, dentro do Campo, as velhas palavras “bem” e “mal”, “certo” e “errado”. Que cada qual julgue, na base do quadro que retratamos e dos exemplos que relatamos, o quanto, de nosso mundo moral comum, poderia subsistir aquém dos arames farpados (LEVI, 1988, p. 87).

Nesse processo de desumanização pelo qual passaram os prisioneiros, houve uma irreparável perda de valores morais, os homens já não eram mais capazes de distinguir aquilo que era correto daquilo que era incorreto, seus princípios como cidadãos haviam sido extirpados juntamente com a sua crença na bondade de seus semelhantes. Por isso, nada que se fizesse poderia ser considerado um crime dentro do campo, a capacidade de julgar e de reconhecer valores morais havia se extinguido por força de violência e maus tratos, vivenciados todo o tempo e sem piedade. Assim, roubar, entregar um amigo ou trapacear foram atos que se tornaram banais e não susceptíveis de julgamentos dentre os prisioneiros. Ali, todos sabiam reconhecer as dificuldades em se manter mais um dia a salvo das câmaras de gás.

Para Bauman (1998), “A moralidade não é um produto da sociedade. A moralidade é algo que a sociedade manipula — explora, redireciona, espreme” (p. 212). As circunstâncias em que viviam os prisioneiros fizeram com que eles deixassem de se preocupar com a moral e com a integridade de seus atos; na luta pela vida foram desconsiderados muitos dos aspectos que os mantinham dentro da categoria humana. Em meio à agonia que se vivia durante o período nazista qualquer benefício alcançado, qualquer dia a mais que se vivia já era considerado um grande feito. Os mais fracos e menos espertos pereceram primeiro, não tiveram a estrutura física e psicológica para conseguir sobreviver. Muito antes de morrer as vítimas foram desprovidas de sua dignidade, ainda nos guetos foram obrigados a trair e a deixar de lado a sensibilidade que se abate sobre as pessoas em condições desgraçadas. Aqueles que resistiram até o fim, não foram somente os mais fortes, foram os mais traiçoeiros, os mais perversos, ou seja, numa realidade em que a moralidade se torna relativa, os mais aptos a sobreviver em condições extremas podem ser considerados aqueles mais desumanos. Pode ser que alguns dos que resistiram já fossem inescrupulosos, mas também pode ser verídico o fato de que muitos tenham assim se tornado por conta das circunstâncias, o que nem sempre é possível avaliar de forma objetiva.

Outros prisioneiros, ainda, como é o caso de Primo Levi, só conseguiram sobreviver por possuírem certas “vantagens” dentro do campo. Levi era químico de formação e, após ter sido aprovado em uma prova de química passou a trabalhar em um laboratório do campo. Neste lugar, ele não ficava exposto ao frio, o trabalho não era tão penoso quanto o dos trabalhadores da fábrica e, por não se desgastar tanto com o trabalho, não sentia tanta fome quanto antes e o alimento não era completamente insuficiente. O autor “costumava declarar em entrevistas que sobreviveu a Auschwitz graças aos seus conhecimentos de química” (MAURO, 2010, p. 37). Ou seja, Levi foi um dos sobreviventes porque não chegou até o fundo, como tantos outros prisioneiros, esses não sobreviveram para contar tudo o que passaram e o completo horror que representaram os campos de concentração nunca será algo totalmente descritível e conhecido. Por isso, “a escrita do sobrevivente se vincula à memória daqueles que não sobreviveram [...] escrever é também uma forma de dar túmulo aos mortos” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 55). Embora não tenha presenciado todas as atrocidades cometidas pelos nazistas, Levi falou em seu nome e também em nome daqueles que o sistema conseguiu destruir, ele e os demais sobreviventes que se dispuseram a falar não querem denunciar os crimes, mas esclarecer o mundo quanto à barbaridade produzida em pleno desenvolvimento moderno.

A importância — e o perigo — da indiferença moral tornam-se particularmente agudos na nossa moderna sociedade industrial racionalizada, tecnologicamente eficiente, porque em tal sociedade a ação humana pode ser efetiva à distância e a uma distância sempre crescente com o progresso da ciência, da tecnologia e da burocracia (BAUMAN, 1998, p. 222).

Com o auxílio de todas as facilidades propiciadas pela modernidade, é possível organizar, administrar e, por conseguinte, destruir, mesmo estando muito longe do ato e, além disso, quanto maior a distância dos acontecimentos, menor a “culpa” dos mandantes, se é que eles se sentem culpados por algo, visto que os seus “princípios morais” estão camuflados pelo forte discurso de cooperação com algo que se quer grandioso, neste caso, a concretização do sonho de se obter uma Alemanha sem judeus, somente composta por cidadãos de raça pura e que serão fundamentais para o desenvolvimento do país. A perda da preocupação moral acometeu a todos os envolvidos no processo de destruição, a começar por Hitler e por todos os SS, todos os que fizeram parte do trabalho orquestrado que devastou milhões de pessoas. Todas essas pessoas ligadas à execução do Holocausto foram persuadidas a cometer o que fizeram em nome de um propósito maior. Para elas, matar não era crime, tratar pessoas como animais era merecimento, agir como carrascos era a maneira de impor a ordem, ou seja, a sociedade era quem ditava o certo e o errado, e, para ela, tudo isso era algo comum.

Se cada gesto do indivíduo é determinado pelas ordens de seus superiores e pela necessidade de sobreviver, sua liberdade está reduzida a nada e não se pode exercer de fato a vontade para escolher uma conduta em lugar de outra. Ora, onde não há escolha, tampouco há lugar para qualquer vida moral (TODOROV, 1995, p. 42).

Dentro do campo de concentração, ficou muito claro para os prisioneiros que eles seriam tratados com muita violência, o medo que eles tinham das surras e, principalmente, do extermínio, os conduziu a optarem pela colaboração com o sistema. A esperança de voltar para casa, a crença de que seriam libertados caso fossem leais às normas impostas foram fatores que impeliram os prisioneiros a cumprir o que deles se esperava, ou seja, que obedecessem às ordens e que contribuíssem com a máquina de desumanização e morte projetada pelos nazistas. O discurso do campo era o de que deveriam trabalhar, e que somente o trabalho os libertaria, portanto, eles trabalhavam, imaginando que esse seria o meio de escapar de sua sina, muito previamente traçada e planejada, que era a morte. Para Adorno (1985) “a consciência moral está liquidada no fascismo [...] perde seu objetivo, pois a responsabilidade do indivíduo por si mesmo e pelos seus é substituída muito simplesmente

por sua contribuição ao aparelho, como que isso ocorra sob as antigas categorias morais” (p. 163).

O mundo desumano criado por uma tirania homicida desumanizou as suas vítimas e aqueles que assistiram passivamente à vitimação, o que obteve pressionando uns e outros a usar a lógica da autopreservação como meio de se absolverem da inação e insensibilidade moral. Ninguém pode ser considerado culpado pelo simples fato de ceder sob tal pressão (BAUMAN, 1998, p. 235).

Primo Levi, em *É isto um homem?* (1988), nos parece consciente de que seu fim e o dos outros prisioneiros é algo certo, no entanto, ele é um exemplo de quem não desistiu de lutar pela vida, nem quando tudo já parecia perdido e sem sentido. Ele cumpriu as ordens dos SS, trabalhou conforme lhe era ordenado, aprendeu a conviver com seus companheiros, aprendeu diferentes formas de obter as coisas de que precisava, resistiu à fome, ao frio, ao cansaço, às ameaças de morte, às seleções e, enfim, alcançou novamente a liberdade. Levi sobreviveu ao horror de Auschwitz, mas o horror vivido permaneceu dentro dele, sua vida depois da experiência nazista ficara marcada para sempre, e ele admite, com relação ao que conta em *É isto um homem?* (1988): “Os personagens destas páginas não são homens. A sua humanidade ficou sufocada, ou eles mesmos a sufocaram, sob a ofensa padecida ou infligida a outros” (p. 124). Levi aponta para o leitor essa transformação pela qual passaram os prisioneiros: já não são homens.

A luta dos prisioneiros era, justamente, pela vida, assim, eles seguiram obedientes a uma engrenagem que os destruía dia após dia, hora após hora. Ser tirado de sua residência, separado de sua família, ser humilhado durante a deportação, ter os cabelos raspados, vestir o uniforme de um prisioneiro, mesmo sem ter cometido crime nenhum, reduzir-se a um número tatuado no braço, trabalhar forçadamente nos piores tipos de trabalho, não conseguir descansar, sentir dores, adoecer, estar condenado à morte, essa é a realidade dos indivíduos que devem ser aniquilados, mas eles tinham, como qualquer ser humano, um impulso pela vida, esse impulso não os deixava desistir antes de lutar, e eles lutaram, bravamente. No entanto, seu objetivo de viver enfrentava o objetivo, muito mais forte, que os nazistas tinham de destruí-los, ou seja, a grande maioria dos prisioneiros perdeu a luta pela liberdade, pela vida, e acabou sendo mais um na contabilidade de exterminados.

Para Todorov (1995), “Empregando-se meios extremos, é de fato possível destruir o contrato social pela base, obtendo-se da parte dos homens reações puramente animais” (p. 47). A perda da humanidade pela qual passaram os prisioneiros não poderia ser fruto senão, mais uma vez, da burocracia e da organização tão bem planejada pelos nazistas. O modo

como os carrascos tratavam os indivíduos em nada se assemelhava ao tratamento que deveria ser conferido a seres humanos, a violência, os gritos, as ordens, os desmandos, tudo levava a crer, aos próprios prisioneiros, que eles eram animais assustados diante do perigo do abatimento: “Pela primeira vez, então, nos damos conta de que a nossa língua não tem palavras para expressar esta ofensa, a aniquilação de um homem. Num instante, por intuição quase profética, a realidade nos foi revelada: chegamos ao fundo” (LEVI, 1988, p. 24-25). As roupas sujas, manchadas, a falta de cuidados com a higiene, as doenças que se propagavam rapidamente, o descaso com a alimentação, o trabalho penoso, as humilhações físicas e psicológicas e as iminentes ameaças transformaram homens em bichos acuados e sem capacidade de pensar, indivíduos moldados para contribuir com o seu próprio fim e sem reação ou disposição para tornarem a ser homens.

Em geral, todos os governantes podem confiar que a racionalidade esteja do seu lado. Mas os governantes nazistas, além do mais, truncaram de tal forma as regras do jogo que a racionalidade da sobrevivência tornaria irracionais todos os outros motivos da ação humana. Dentro do mundo moldado segundo os padrões nazistas, a razão era inimiga da moralidade. A lógica requeria o apoio ao crime. A defesa racional da própria sobrevivência apelava a não resistir à destruição dos outros. Tal racionalidade lançava os sofredores uns contra os outros e obliterava sua humanidade comum. Também fazia deles uma ameaça e um inimigo para todos os outros ainda não marcados para morrer e por enquanto desfrutando do papel de espectadores. Indulgente, o nobre credo da racionalidade absolvía tanto as vítimas como os espectadores da acusação de imoralidade e da consciência culpada. Tendo reduzido a vida humana ao cálculo da autopreservação, esta racionalidade roubava à vida humana sua humanidade (BAUMAN, 1998, p. 232-233).

Mas há algumas contradições no que concerne à total perda de princípios morais, Levi nos relata em *É isto um homem?*, o companheirismo que existiu entre ele e seus amigos, especialmente depois que o campo foi abandonado pelos SS após os ataques russos. O princípio de cooperação não estava completamente destruído, e isso mostra que, no fundo, as características humanas ainda residiam dentro dos sobreviventes, apesar de todo o embrutecimento e insensibilidade que as condições de sobrevivência no campo imprimiam sobre seus prisioneiros.

Uma parte da nossa existência está nas almas de quem se aproxima de nós; por isso, não é humana a experiência de quem viveu nos dias nos quais o homem foi apenas uma coisa ante os olhos de outro homem. Nós três ficamos em grande parte imunes a isso e por essa razão nos devemos gratidão recíproca. Minha amizade com Charles resistirá ao tempo (LEVI, 1988, p. 173-174).

Aquilo que o campo não foi capaz de destruir dentro das pessoas foi vivido com muito mais intensidade dentro de um lugar onde nada mais se espera de seu semelhante, a não ser o abandono ou a traição. Os laços que foram verdadeiramente criados não se extinguíram apesar do tempo ou da distância, aqueles que permanecem lado a lado nos piores momentos terão um vínculo eterno de amizade, solidariedade e de dor, visto que podem se compreender mutuamente em função da experiência que viveram conjuntamente.

Reduzidos, como todos os outros objetos de gerenciamento burocrático, a meros números desprovidos de qualidade, os objetos humanos perdem sua identidade. Eles são sempre desumanizados — no sentido de que a língua em que são narradas as coisas que acontecem a eles (ou que são feitas a eles) preserva seus referenciais de qualquer avaliação ética. De fato, essa língua não se adequa a frases normativo-morais. Só os humanos podem ser objetos de proposições éticas. (As verdadeiras declarações morais por vezes se estendem com efeito a outros seres vivos, não humanos; mas só podem fazê-lo partindo de sua base antropomórfica original.) Os seres humanos perdem essa capacidade assim que reduzidos a cifras.

A desumanização liga-se de modo inextricável à tendência mais essencial, racionalizante, da moderna burocracia. Como todas as burocracias afetam em alguma medida alguns objetos humanos, o impacto negativo da desumanização é muito mais comum do que sugeriria o hábito de identificá-lo quase totalmente com seus efeitos genocidas. Mandam os soldados atirar em alvos, que caem quando são atingidos (BAUMAN, 1998, p. 127).

Difícil dizer até que ponto os prisioneiros perderam suas características humanas. E os que sobreviveram? Teriam tornado a serem homens novamente depois da experiência dos campos de concentração e de serem vitimados dentro dos procedimentos mais torpes de desumanização? As feridas adquiridas enquanto prisioneiros jamais cicatrizaram, os sobreviventes tiveram que aprender a lidar com a dor, mas eles não conseguiram voltar a ser quem eram antes do trauma que sofreram em mãos nazistas. Tiveram que conviver com as feridas sempre abertas e doloridas de um evento que marcara para sempre suas vidas e que afetara o curso de seus destinos. Ninguém voltou dos campos de concentração do mesmo modo que entrou, o peso das emoções vividas lá dentro pousou sobre seus ombros e não mais os deixou, em suas mentes reside e residirá sempre a tristeza das lembranças, o fantasma da dor ronda o espírito dos seres que, atormentados pelas imagens que habitam em sua memória, jamais serão capazes de se enxergar novamente como homens.

O Holocausto atingiu não só nos campos de concentração os sacrificados escolhidos, mas décadas depois. Como se a libertação dos campos adiasse a sentença que os escolhidos para morrer proferiram depois contra si próprios: suicidaram-se Paul Celan, Tadeusz

Borowski, Jean Améry e, além deles, Primo Levi, que, por sua vez, num ensaio polêmico, confrontou o radicalismo existencial resoluto de Améry (KERTÉSZ, 2004, p. 70).

Seu suicídio (que culpa todos e todas as sociedades que produziram a *Shoah*), evidencia a culpa do sobrevivente como um recalco que retorna (Freud). Este suicídio, porém, não se reduz a um ato individual, a uma escolha individual. Ele foi gestado no campo de extermínio que o vitimou e acusa todos os envolvidos no massacre, afirmando a culpa dos nazistas na terrível experiência que ele viveu. Esse suicídio nega a possibilidade de esquecimento do tormento que manchou sua vida e a história. Os sobreviventes resistiram sem ser assassinados, mas acabaram maculados demais pelas recordações do pesadelo que viveram em Auschwitz, não foi possível retomar a vida que tinham antes, não foi possível esquecer a desgraça que se abatera sobre eles, não foi possível prosseguir sem olhar para trás e o peso desse passado, sempre presente, tornou-se um fardo muito grande para ser carregado.

3. ANÁLISE DE *É ISTO UM HOMEM?*, DE PRIMO LEVI

3.1 O regime nazista e a burocratização de suas formas de desumanização

O modo como o regime nazista agia com relação às pessoas que deveriam ser exterminadas seguia, desde o princípio, rígida organização para que fosse efetivo e para que nada saísse de seu controle. Primeiramente, alguns prisioneiros eram pegos pelos SS, mas muitos outros acabaram rendendo-se, por medo ou desespero de viver fugindo das tropas. Primo Levi, que pertencia ao grupo de pessoas contrárias ao regime, quando capturado, foi levado para Fóssoli, um campo de concentração para onde o regime fascista levava pessoas suspeitas de contrariar sua autoridade. Depois de algumas semanas, os prisioneiros que ali se encontravam receberam a notícia de que seriam deportados, deveriam fazer uma longa viagem não se sabia para onde, mas que duraria dias.

No dia 20 de fevereiro, os alemães tinham inspecionado meticulosamente o campo de concentração e feito públicos e veementes protestos junto ao comissário italiano, por causa da má organização da cozinha e insuficiente quantidade de lenha destinada à calefação; até disseram que em breve se instalaria uma enfermaria. Na manhã do dia 21, porém, soube-se que os judeus seriam levados no dia seguinte. Todos, sem exceção. Inclusive as crianças, os velhos, os doentes. Não se sabia para onde. A ordem era preparar-se para uma viagem de quinze dias. Se um prisioneiro faltasse à chamada, dez seriam fuzilados (LEVI, 1988, p. 13).

Fazia parte do planejamento não contar aos prisioneiros para onde iriam, para não causar pânico, o local não deveria ser mencionado para que não houvesse o risco de outras pessoas descobrirem para onde eram levados. A instrução que recebiam era que levassem os bens que possuísem e que pudessem carregar, muito claramente ninguém usaria relógios de ouro ou prataria de luxo em um campo de concentração, mas as pessoas ficavam convencidas de que deveriam levar o que pudessem e assim o faziam. Neste caso, o que se pretendia era unicamente favorecer o enriquecimento dos SS com as posses de pessoas que já não precisariam mais de apetrechos como aqueles. E, como se sabe, muitos dos judeus enviados para os campos possuíam bens e viviam uma vida de classe média, com recursos para viver com certa tranquilidade; esses bens e propriedades passavam para o poder do Estado.

Mas alguns prisioneiros, que conseguiam estabelecer contato com outros, acabavam convencidos de que esta viagem os levaria de encontro à morte. Levi sabia o que significava a partida. Apesar disto, ele nos conta que tudo, no campo, continuou a funcionar normalmente até que o último anúncio fosse feito, até mesmo na escola os alunos tiveram aula, mas “as crianças não receberam dever para o dia seguinte” (LEVI, 1988, p. 13). Desse modo, os prisioneiros tiveram pouco tempo para lamentações e, teriam ainda, pouco tempo para pensar em algo como rebelião, tentativa de fuga ou qualquer coisa que tirasse a ordem de sua perfeita condição: “O tempo da meditação, o tempo do julgamento havia acabado, e qualquer impulso razoável derreia-se no tumulto desenfreado” (LEVI, 1988, p. 14).

Desde o princípio os prisioneiros entenderam que a organização dos SS seria uma constante: “Com a absurda precisão à qual em breve nos acostumaríamos, os alemães fizeram a chamada” (LEVI, 1988, p. 14). A viagem era feita em vagões de carga “trancados por fora, e, dentro, homens, mulheres e crianças socados sem piedade, como mercadoria barata, a caminho do nada, morro abaixo, para o fundo” (LEVI, 1988, p. 15). Essa situação já era suficiente para tirar a vida de um grande contingente de pessoas, e quanto menos pessoas chegassem aos campos, menos pessoas deveriam ser exterminadas de outros modos, ou seja, as condições da viagem já haviam sido pensadas de maneira que o sistema já conseguisse eliminar um bom número de prisioneiros. Ali começava o extermínio, ali começava a ser posto em ação o plano de destruição nazista. Aqueles que resistiam à viagem já deixavam dentro daquele trem muitas outras coisas, que, para muitos, eram tão importantes quanto a própria vida, tais como, dignidade, pudor, honra, esperança, a própria característica primordial que possuíam, a humanidade. Isto porque os prisioneiros passavam dias fechados dentro dos trens com escassa alimentação, sem água, sem um lugar apropriado para resolver suas necessidades fisiológicas e sem o mínimo de higiene e de cuidados que os fizessem pensar

que seriam levados para algum bom lugar. Também internamente, muitas pessoas já começavam a morrer dentro dos trens, separados dos parentes e da família, com medo de não tornar a vê-los, com medo do que seria feito deles e também de si mesmos.

São poucos os homens que sabem enfrentar a morte com dignidade, e nem sempre são aqueles de quem poderíamos esperar. Poucos sabem calar e respeitar o silêncio alheio. Frequentemente, o nosso sono inquieto era interrompido por brigas barulhentas e fúteis, por imprecações, por socos e pontapés largados às cegas, reagindo contra algum contato incômodo, mas inevitável. Então alguém acendia a chama mortífera de uma vela, revelando no chão um escuro fervilhar, uma massa humana confusa e contínua, entorpecida e sofrendo, erguendo-se aqui e acolá em convulsões repentinas, logo sufocadas pelo cansaço (LEVI, 1988, p. 16).

Acima Levi nos descreve o processo de perda da dignidade, todos aqueles homens amontoados em um mesmo espaço, incomodados com a proximidade entre eles e tratados como gado nos trens de carga acaba por criar uma situação na qual até mesmo os homens dotados de maiores princípios não conseguem reagir bem, eles se enfurecem com as condições da viagem, com o ambiente, com o cansaço, e reagem como animais, de maneira violenta, imprópria. Afinal de contas, não é possível agir normalmente em um lugar onde o espaço é tão reduzido, as pessoas são tantas e tão diferentes e, especialmente, quando todas elas estão incertas quanto ao que as espera, quanto ao que será feito delas e de seus familiares. Além disso, elas não têm motivos para acreditar que quando as portas dos trens se abrirem algo positivo possa surpreendê-las.

Desde os primeiros contatos com os SS, os prisioneiros eram tratados com muita violência, apanhavam ou morriam caso desobedecessem, ações que tinham por preceito “disciplinar” os mais novos moradores do campo, que deveriam, desde já, saber que não lhes cabia contrariar as ordens que recebiam nem muito menos contestá-las, até porque, provavelmente não seriam compreendidos. Os que morriam perante os colegas de mesma sorte deveriam servir de exemplo. A violência choca quando vista em uma primeira instância, e o intuito era mesmo o de chocar, de aterrorizar, de causar temor naquelas pessoas cujo destino estava nas mãos de pessoas que, elas também, deveriam colaborar com o sistema burocrático e não deixar de cumprir o seu papel de carrasco.

Foram justamente as privações, as pancadas, o frio, a sede que, durante a viagem e depois dela, nos impediram de mergulhar no vazio de um desespero sem fim. Foi isso. Não a vontade de viver, nem uma resignação consciente: dela poucos homens são capazes, e nós éramos apenas exemplares comuns da espécie humana (LEVI, 1988, p. 15).

A vontade de viver sucumbe às necessidades ainda mais imediatas, como a preocupação, o frio, a sede e a fome. Desde as viagens de deportação para os campos, ainda dentro dos vagões dos trens, começa-se a inverter a ordem das prioridades: arrumar um jeito de se aquecer, de matar a sede e a fome, de conseguir um espaço maior, de resolver a vontade de urinar, de poder dormir alguns minutos, acabam se transformando em questões mais importantes, essas se tornam necessidades fundamentais que devem, antes de tudo, ser atendidas. Durante as paradas, quando os vagões dos trens eram abertos, os prisioneiros já haviam entendido que não seria uma boa ideia tentar fugir, pois pagariam pela infração com a própria vida. Se alguém os ajudasse por certo teria a mesma sorte, portanto, poucos prisioneiros arriscavam-se a escapar das mãos dos soldados e, quando conseguiam, eram pegos pelas balas de suas metralhadoras. Os prisioneiros que conseguissem resistir ao tormento da viagem e chegassem ao campo passavam pela seleção, eles não sabiam, mas já na chegada haviam os encarregados de escolher quais iriam entrar no campo para trabalhar como escravos e quais já iriam em direção à morte, ou seja, aqueles que aparentemente não demonstrassem que resistiriam ao trabalho forçado, às condições de vida e às regras do campo já eram selecionados para a extinção. Desse modo os SS livravam-se de problemas futuros, como a substituição prematura daqueles que não aguentariam as primeiras horas de horror proporcionadas pelos comandantes e pelo sistema nazista.

Hoje, porém, sabemos muito bem que, nessa escolha rápida e sumária, tinha-se julgado, para cada um de nós, se poderia ou não trabalhar de maneira útil para o Reich; sabemos que nos campos de Buna-Monovitz e Birkenau só entraram noventa e seis homens e vinte e nove mulheres do nosso trem, e que de todos os restantes (mais de quinhentos) nenhum vivia mais dois dias depois. Também sabemos que nem sempre foi seguido esse critério, ainda que tênue, de discriminação entre hábeis e inábeis e que, mais tarde, frequentemente adotou-se o sistema de abrir simultaneamente as portas dos dois lados dos vagões, sem aviso algum, nem instruções, aos recém-chegados. Entravam no Campo os que, casualmente, tinham descido por um lado ‘certo’; os do outro lado, iam para a câmara de gás (LEVI, 1988, p. 18).

Como o contingente de judeus era muito grande para selecionar e analisar a todos eles, acabou-se por adotar o sistema da aleatoriedade da escolha, o qual passa a obedecer um novo critério: o do tempo. São tantos judeus a chegarem de uma única vez que vai se tornando cada vez mais complicado para a burocracia dos campos separar, classificar e estabelecer a aptidão ou inaptidão física para o trabalho. Desse modo, até mesmo aquilo que parece absurdamente aleatório atende, na verdade, aos interesses administrativos e à razão burocrática que organiza

a experiência dos campos de concentração. Os que haviam sido selecionados para entrar no campo enfrentavam, primeiramente, a separação dos amigos, dos parentes ou de quem quer que tivesse viajado com eles durante os tantos dias no trem. Em todos os momentos os prisioneiros estavam envoltos pela nebulosa incerteza de qual seria o seu destino. Por certo essa estratégia evitava que se recusassem a fazer o que lhes fosse solicitado, pois, se soubessem o que os esperavam certamente resistiriam, principalmente os que eram enviados à morte, já que poucas pessoas conseguem manter-se calmas ao saber que estão indo encarar a própria aniquilação das maneiras mais tenebrosas.

Havia, para esses que foram selecionados a entrar no campo, um certo “ritual” a passar: deveriam entregar tudo que possuísem aos carrascos, inclusive as roupas que estavam vestindo; tinham cabelos e barbas, literalmente, tosquiados, e tomavam um banho antes de receber o uniforme listrado que os transformava oficialmente em prisioneiros, integrantes de um campo de concentração que visava sua aniquilação depois de usar até suas últimas forças em benefício dos projetos nazistas. Alguns, como o próprio Primo Levi, recebiam uma tatuagem, um número que seria, dali em diante, a sua forma de identificação. Estavam reduzidos a um número, simplesmente um número a mais para a contabilidade dos encarregados de entrada e saída de prisioneiros no campo.

Häftling: aprendi que sou um *Häftling*. Meu nome é 174.517; fomos batizados, levaremos até a morte essa marca tatuada no braço esquerdo [...] Ao que parece, esta é a verdadeira iniciação: só “mostrando o número” recebe-se o pão e a sopa. Necessitamos de vários dias e de muitos socos e bofetadas, até criarmos o hábito de mostrar prontamente o número, de modo a não atrapalhar as cotidianas operações de distribuição de víveres; necessitamos de semanas e meses para acostumar-nos ao som do número em alemão. E durante muitos dias, quando o hábito da vida em liberdade me levava a olhar a hora no relógio, no pulso aparecia-me, ironicamente, meu novo nome, esse número tatuado em marcas azuladas sob a pele.

Só bem mais tarde, pouco a pouco, alguns de nós aprenderam algo da macabra ciência dos números de Auschwitz, na qual se resumem as etapas da destruição do judaísmo europeu. Aos velhos do Campo, o número revela tudo: a época da entrada no Campo, o comboio com o qual se chegou e, conseqüentemente, a nacionalidade. Todos tratarão com respeito os números entre 30.000 e 80.000: sobraram apenas algumas centenas, assinalam os poucos sobreviventes dos guetos poloneses. Convém abrir bem os olhos ao entrar-se em relações comerciais com um 116.000 ou 117.000: já devem estar reduzidos a uns quarenta, mas trata-se dos gregos de Tessalônica, não devemos deixar-nos enrolar. Quanto aos números mais altos, carregam uma nota de leve ironia, como acontece para os termos “novato” ou “calouro” na vida normal (LEVI, 1988, p. 25-26).

Ou seja, a lógica burocrática reduz a vida humana a um registro numérico, como qualquer bem ou mercadoria registrada no estoque de uma fábrica. Existe uma lógica na classificação, os números não são designados aleatoriamente, isso facilita o processo de “armazenamento” das peças do campo, e peças, de fato, não possuem nomes. Portanto, esse é um dos fatores que mais corroboram com a perda de identidade dos prisioneiros, eles não têm mais nome, seu nome é um número, eles têm no braço o número de sua estocagem dentro de Auschwitz, a qual, para muitos, foi bastante fugaz.

Não obstante separados de pessoas conhecidas que pudessem garantir um mínimo de conforto às suas almas desesperadas, os prisioneiros que entravam no campo teriam de enfrentar os novos companheiros, cuja aparência já não era nada agradável e cuja receptividade também não deveria ser nada convidativa, pois os prisioneiros mais antigos que viam chegar novas pessoas para trabalhar poderiam imaginar que sua hora de deixar o campo estava mais próxima, além disso, os recém-chegados ainda possuíam um certo ar de normalidade e de força que os amedrontava. No entanto, após alguns dias, todos os prisioneiros passavam a possuir a mesma debilitada aparência de quem não tem mais sua própria identidade: “Os prisioneiros estavam transformados em bonecos, miseráveis, fantasmas que não se reconheciam, porque, a cada dia, ficavam mais disformes, mais sem vida” (MEDEIROS, 2009, p. 101).

A comunicação entre os prisioneiros era bastante difícil, pois que estavam confinadas, nos campos, pessoas de diversos países e que, portanto, falavam diversas línguas, além disso, a maioria deles não entendia os comandos que eram dados em alemão, o que gerava mais violência e os prisioneiros que não atendessem prontamente às ordens que recebiam, novamente, apanhavam de seus carrascos. O desconforto dos primeiros dias fazia com que muitos dos prisioneiros não resistissem à primeira semana de campo e os que resistiam deveriam habituar-se a todo o sistema engendrado para destruí-los, sendo que, aos poucos, iam tomando conhecimento de como as coisas realmente funcionavam dentro daquela estrutura que os transformava, interna e externamente, em criaturas embrutecidas e transtornadas. Dia após dia enfrentavam novas dificuldades e tinham de aprender a lidar com elas da maneira como podiam: a fome, o frio, a incomunicabilidade, o medo, a exaustão pelo trabalho duro, as doenças que eram parte do campo, em resumo, estavam cercados pelo temor, pelas preocupações a respeito do que ainda estaria reservado para eles.

O uniforme é outro detalhe no processo de perda da identidade, já que iguala, na aparência, todos os prisioneiros, bem como é outro elemento da ordem burocrática do trabalho nas fábricas aplicado à estrutura dos campos de concentração: assim como o trabalhador do

sistema de produção burguês, um sistema marcado pela organização racional da estrutura de produção, o prisioneiro do campo também recebe um uniforme que o confunde com parte da própria estrutura em que passa a viver e trabalhar forçadamente. Assim que veste seu uniforme listrado e sujo, Primo Levi já tem consciência de sua situação: “Condição humana mais miserável não existe, não dá para imaginar” (LEVI, 1988, p. 25). É possível notarmos a indignação nas palavras desta testemunha do horror que foi vivido pelos prisioneiros de Auschwitz, Levi sabe quão miseráveis se tornam todos os seres que adentram os portões do campo, ele sabe que ninguém os ouvirá, por mais que eles gritem, mas a maioria não terá forças para gritar, tornam-se apáticos assim que se tornam prisioneiros em um lugar que visa à sua destruição. Em seu livro *Assim foi Auschwitz*, Levi assim nos reporta sobre a organização dos campos:

na época de nossa deportação pensávamos que nosso destino consistiria numa prisão muito dura, em trabalhos forçados, em alimentação escassa etc., mas não prevíamos que se desenvolvesse no campo de concentração uma ação de extermínio tão metódica e numa escala tão grande (LEVI, 2015, p. 130).

Ou seja, os prisioneiros não tinham ideia das proporções burocráticas do lugar para o qual haviam sido levados, isso só passam a entender aos poucos. Descubrem, por exemplo, que os SS são astuciosos e bem treinados para desempenhar seu papel.

Levi nos descreve a operação de tatuagem dos números nos braços como “extraordinariamente rápida: “A operação foi pouco dolorosa e extraordinariamente rápida: colocaram-nos numa fila e, um por um, conforme a ordem alfabética dos nossos nomes, passamos por um hábil funcionário, munido de uma espécie de punção com uma agulha minúscula” (LEVI, 1988, p. 25). Esse procedimento é tão comum no campo de concentração como o é, do ponto de vista administrativo, o registro do trabalhador de uma fábrica, trata-se de um procedimento que torna o indivíduo, “oficialmente”, um funcionário. O empregado da fábrica possui um número em sua carteira de trabalho, para o empregador, esse funcionário nada mais é do que este número que, para continuar empregado, deve mostrar que seu trabalho é efetivo e que sua mão de obra interessa para a manutenção de seu empreendimento, caso contrário, este funcionário será dispensado. É esta mesma lógica que guia os prisioneiros do campo, a partir do momento que se tornam improdutivos para o sistema, não interessa mais mantê-los vivos e gerando gastos com sua alimentação ou ocupando uma vaga que pode ser de alguém que possa contribuir com um trabalho mais qualificado e eficiente. Podemos, ainda, comparar esse registro dos prisioneiros de Auschwitz aos prisioneiros comuns, aqueles que cometem algum crime e vão para a prisão, esses também são fotografados juntamente

como uma placa que contém um número, esse será o seu nome perante a polícia ou os carcereiros. No entanto, quanto aos prisioneiros dos nazistas, a sua grande maioria não cometeu crime algum, e há o terrível agravante: aqueles que cometeram crimes são considerados superiores aos prisioneiros comuns, os judeus, por exemplo. Esse processo de marcação nos remete, ainda, à marcação que recebem os animais, para controle do rebanho, portanto, esse gesto de marcar, a um só tempo, registra os sujeitos e também os aproxima de uma condição desumanizada.

E os nazistas não perdem tempo, há muitas pessoas para renomear por meio desses números, e eles não podem deixar de cumprir as ordens de seus superiores, também não podem perder tempo para não atrapalhar os procedimentos seguintes, que são muitos. Aos poucos os prisioneiros vão descobrindo como se habituar ao regime de incontestável respeito à ordem imposta pelos nazistas: “o processo todo de inserir-se nesta ordem, nova para nós, acontece de forma grotesca e fantástica” (LEVI, 1988, p. 26). Eles demoram a entender, mas com o tempo passam a não mais contestar as razões, eles descobrem que de nada adianta questionar a ninguém a respeito de nada, eles não terão as respostas que buscam, simplesmente porque o campo tem a sua regulação própria e não cabe a eles entender ou compreender nada: “[...] neste lugar tudo é proibido, não por motivos inexplicáveis e sim porque o Campo foi criado para isso. Se quisermos viver aqui, teremos de aprendê-lo, bem e depressa” (p. 27).

Portanto, deveriam respeitar as regras do campo, e a infração a alguma das regras poderia ser fatal. Pregava-se, dentro do campo, que o único meio de se libertarem era através do trabalho, essa era a principal regra que os impelia a trabalhar, que os fazia, a duras penas encarar o frio e os instrumentos pesados com os quais deveriam trabalhar: “Coitado do Kraus! [...] acha que aqui é como lá fora, que trabalhar é honesto e logico e até conveniente, já que (pelo que todos dizem) quanto mais se trabalha, mais se ganha e se come” (LEVI, 1988, p. 134). Levi cita, neste ponto, a determinação em trabalhar que é notada em um de seus companheiros de campo, mas Kraus é alertado que não deve agir desse modo, pois em breve estará esgotado. Os prisioneiros mais velhos conseguem compreender que não devem se exaurir no trabalho para esperar algo em troca, isto porque, talvez compreendam que se trata de mais uma artimanha nazista fazê-los reunir todas as suas forças para serem considerados úteis dentro do sistema que visava destruí-los. O fato é que quanto mais trabalhavam, mais beneficiavam os planos nazistas com seu próprio suor, ao passo que mais perto de seu fim chegavam e, deste modo, contribuíam uma vez mais com o propósito dos alemães: exterminá-los.

Além disso, eram mal alimentados, o que os fazia perecer muito rapidamente, a envelhecer anos em dias e a ficarem doentes com frequência. Os sapatos, feitos de madeira, machucavam os pés e causavam feridas que jamais saravam, Primo Levi diz que “a morte começa pelos sapatos” e esses eram “verdadeiros instrumentos de tortura que, após umas horas de marcha, criam feridas dolorosas, sujeitas a infecção na certa” (LEVI, 1988, p. 32). As regras a cumprir eram muitas, deveriam lavar-se todos os dias, mas para isso tinham muito pouco tempo e em nenhum momento poderiam deixar suas coisas, pois qualquer descuido fazia com que terminassem roubados, do mesmo modo que a água de que dispunham para se lavar não era potável, daí viverem com uma sede que os atormentava todos os dias, principalmente no verão. Apesar de a propaganda pela higiene ser forte, não havia meios de manter-se limpo, a imposição pela higiene era simplesmente um meio de debochar dos prisioneiros: “O lavatório é um local pouco convidativo. Ele é mal iluminado, cheio de correntes de ar, com o piso de tijolos coberto por uma camada de lama; a água não é potável, tem um cheiro nauseante e, com frequência, falta durante horas” (LEVI, 1988, p. 37). Não havia meios de tomarem um banho decente, mas deveriam se empenhar para não sofrer violência:

[...] a ducha é coisa desagradável por vários motivos: água escassa, fria ou até fervendo, falta de um lugar onde se despir, falta de toalha e de sabão, facilidade de sermos roubados enquanto ausentes. Já que a ducha é obrigatória, os Chefes de Bloco necessitam de um sistema de controle que lhes permita punir quem não se lava. Em geral, um encarregado fica na porta e apalpa, como Polifemo, os que saem. Quem está molhado recebe uma ficha, quem está seco apanha cinco chicotadas. Só apresentando a ficha pode-se retirar o pão na manhã seguinte (LEVI, 1988, p. 149).

Neste excerto pode ser percebido o espírito da burocracia: criar problemas práticos que não podem ser resolvidos de forma prática, já que as condições e as circunstâncias não o permitem. Ou seja, a ducha nada mais era do que um outro clichê pregado pela burocracia do campo, não havia condições de se tomar um banho, de fato, mas estava dentro do regulamento que deveriam ao menos estar molhados durante a averiguação. Seria bastante útil se os prisioneiros conseguissem se desinfetar durante esse banho, pois a convivência muito próxima uns com os outros fazia com que pegassem as mais variadas doenças, estas que poderiam ser evitadas se toda a higiene que se pregava pudesse realmente ser efetiva. Dentre os minuciosos procedimentos que envolviam os prisioneiros estava a chamada, eles deveriam ficar horas expostos ao frio, à chuva, ao sol, ao vento, a qualquer adversidade do tempo enquanto os SS faziam chamada para conferir se o número estava correto, quando a matemática dos carrascos

mostrava que estava faltando algum prisioneiro e que o número não batia, até que se descobrisse o que havia acontecido com o número que estava faltando todos os outros prisioneiros deveriam permanecer na fila, às vezes por muito tempo, até que o número que estava faltando fosse encontrado. Isso causava um desgaste muito grande dos prisioneiros, que estavam cansados do trabalho, com a já costumeira fome da qual nunca conseguiam se livrar e ainda deveriam suportar as condições climáticas mais adversas. Além disso, para complementar o cenário infernal que os rondava, havia no campo uma banda de música que só servia para causar entre eles um escárnio ainda maior, a música era vista por eles como mais um deboche, um complemento triste daquela cena nauseante que havia se tornado sua vida.

Eles também formam-se como nós, numa ordem meticulosa, na grande praça; uma vez chegado o último grupo, somos contados e recontados durante mais de uma hora; têm lugar longos controles que parecem convergir, todos, para um sujeito de roupa listrada, o qual por sua vez transmite seu relatório a um grupinho de SS em completo equipamento de guerra (LEVI, 1988, p. 28).

Neste trecho Levi nos descreve o procedimento da chamada, nota-se como os atos são ritualísticos, como um passo a passo a ser cumprido para que nada escape à ordem e ao controle racional que gerencia o campo, é quase uma encenação, um cumprir de protocolos. Todos os procedimentos tornavam os prisioneiros vítimas de crueldade, todas as adversidades eram como que provas de resistência que deveriam encarar e resistir para continuarem vivos. Indo mais além, eram provas que a todo o momento deveriam fazer com que desistissem da luta pela vida e fossem mortos. Nem mesmo a persistência daqueles que foram mais fortes foi capaz de evitar que muitos sucumbissem antes mesmo de irem para a câmara de gás: acabavam morrendo de exaustão durante o trabalho, às vezes congelados pela neve, ou morriam de doenças, já que, com um organismo tão debilitado e expostos a tantos riscos, acabavam não resistindo às epidemias. Essa era, justamente, a função do sistema, eliminar. Por causa da mórbida finalidade que toda a estrutura dos campos de extermínio possuía, sua organização era muito eficiente: poucos SS conseguiam comandar um contingente muito grande de pessoas e mantê-las organizadas: “Chega o Kapo, distribui pontapés, socos e palavrões, os companheiros se dispersam como farelo ao vento; *NullAchtzehn* leva uma das mãos ao nariz, retira-a ensanguentada, olha-a em silêncio. Eu só recebo duas bofetadas na cabeça, dessas que não doem, apenas tonteiam um pouco” (LEVI, 1988, p. 44). Em alemão, *NullAchtzehn* quer dizer 018, aqui fica claro o fato de que um numeral se torna o nome do indivíduo.

A divisão do campo em blocos tornava viável a manipulação da massa de prisioneiros e facilitava a tarefa de conduzi-los sem desordens ou complicações. Além dessa organização interna, para manter a ordem os SS estavam autorizados a usar de violência descomunal para conduzir os prisioneiros à total colaboração com sua própria destruição. Era o medo que impelia à colaboração, era o desejo de autopreservação que mantinha os prisioneiros fiéis aos seus carrascos e que os afastava, cada vez mais, de sua própria identidade, de sua dignidade e de sua capacidade de pensar e de agir ou reagir. A hierarquia dentre os prisioneiros também é um fator para o qual Levi nos chama a atenção:

Aprendemos rapidamente que os hóspedes do Campo dividem-se em três categorias: os criminosos, os políticos e os judeus. Todos vestem roupa listrada, todos são *Häftlinge*, mas os criminosos levam, ao lado do número, costurado ao casaco, um triângulo verde; os políticos, um triângulo vermelho; os judeus, que formam a grande maioria, levam a Estrela de David, vermelha e amarela. Os SS estão aqui, sim; poucos, porém, fora do Campo, e raramente aparecem. Nossos verdadeiros patrões são os triângulos verdes, que podem fazer de nós o que querem, e, além deles, os das outras duas categorias que se prestem a secundá-los. E estes não são poucos (LEVI, 1988, p. 31).

Em alemão, *Häftlinge* quer dizer prisioneiro. Levi usa em suas obras algumas palavras em alemão para remeter ao vocabulário mais usado pelos guardas dos campos. Neste caso, ele sugere que todos que estão dentro do campo são prisioneiros, mas alguns são mais prisioneiros do que outros, por sua condição étnica, que é o caso dos judeus. Mas os carrascos, aqueles que representavam a ordem do campo, também eram prisioneiros, eles estavam ali cumprindo ordens, afastados de suas famílias e assistindo de perto a degradação humana, inclusive a sua própria, em nome da fidelidade ao sistema. Isso, porém, não os iguala. Dentro desta hierarquia, os judeus eram considerados piores do que os criminosos. Estes exerciam poder sobre os prisioneiros judeus, eles que, mesmo sem terem cometido crime algum, eram tidos como as piores criaturas, o povo pelo qual ninguém deveria sentir piedade ou remorso.

Como espaço de reordenação da vida na modernidade, o campo de concentração funciona como uma espécie de novo cosmos, dentro do qual há um lugar para cada ser e **cada ser no seu lugar**, bem como de uma hierarquia de valores e identidades que não pode ser questionada e modificada. No centro desta política está o direito absoluto do poder soberano, e toda a sua força reside na capacidade da ação violenta e da dominação total capaz de efetuar a exclusão dos confinados tanto do espaço do direito como o da própria humanidade (ZUIN, 2009, p. 401, grifo nosso).

E os prisioneiros deveriam estar cientes de sua situação e se adaptar a ela desde o princípio, pois a sobrevivência no campo dependia da adaptação ao sistema que os escravizava e aqueles que melhor se adaptavam tinham mais possibilidades de continuarem vivos, ao menos um pouco mais de tempo. De fato, cada dia vivido dentro do campo era um dia a mais de aprendizado e aos poucos os prisioneiros entendiam melhor o sistema do qual faziam parte. No capítulo “No fundo”, Levi descreve a chegada dos prisioneiros a Auschwitz, o título do capítulo sugere como se sentiam as pessoas que adentravam o campo, “no fundo”, no final, no último estágio da decadência, em um lugar tão profundamente desumano que parece impossível conseguir sair; é narrado como acontece esse primeiro contato com um universo que eles não imaginavam que existisse. Trata-se de um capítulo que apresenta as regulamentações do campo, a organização burocrática que os prisioneiros devem seguir incontestavelmente. É também, aqui, que Primo Levi testemunha como, aos poucos, os prisioneiros vão aprendendo as regras que regulam o campo e, por conseguinte, que regulam suas próprias vidas. Eles aprendem a não fazer perguntas, a aproveitar ao máximo todo o alimento que lhes é dado, que a sopa retirada do fundo da panela oferece mais nutrientes do que a da superfície.

Já conhecemos em grande parte o regulamento do Campo, que é absurdamente complicado. Inúmeras são as proibições: aproximar-se a menos de dois metros do arame farpado; dormir com o casaco posto, ou sem ceroulas, ou de chapéu na cabeça; usar os lavatórios e as privadas que são “só para Kapos” ou “só para Reichsdeutsche” (cidadãos alemães), não tomar ducha nos dias marcados, ou tomá-la fora desses dias; sair do Bloco com o casaco desabotoado ou com a gola levantada; levar, por baixo da roupa, papel ou toalha para se proteger do frio; lavar-se de outra maneira que não seja com o peito nu.

Infundáveis e insensatos são os rituais obrigatórios: cada dia, de manhã, deve-se arrumar a cama, perfeitamente plana e lisa, passar nos tamancos barrentos a graxa patente para isso destinada; raspar das roupas as manchas de barro (as de tinta, gordura e ferrugem, pelo contrário, são admitidas); à noite, a gente deve submeter-se ao controle dos piolhos e ao da lavagem dos pés; aos sábados, fazer-se barbear e raspar o cabelo, cerzir ou fazer-se cerzir os farrapos; aos domingos, submeter-se ao controle geral da sarna e ao dos botões do casaco, que devem ser cinco (LEVI, 1988, p. 32).

Enfim, Levi considera os procedimentos como “rituais”, e esses rituais são regras que não devem ser desconsideradas nem tampouco descumpridas, elas apontam para a lógica burocrática e, mais uma vez, desumanizam os sujeitos justamente pela impossibilidade de cumpri-las nas circunstâncias em que vivem. Impressiona o número de práticas que devem ser

obedecidas e muitas delas chamam a atenção justamente por não se entender as razões mais objetivas ou qual a diferença prática que elas faziam na vida dos prisioneiros, mas ao se refletir sobre este aspecto, a percepção à qual se chega é a de que toda essa infundável regulamentação não passava, também, de estratégias que visavam confundir e enlouquecer a mente dos prisioneiros. Os sapatos deveriam estar engraxados, mas para que os sapatos deveriam reluzir se eles seriam postos em meio ao barro e se eles eram a principal causa da destruição dos pés dos prisioneiros? Por que remover as manchas de barro mas deixar as de tinta, gordura e ferrugem? Porque cerzir as roupas se estavam tão surradas e esfarrapadas? Porque essa forma de ordenação e regulação da vida despersonaliza os sujeitos em função de determinações exteriores que retiram deles qualquer liberdade, arbítrio (poder de decisão) ou autonomia, ou seja, tira deles os principais atributos da ação humana.

Durante a noite eles mal conseguiam dormir, os colchões eram divididos por duas pessoas e com pouco preenchimento, as dores e as alucinações que tinham durante a noite impossibilitavam um sono tranquilo e sem perturbações, em função da sopa que tomavam, quase líquida, precisavam se levantar a todo momento para esvaziar a bexiga, tendo que incomodar os companheiros de beliche e até mesmo outros, e quando o balde estivesse cheio, o último a usá-lo deveria esvaziá-lo, e esta era a lei durante a noite:

Toca-nos arrastar-nos até a latrina, com o balde batendo nas pernas nuas, asquerosamente morno; tão cheio que, a cada sacudida, algo transborda em nossos pés. Por isso, embora a tarefa seja nojenta, ainda é melhor que toque a nós e não ao nosso companheiro de cama (LEVI, 1988, p. 62).

Isso indica que os alojamentos não eram limpos, o lugar onde passavam suas noites em nada lembrava um ambiente tranquilo para se descansar depois de um longo e cansativo dia de trabalho. No entanto, ao se levantarem, deveriam esticar milimetricamente as cobertas e se deixassem de arrumar suas camas seriam punidos por uma infração considerada grave. Tratava-se de uma grande ironia, um deboche daquelas criaturas cuja preocupação nada tinha a ver com o estado de suas camas. Essa é a paradoxal organização do campo, embora não servissem para dormir, as camas deveriam ser arrumadas e até o modo como as cobertas deveriam ser dobradas configuravam mais uma ordem a ser cumprida. As camas eram inspecionadas, e até para isso os SS contavam com profissionais escolhidos para desempenhar a função, cabia a eles colaborar, também, para que a ordem fosse mantida.

O uniforme também deveria estar com todos os botões. Se, quando inspecionados, estivesse faltando algum botão, eles também sofreriam algum tipo de violência. Mais uma grande ironia pregada pelo sistema, os uniformes estavam sempre sujos, pois os prisioneiros

deveriam trabalhar no barro, carregar grandes pesos e, no final, o que realmente importava era manter todos os botões da camisa. Os prisioneiros não entendiam os motivos das regras que eram pregadas no campo, no entanto eles as cumpriam. Todas as regulamentações eram parte da burocracia do campo e deveria ser assim porque alguém instituiu que deveria ser e que os demais deveriam obedecer. Esse aparato todo de regras consumia seus dias e suas energias, mas eles temiam as consequências do descumprimento das ordens e, então, cumpriam aquilo que lhes era imposto. Eles realmente acreditavam que acatar à autoridade era o melhor meio para se manter dentro do campo, com vida. Conforme nos diz Mello e Souza (1994), assim funciona a racionalidade de meios no industrialismo de massas:

Decorre da extrema divisão do trabalho social, separando o indivíduo em casulos profissionais, fazendo-o realizar pequenas partes de um todo complexo, divorciando-o do resultado final de sua ação. É cada vez maior o formigueiro que, na “planície” do trabalho diário, realiza seu vai e vem anônimo, para cumprir tarefas estabelecidas por “alguém”, para o logro de metas que não se ocorre questionar (p. 53).

O campo de extermínio funciona, em larga medida, do mesmo modo que se organizam os sistemas de trabalho na sociedade burguesa e os Estados, do ponto de vista das normas e das leis administrativas: um conjunto de regras que se deve observar e seguir mesmo que se não as entenda completamente. O funcionário deve apenas trabalhar sem buscar entender os porquês e sem tentar projetar qual será o resultado de suas ações, basta que ele faça aquilo que lhe foi designado, somente aquilo e nada mais. Não deve dominar todas as funções, mas somente a sua própria, específica: “A sociedade moderna reduz o homem ao estado de um ‘selvagem feliz’, brutalizado pelo hedonismo, mero agente social de complexo e gigantesco mecanismo anônimo de produção e consumo” (MELLO E SOUZA, 1994, p. 60). É essa a função dos prisioneiros dos campos: eles alimentam o sistema de produção, não se importam com o resultado do que fazem, eles trabalham seguindo a lógica de que devem se mostrar aptos ao trabalho para não irem para as câmaras de gás, mas, caso deem algum problema ou queda de produtividade, serão automaticamente substituídos.

Com o tempo, os próprios prisioneiros, os mais astuciosos e que conseguiam entender melhor a funcionalidade da organização burocrática do campo, acabavam criando suas regras internas, faziam trocas de alguns produtos, fabricavam outros e, desde cedo, aprendiam que tudo o que encontrassem pelo caminho deveria ser guardado, pois poderia ter alguma finalidade futura, inclusive as coisas dos colegas. Por isso, quando alguém deixava suas coisas descuidadas, eles não titubeavam em roubar os objetos alheios, já que, por menor que fosse

sua utilidade, poderiam valer de alguma coisa ou representar algum bom negócio futuro. Agindo dessa maneira, a única pessoa em quem pensavam era em si mesmos, a luta que travavam era por sobrevivência, de modo que os princípios éticos acabavam sendo deixados de lado em função de alguma comodidade que porventura conseguissem. Cada um agia da maneira que podia para enfrentar a vida dentro de um lugar que os queria destruir. A impressão de Levi quando chegou ao campo foi a seguinte: “Aqui ninguém tem tempo, ninguém tem paciência, ninguém te dá ouvidos” (LEVI, 1988, p. 36).

Quanto ao trabalho, as regras são ainda mais complexas. Para Levi, o trabalho é um “emaranhado de leis, tabus e problemas” (LEVI, 1988, p. 33). O trabalho é desumano, mas é considerado um “privilegio”, já que somente aqueles que possam ser considerados úteis escapam da morte, somente aqueles que podem oferecer sua mão de obra escrava conseguem postergar o seu fim total, pois, parcialmente, qualquer prisioneiro de Auschwitz já chegou ao seu fim. Por isso, quando ressoa o toque da alvorada, os prisioneiros não relutam para acordar; quando o guarda avisa que devem levantar, eles não titubeiam para deixar seus beliches, eles sabem que o tempo que têm para arrumar a cama, vestir-se e lavar-se é pequeno e que a distribuição de pão não espera; eles sabem também que devem realizar todas essas tarefas antes de iniciarem o dia de trabalho, o qual, sem dúvida, será penoso e exaustivo, e que devem se mostrar firmes. Do contrário serão tratados com muita violência ou serão encaminhados às câmaras de gás.

Ao chegarmos à fábrica, conduziram-nos à *Eisenröhreplatz*, o descampado onde são carregados os canos de ferro, e logo começou a rotina. O *Kapo* repetiu a chamada, anotou, rapidamente, os recém-chegados, acertou com o mestre civil o trabalho de hoje. Logo nos entregou ao capataz e foi dormir na choupana das ferramentas. Ele não é um *Kapo* que incomode, porque não é judeu e não tem medo de perder seu lugar. O capataz distribuiu as alavancas de ferro a nós, e os cabrestantes a seus amigos; houve a pequena briga de praxe para nos apoderarmos das alavancas mais leves, e hoje fui mal, a minha é essa meio torta, que pesa seus bons quinze quilos. Já sei que, ainda que a manuseasse sem levantar nada, ao cabo de meia hora estaria morto de cansaço (LEVI, 1988, p. 65).

Pode-se notar, neste excerto, que a organização do trabalho é algo primordial dentro do campo. Antes de ser iniciado é feita a chamada, todos os membros envolvidos no trabalho devem ser devidamente registrados; a seguir os trabalhadores são entregues ao capataz, que deverá tomar conta deles durante a execução das tarefas, bem como puni-los caso não desempenhem sua função corretamente. O serviço na fábrica é extremamente cansativo, os trabalhadores chegam ao limite de suas forças para tentar cumprir sua função desumana, no

entanto, às vezes acabam fracassando, e isso significa que podem pagar pela falha com a própria vida. O pretexto de ter de ir ao banheiro significa, para eles, um possível descanso e uma maneira de se manter afastado do trabalho, nem que seja por alguns instantes, mas eles devem pedir permissão para ir ao banheiro e são acompanhados até lá por alguém que possui exclusivamente esta função, pois, a burocracia do campo não permite que nenhum prisioneiro esteja sozinho em nenhum momento. Em meio a tanta fadiga, o momento da distribuição da sopa é um grande alento para as pobres criaturas famintas que se arrastam em meio à neve. Ao meio dia eles sabem que terão algum tempo para absorver aquele líquido insípido que não é suficiente para matar sua insaciável fome, mas que é para suas almas, um momento de morno bem estar. Atentemo-nos, ainda neste excerto, para a marcação de presente – hoje - que sugere que a vida no campo está de algum modo viva, ou seja, retorna de algum modo para além da memória simplesmente: é como se o narrador a revivesse ou estivesse, ainda, preso a ela.

Conforme discutimos no capítulo anterior, a modernidade patrocinou a projeção dos campos de concentração, e, desse modo, esteve também presente neste ambiente: “Como elemento oriundo do solo da modernidade, a construção dos campos de concentração demonstrou ser uma política de controle e de dominação eficaz e de baixo custo, seja ele político ou econômico, para a resolução dos conflitos coloniais” (ZUIN, 2009, p. 401). A fábrica, onde trabalhavam os prisioneiros de Auschwitz, era o símbolo de toda a transformação propiciada pela modernidade, ao mesmo tempo que a representação física do poder que exercia sobre os homens e, mais adiante, após a guerra, passou a ser vista como o cadáver da displicência humana.

A torre do Carburato, que se eleva no meio da fábrica e cujo topo raramente se enxerga na bruma, fomos nós que a construímos. Seus tijolos foram chamados *Ziegel*, *briques*, *tegula*, *cegli*, *kamenny*, *bricks*, *téglak*, e foi o ódio que os cimentou; o ódio e a discórdia, como a Torre de Babel, e assim a chamamos: Babelturm, Babelturm, e odiamos nela o sonho demente de grandeza dos nossos patrões, seu desprezo de Deus e dos homens, de nós homens (LEVI, 1988, p. 73).

O exagero da ganância ajudou a construir toda a estrutura dos campos, e a burocracia nazista se encarregou de organizar os detalhes para que cada ação dos prisioneiros beneficiasse o próprio sistema que pretendia extingui-los; sua força foi usada para solidificar sua prisão. Submetidos à pressão do trabalhar para não morrer, não tentar fugir para não morrer, não deixar de cumprir suas obrigações para não apanhar, o enorme contingente de prisioneiros foi manipulado pelos nazistas. Estes que, por meio da força e da violência, se

fizeram compreender por pessoas de diferentes nacionalidades. A burocracia se encarregou de se fazer ouvir e de se impor como a ordem máxima a ser respeitada, como um sistema cuja violação era estritamente proibida, e por isso mesmo, infalível.

Fechem-se entre cercas de arame farpado milhares de indivíduos, diferentes quanto a idade, condição, origem, língua, cultura e hábitos, e ali submetam-nos a uma rotina constante, controlada, idêntica para todos e aquém de todas as necessidades; nenhum pesquisador poderia estabelecer um sistema mais rígido para verificar o que é congênito e o que é adquirido no comportamento do animal-homem frente à luta pela vida (LEVI, 1988, p. 88).

O mesmo homem que entrou no campo assustado, para resistir ao tormento de viver em um lugar como um campo de concentração, acabou perdendo muito de si mesmo, seus gostos, suas atitudes, sua educação, por conta da transformação operada pelo sistema burocrático. A rotina imposta degradou o corpo físico, as condições psicológicas e a capacidade reativa dos prisioneiros.

se a estrutura política do campo não abrigava os princípios do direito ordinário, dos direitos civis e políticos erguidos para qualificar a vida, podemos então dizer que, dentro do seu limite, os confinados perderam todos os qualificativos subjetivos e políticos que a própria modernidade construiu, a saber, não eram mais homens e sujeitos, nem pessoas e cidadãos. No curso da guerra colonial, o campo de concentração era o espaço no qual a política de dominação total agia diretamente no domínio e controle do corpo e da vida dos confinados, sobretudo através da destruição da capacidade subjetiva e da possibilidade objetiva de ação individual e coletiva (ZUIN, 2009, p. 399).

A massa de pessoas conduzida pelos nazistas perdeu a capacidade de pensar, o que, até certo ponto, foi algo que os manteve de pé por mais algum tempo, já que, se parassem para refletir sobre suas vidas, certamente não resistiriam à pressão e ao desconforto. Por isso Levi enfatiza: “nossa sabedoria estava em ‘não tentar compreender, não imaginar o futuro, não atormentar-se pensando como e quando tudo isso acabaria, não fazer perguntas nem aos outros nem a nós mesmos’” (LEVI, 1988, p. 118). Mas aqueles a quem foi oferecida alguma oportunidade de se salvar, não hesitaram em agarrá-la, nem o próprio Primo Levi, que, aprovado na prova de química, passou a fazer parte de um *Kommando* Especial e deixou de sofrer os mais altos níveis de degradação que sofreram os seus colegas que não resistiram.

Bem sabemos que vamos acabar “em seleção”, em gás, embora a gente quase não pense nisso, a não ser umas poucas vezes por dia e, ainda assim, de uma estranha maneira distante, como se não se tratasse de nós. Bem sei que não sou do estofado dos que aguentam, sou civilizado demais, ainda penso demais, esgoto-me trabalhando. Agora

sei também que vou me salvar se me tornar Especialista, e que me tornarei Especialista só se passar na prova de Química (LEVI, 1988, p. 105).

Nesta passagem, Levi confessa que pertencia ao grupo dos mais fracos, inferimos, por meio dessa informação, que, provavelmente, se não tivesse se tornado especialista, Levi teria seguido a mesma sorte dos “muçulmanos” conforme são conhecidos os prisioneiros menos astuciosos e mais deteriorados pelo ambiente. Portanto, podemos dizer que o sistema burocrático, de certo modo, ajudou a salvar a vida de Levi, pois, pelo fato de poupá-lo do trabalho mais penoso, que era incumbência dos judeus comuns, ele não sofreu o mesmo desgaste que os outros prisioneiros. O trabalho desempenhado no *Kommando* de Química não era um trabalho fácil, longe disso, porém, em comparação com o trabalho na fábrica, por exemplo, possuía muitos benefícios, o cansaço era menor e, portanto, não sentiam tanta fome. Acerca de seu trabalho em uma cisterna, Levi assim nos diz a respeito de seu trabalho: “Era um trabalho de luxo, ninguém nos controlava; só que estava frio, úmido; o pó da ferrugem irritava as nossas pálpebras e nos empestava a boca e a garganta num gosto como de sangue” (LEVI, 1988, p. 111). Mas foi preciso que Levi provasse ser apto para o trabalho que deveria desempenhar, não foi conduzido até o laboratório por nenhuma espécie de solidariedade ou por ser amigo de alguém influente, ele foi testado para provar que merecia fazer parte do *Kommando*, a burocracia do campo jamais admitiria nenhum funcionário para nenhuma função se não mostrasse que realmente possuía condições para executá-la com eficiência.

Todavia, com o tempo e com o início da destruição dos campos, mesmo o trabalho dos químicos, o trabalho especializado, acabou se tornando muito difícil e as tais vantagens esperadas desde o momento da prova não se mostraram: “Até agora, as vantagens de estar no *Kommando* Químico limitaram-se a estas: os demais receberam capotes, nós não; os demais carregam sacos com cinquenta quilos de cimento e nós sacos com sessenta quilos de fenilbeta” (LEVI, 1988, p. 139). O sonho de alcançar uma posição melhor já estava quase esvaído quando, para sua surpresa, Levi é promovido a especialista, logo quando os russos já estavam bem próximos e a grande estrutura do campo já estava começando a desmoronar. Ao trabalhar neste laboratório, Levi pode, finalmente, gozar de alguns privilégios como receber novas roupas, trabalhar em um local aquecido e não passar fome. Ele chega a desconhecer como trabalho aquilo que faz no laboratório.

Trabalhar significa empurrar vagões, carregar caibros, rachar pedras, remover terra com a pá, apertar nas mãos nuas o arripio do ferro gelado. Mas eu estou sentado o dia todo, tenho caderno e lápis, deram-me até um livro para refrescar a memória quanto aos métodos

analíticos. Tenho uma gaveta onde guardar boné e luvas; para sair, basta que avise Herr Stawinoga, que nunca diz que não e nunca reclama se me demoro. Ele parece sofrer na própria carne por causa da destruição que vê ao redor de si (LEVI, 1988, p. 143).

Levi indigna-se, inclusive, com a estrutura do laboratório, não imaginava que dentro de um lugar como o campo pudesse haver um lugar tão parecido com o mundo em que estava acostumado antes de se tornar prisioneiro. Seu espanto com a limpeza e até o cheiro do laboratório fazem com que Levi se lembre da vida que tinha antes. Mas a ameaça do fim do campo era nítida, Levi não entendia o porquê de estar ali logo naquele momento em que todos já previam que a dissolução do campo estava próxima. Isto porque, muito embora a organização burocrática do campo tenha sido extremamente eficaz em seu propósito, também sofreu uma forte desestruturação desde que os ataques aéreos tiveram início. O trabalho na fábrica fora fortemente afetado, no entanto, os prisioneiros foram reorganizados para, em vez de terminar a construção da fábrica, consertar os danos ocasionados pelos ataques. Ou seja, o trabalho dos prisioneiros não deixou de ser explorado, mudou-se apenas o foco.

O monstruoso trabalho comum de gestação da fábrica parou de repente e logo descambou numa atividade desarticulada, convulsa e febril. O dia em que deveria começar a produção de borracha sintética, que em agosto parecia iminente, foi repetidamente adiado até que os alemães não falaram mais nisso.

O trabalho construtivo cessou; a força do infinito rebanho de escravos foi dirigida para outro rumo e tornou-se cada vez mais indócil e passivamente hostil. Após cada bombardeio, sempre havia novos estragos para consertar; havia que desmontar e retirar o delicado maquinário que poucos dias antes tínhamos posto a funcionar com tanto trabalho; erguer a toda pressa proteções e abrigos que no teste seguinte já se revelavam risivelmente inconsistentes e vãos (LEVI, 1988, p. 119).

Com a persistência dos ataques e os estragos cada vez maiores, o trabalho já não fazia sentido algum, mas claro que a escravidão dos prisioneiros não deveria cessar. Eles continuaram a obedecer às ordens alemãs e a cumprir seu papel dentro da hierarquia do campo. A sua condição de trabalhador a ser explorado até às últimas forças não deixou de fazer sentido para os SS, que continuaram a explorar e a submeter os prisioneiros à condição animal, pois era exatamente para isso que estavam ali. Os SS também cumpriam ordens e elas deveriam ser seguidas impreterivelmente para que não houvesse erros, pois erros não eram admitidos pelos alemães: “Nós, velhos prisioneiros, sabemos que os alemães não gostam dessas falhas e que em breve algo vai acontecer para reduzir nosso número” (LEVI, 1988, p. 126). Nesse trecho, Levi prevê que muitos prisioneiros serão executados por conta do número

excessivo de pessoas nos alojamentos, o que eles esperam é que haja a seleção e já imaginam que sua eliminação pode estar muito próxima: “Quem pode dar um jeito, dá, mas poucos podem; evitar a seleção é bem difícil, os alemães executam essas tarefas séria e cuidadosamente” (LEVI, 1988, p. 127).

Os nazistas sabem como se articular para poder aniquilar as pessoas. Eles são partes integrantes e que garantem o bom funcionamento e a efetividade das propostas que ficam por conta da burocracia. Eles se encarregam de por em prática aquilo que a racionalidade técnica disponibiliza: “Na era da ‘mobilização total’, o nexos de racionalidade instrumental e política de força, o Estado capitalista moderno tornou-se uma gigantesca máquina de guerra, violência e morte” (ZUIN, 2009, p. 412). Os nazistas operam a máquina de morte com maestria, como fariam se o campo de concentração fosse uma grande indústria, e eles, os operários, ou seja, aqueles que devem alimentar o bom funcionamento e a alta produtividade dos negócios. São eles os responsáveis por garantir um produto de qualidade ao final do processo de criação, isto é, são eles que vão cuidar para que todo o procedimento de exterminação funcione. Pode-se dizer, portanto, que o produto ansiado e alcançado pelos alemães foi o próprio holocausto. O resultado de todo o planejamento e de todo o cuidado foi o próprio evento que destruiu milhões de vidas e que marcou o século XX com a negação da premissa de que modernidade e progresso são aliados.

Para Bauman (1998), O Holocausto seria “um jorro impensável dos resíduos ainda não plenamente erradicados de barbárie pré-moderna. Era um morador legítimo da casa da modernidade; com efeito, um morador que não poderia se sentir em casa em nenhum outro lugar” (p. 37). Isso porque foram justamente os artifícios proporcionados pela modernidade que possibilitaram o alcance obtido pelo holocausto; esse evento que modificou os rumos da história e que mostrou que nem todo progresso técnico tem efeitos benéficos. Nem mesmo quando o perigo de destruição começou a rondar o campo os alemães perderam sua obstinação por manter a ordem e coordenar os prisioneiros e suas ações:

Os alemães, porém, são surdos e cegos, fechados dentro de uma couraça de obstinação e de deliberado desconhecimento da realidade. Ainda uma vez, marcaram a data do início da produção da borracha sintética: será no dia 1 de fevereiro de 1945. Fazem abrigos e trincheiras, constroem, lutam, mandam, organizam, matam. Que outra coisa poderiam fazer? São alemães; essa sua maneira de agir não é meditada nem deliberada, vem de sua índole, do destino que escolheram. Não poderiam agir de outra forma. Ao ser ferido um homem já agonizante, a ferida iniciará seu processo de cicatrização, ainda que o corpo inteiro morra amanhã. (LEVI, 1988, p. 143).

O compromisso que os alemães tinham com a burocracia do campo era incontestável, eles haviam sido escolhidos para manter o sistema organizado e assim deveriam fazer. De acordo com Bauman (1998);

Os líderes SS contavam (com razão, ao que parece) com a rotina da organização, não com o zelo individual; com a disciplina, não com a dedicação ideológica. A lealdade à sangrenta tarefa devia ser — e era de fato — um derivativo da lealdade à organização. A "superação da piedade animal" não podia ser buscada e alcançada através da liberação de outros instintos animais, inferiores; estes seriam com toda a probabilidade disfuncionais para a capacidade de agir da organização; uma multidão de indivíduos vingativos e homicidas não igualaria a eficiência de uma pequena mas disciplinada burocracia estritamente coordenada. Mas aí não ficava absolutamente claro se era possível confiar que os instintos assassinos aflorariam em todos aqueles milhares de funcionários e profissionais que, simplesmente por causa da escala do empreendimento, deviam se envolver em vários estágios da operação (p. 40).

E os líderes nazistas levavam o seu comprometimento com a disciplina às últimas consequências, sacrificavam a sua vontade própria em nome do cumprimento de suas tarefas, as quais deveriam ser efetuadas de maneira eficiente, afinal, eles eram funcionários de um sistema, o nazismo; e eles mesmos possuíam seus chefes, aos quais deveriam prestar contas, mostrar que foram capazes de realizar seu empreendimento com a mesma lealdade que um funcionário público teria com o seu encarregado. Desse modo, e ambicionando apenas o cumprimento de tarefas, os SS perdiam o comprometimento com o resultado de seus comandos, assim como, na fábrica, o funcionário pouco se interessa pelo produto, gerado ao final de um conjunto de ações devidamente organizadas:

Poucos são os que conferem importância social e histórica ao que fazem, os que se sentem impelidos por “vocação” irresistível, os que dão sentido a sua atividade profissional com a conotação de estabelecer nexos legitimados entre a parte que lhes compete realizar e o todo ao qual ele irá contribuir de modo construtivo e fecundo (MELLO E SOUZA, 1989, p. 55).

Primo Levi assim nos descreve os Chefes de Bloco: “gostam da ordem, do sistema, da burocracia e, ainda que sejam uns brutamontes violentos e coléricos, têm um amor infantil pelos objetos reluzentes e de cores vivas [...]” (LEVI, 1988, p. 150). Alberto, prisioneiro de Auschwitz e companheiro de Levi descobre esse fato e tira proveito da situação:

Surripou sistematicamente uma série de fichas da mesma cor; de cada uma obteve três disquinhos (fui eu que ajeitei no Laboratório o instrumento necessário, um corta-buchas); uma vez prontos duzentos discos, suficientes para um Bloco, apresentou-se ao Chefe do Bloco e

ofereceu a *Spezialität* pelo preço absurdo de dez rações de pão, a serem entregues pouco a pouco. O cliente aceitou com entusiasmo, e agora Alberto dispõe de um milagroso artigo na moda que poderá oferecer, certo do sucesso, em todos os Blocos, uma cor para cada Bloco (nenhum Chefe de Bloco vai querer passar por tacanho ou antiquado) e, principalmente, sem receio de concorrência, porque só ele tem acesso à matéria-prima. Não foi bem bolado? (LEVI, 1988, p. 150).

Como podemos notar, os chefes de bloco foram, neste caso, literalmente, “enrolados” pelos prisioneiros, deixaram-se levar por uma futilidade e caíram na conversa do judeu que fora, obviamente, mais inteligente do que eles. Ele soube usar da vaidade dos superiores por ocuparem uma posição de destaque para induzi-los a fazer o que ele queria, ou seja, os prisioneiros reconhecem que, embora tenham que manter a imagem sisuda e impor respeito mediante seus súditos, os chefes são, no fundo, pessoas comuns, que se deixam atrair e cativar por coisas banais ou, ainda, iludir-se facilmente, ou seja, eles não são símbolos da inteligência que orquestrou o nazismo, são puramente artifícios do qual o sistema fez uso para chegar mais rapidamente ao seu objetivo.

Finalmente, o domínio do indivíduo por uma rede “total” tem como efeito, de quebra, a docilidade dos comportamentos, a submissão passiva às ordens. Na verdade, os sujeitos totalitários acreditam ter encontrado um meio de defesa: decidem submeter “apenas” seu comportamento externo, gestos e palavras em público, e consolam-se com o fato de que podem se manter senhores de sua consciência e fiéis a si mesmos: ainda que o regime totalitário desenvolva esforços para doutrinar seus sujeitos, contenta-se de fato “apenas” com sua docilidade pública, suficiente para sua inabalável manutenção; e ao mesmo tempo dá a esses mesmos sujeitos a segurança produzida pela ilusão de que “no interior de si mesmos”, continuam puros e dignos. Nesse caso, a esquizofrenia social torna-se uma arma nas mãos do poder, utilizada para adormecer a consciência dos sujeitos, para tranquilizá-los, para fazê-los subestimar a gravidade do que fazem em público. Mantendo-se senhor do foro interior, o sujeito deixa de ser consciencioso no que diz respeito ao que faz fora (TODOROV, 1995, p. 146).

Os carrascos acreditam – e isso se torna um alibi – que estão envoltos por uma casca, sua parte externa é capaz de executar as mais terríveis ordens, de cumprir os desígnios nazistas de modo que essas ações não perturbem o seu interior, que se mantém inabalado, afinal, são pais de família, e as ordens que cumprem são um trabalho como outro qualquer, efetuado para garantir o sustento dos filhos, de modo que ele exerça sua função de manter seu lar em perfeita ordem, com todas as necessidades supridas. É desse modo que eles eximem a própria consciência dos crimes que ajudam, direta ou indiretamente, a cometer. Thomas Mann

chega a pensar o hitlerismo em termos de potências demoníacas, a esse respeito Levi (2015) nos esclarece:

Neste plano, muitos detalhes da técnica totalitária, que seriam desconcertantes em outro contexto, adquirem sentido. Humilhar, degradar, reduzir o homem ao nível de suas vísceras. Daí as viagens nos vagões fechados, deliberadamente caóticos e privados de água (não se tratava de razões econômicas). A estrela amarela no peito, a raspagem dos cabelos, também para as mulheres. A tatuagem, a roupa bizarra, os sapatos que faziam tropeçar. Por isso, e não seria compreensível de outra maneira, a cerimônia típica, predileta, cotidiana, da marcha dos homens-trapo diante da banda, uma visão mais grotesca do que trágica. Na supervisão, além dos chefes, estavam as seções da *Hitlerjugend*, rapazes entre catorze e dezoito anos, e é evidente quais deviam ser suas impressões. São estes, então, os judeus de quem nos falaram, os comunistas, os inimigos do nosso país? Mas não são homens, são fantoches, animais: são sujos, andrajosos, não se lavam, quando espancados não se defendem, não se rebelam; só pensam em encher a barriga. Está certo fazê-los trabalhar até morrer, está certo matá-los. É ridículo compará-los a nós, aplicar a eles nossas leis (LEVI, 2015, p. 89).

Os próprios prisioneiros têm a certeza de que o campo é uma grande estrutura coordenada e visivelmente organizada para manter a ordem: “A disciplina do Campo e da fábrica não relaxa em nada; o trabalho, o frio, a fome bastam para absorver nossa atenção, não deixam espaços” (LEVI, 1988, p. 128). Manter o controle da situação era elementar para os nazistas, muito embora já estivessem ocorrendo bombardeios, embora houvesse alarde de que haveria seleção, nada poderia ser modificado na rotina dos prisioneiros, que deveriam continuar acreditando que tudo transcorria normalmente e ordenadamente. Mas, enfim, quando chega a seleção, esta não poderia ser diferente, cheia de procedimentos, de minúcias a serem executadas em sequência:

Nosso Chefe de Bloco conhece sua tarefa. Verificou que todos tivessem voltado, trancou a porta, entregou a cada um a ficha indicando matrícula, nome, profissão, idade e nacionalidade, mandou que todos se despissem, conservando apenas os sapatos. Assim, nus e com a ficha na mão, esperaremos que a comissão chegue ao nosso Bloco.

[...]

Muitos já cochilam, quando uma explosão de ordens, pragas e golpes revela que a comissão vem chegando. O Chefe do Bloco e seus ajudantes, à força de socos e gritos, desde o fundo do dormitório empurram a multidão nua e assustada [...] (LEVI, 1988, p. 129).

Desse modo realiza-se a seleção, os procedimentos, a espera, a violência e a dúvida tornam o momento ainda mais tenebroso, maltrata ainda mais os seres assustados que,

ansiosos e já quase sem esperanças, aguardam que se decida sobre sua vida ou sua morte, basta o olhar de um oficial nazista e, em questão de segundos fica decidido se o prisioneiro continua no campo ou abre espaço para que outro, mais novo e vindo de outro lugar, ocupe seu espaço e se apodere de seu mesmo destino. Não há tempo para racionalizar as ações, tudo se dá de maneira muito rápida e precisa, justamente como se espera da organização nazista: “o essencial para a administração do Campo não é que sejam eliminados justamente os mais inúteis e sim que surjam logo vagas numa percentagem prefixada” (LEVI, 1988, p. 131).

Mas a grande máquina de controle chamada campo de concentração, regida pela burocracia organizacional julgada como infalível, enfim, desprende-se da certeza de sua incorruptibilidade: “Apagara-se o ritmo da grande engrenagem do Campo. Começaram para nós dez dias fora do mundo e do tempo” (LEVI, 1988, p. 158). No entanto, até o último instante que os SS estiveram presentes no campo eles ainda deram suas ordens: “Não era de estranhar que os alemães conservassem até o fim sua mania nacional pelas classificações” (LEVI, 1988, p. 158). Muito embora o campo já tivesse se desfeito, o que pudesse ser mantido de sua essência seria mantido, enquanto pudessem mandar, os SS mandariam, enquanto houvesse alemães no campo, eles representavam o topo da hierarquia. Todavia, não só o campo foi destruído, mas tudo o que a sua estrutura representava também entrou em colapso; o ensinamento que os campos de extermínio deixaram para a humanidade foi a dúvida do alcance que pode ter e das proporções que pode tomar a ganância humana, principalmente quando aliada à tecnologia e à burocracia organizacional, cujos limites ainda não podem ser medidos, mas que devem ser repensados.

3.2 A bestialização do homem ocasionada pelo próprio homem, também desprovido de sua humanidade

No interior do arame farpado que isolava os prisioneiros do mundo havia um outro mundo, completamente projetado e sob medida para enlouquecer seres que ali estavam sem nem mesmo compreender o motivo de tanto ódio. Ódio este que, inclusive, nasceu muito antes de serem enclausurados na máquina de morte representada pela estrutura diabólica dos campos. Quando se pensa na burocracia que envolvia os prisioneiros, não se pode deixar de pensar que ela começou a ser arquitetada muito antes que os campos estivessem prontos para receber as “criaturas” que lá habitariam. O plano de extermínio foi muito maior e contou, primeiramente, com uma propaganda que visava despertar o ódio na população, que devia enxergar os prisioneiros como a “raça podre”, a “raça” que deveria ser extinta completamente

para que não restassem vestígios e para que ninguém fosse contaminado por sua “natureza indesejada” em qualquer parte da terra. “Na lógica da política do campo de concentração e extermínio está nitidamente presente a eficácia do discurso racista e da criação da raça, do desejo da dominação total dos recursos naturais e culturais, da plenitude do poder soberano que desumaniza e subordina o outro” (ZUIN, 2009, p. 406). Visava-se o extermínio de um povo por completo e mobilizou-se toda espécie de artifício para convencer a população a querer longe uma “raça” julgada desmerecedora do convívio com seres humanos comuns.

Construíram-se campos diferentes de qualquer coisa que a humanidade concebera até então: chamavam-se campos de trabalho, ou até de reeducação, mas tinham a finalidade precisa de fazer morrer dolorosamente. No entanto, mais tarde, a Alemanha tem nas mãos o que Eichmann chamava de “as origens biológicas do judaísmo” (note-se o jargão zoológico: os judeus são uma raça de animais, insetos, um vírus, têm aparência humana por acaso, por uma aberração da natureza); e então é preciso inventar algo mais rápido, mais industrial. E os dóceis técnicos alemães iniciam o trabalho: projetam e constroem as câmaras de gás, encontram o veneno ideal, econômico, certo. Um gás originalmente destinado a exterminar ratos em porões de navios (LEVI, 2015, p. 87-88).

Não seria suficiente apenas extinguir as pessoas consideradas indesejáveis, mas muito mais do que isso: foi necessário submetê-las às mais penosas formas de desumanização, pois não mereciam ser tratados como gente: “no campo não havia mais seres humanos, mas animais domesticados, sem vontade própria, que tinham que trabalhar à força, humilhar-se por restos de pão e água” (MEDEIROS, 2009, p. 99). Os primeiros atos de violência sofridos causaram espanto e indignação nos prisioneiros, ainda antes de serem transportados para Auschwitz: “Lá nos esperavam o trem e a escolta para a viagem. E lá recebemos as primeiras pancadas, o que foi tão novo e absurdo que não chegamos a sentir dor, nem no corpo nem na alma. Apenas um profundo assombro: como é que, sem raiva, pode-se bater numa criatura humana?” (LEVI, 1988, p. 15). Nota-se, neste ponto, o esforço de Primo Levi para compreender o ocorrido, a catástrofe. O fato de Levi se dispor a escrever já mostra o seu esforço racional de fazer com que os outros saibam o que aconteceu, e ele faz isso de forma muito lúcida. Talvez o que este esforço de compreensão e o suicídio de Levi nos ensinam é que há uma diferença substancial – intransponível, às vezes – entre compreender e aceitar.

Antes de chegar ao campo de concentração, Levi ainda enxerga a si e aos companheiros como seres humanos e é capaz de questionar as atitudes violentas dos SS. No entanto, com o passar do tempo e com o embrutecimento proporcionado pela vida no campo, acontece a perda dessa capacidade reflexiva: “Como é possível pensar? Não é mais possível; é

como se estivéssemos mortos” (LEVI, 1988, p. 20). Logo na chegada ao campo, antes mesmo de saberem seu destino, os prisioneiros já sabem que suas vidas estão liquidadas, eles já não se sentem mais vivos em função do horror que estavam começando a enfrentar: “A desumanização não foi somente nele [campo], mas, sim, em todos os momentos, desde a prisão em suas cidades de origem, estendendo-se à viagem nos trens sem as mínimas condições de higiene e humanidade” (MEDEIROS, 2009, p. 99).

Ao vestir o uniforme listrado e ter cabelos e barba completamente raspados, Levi percebe que os recém-chegados acabam de se transformar em prisioneiros como todos os outros que já se encontravam no campo: “Estamos transformados em fantasmas como os que vimos ontem à noite. [...] Pela primeira vez, então, nos damos conta de que nossa língua não tem palavras para expressar esta ofensa, a aniquilação de um homem” (LEVI, 1988, p. 24). Ele se dá conta de que quem entra em Auschwitz perde tudo, não só as roupas, os sapatos, os objetos pessoais e os cabelos, perde a dignidade, os hábitos de seres civilizados, a capacidade de discernimento “pois quem perde tudo, muitas vezes perde também a si mesmo; transformado em algo tão miserável, que facilmente se decidirá sobre sua vida e sua morte, sem qualquer sentimento de afinidade humana” (LEVI, 1988, p. 25).

Os processos políticos que afirmavam a **desumanidade** presente no outro consistiam na negação em reconhecer como homens **povos inteiros, reduzindo-os ao estado de animais, bestas, insetos, coisas**. A sorte lançada para estes seres poderia variar muito segundo os casos, da escravidão ao extermínio. Resta, portanto, o fato de que o movimento fundamental desta política de força é a desumanização, e, posteriormente, exploração econômica e servilismo (ZUIN, 2009, p. 404-405, grifo nosso).

Tratados como “peças” da grande engrenagem chamada campo de concentração, os prisioneiros são coisificados e animalizados, são reduzidos a um número tatuado no braço, não merecem ser designados pelos seus nomes: “Ele é NullAchtzehn. Chama-se apenas assim: Zero-Dezoito, os três algarismos finais da sua matrícula; como se todos tivessem compreendido que só os homens têm direito a um nome, e que NullAchtzehn já não é um homem” (LEVI, 1988, p. 41). E Levi ainda critica esse prisioneiro por causa de sua sede pelo trabalho, sua incansável batalha por se mostrar útil: “Ele não possui nem essa astúcia elementar das bestas de carga, que param de puxar antes de chegar ao total esgotamento” (LEVI, 1988, p. 42). Ou seja, na opinião de Levi, seu companheiro é menos do que um animal, já que o animal seria mais inteligente durante o trabalho.

Muitas são as passagens em que Levi descreve as atitudes dos prisioneiros como atitudes de bicho, de animais, seres que já perderam suas características humanas, pensantes e

civilizadas, seres que são o fruto de um sistema que visava exatamente essa animalização: “muitos, como bichos, urinam enquanto correm, para poupar tempo, porque dentro de cinco minutos começa a distribuição do pão” (LEVI, 1988, p. 37). A pressa de estar pronto rápido para não perder a primeira refeição do dia obriga os prisioneiros a agir grotescamente, com hábitos de que, por certo, não seriam adeptos em condições normais. Mas as condições sob as quais vivem não são normais, de modo que se torna difícil continuar a agir como um homem comum. Depois de distribuído o pão, os prisioneiros podem, finalmente, ir ao banheiro com calma ou se lavar, mas isso não anula a maneira como agiram anteriormente, durante o desespero causado pela fome. “Neste lugar, lavar-se cada dia na água turva da pia imunda, bem pouco adianta quanto ao asseio e à saúde; é extremamente importante, porém, como sintoma de resídua vitalidade, e essencial como meio de sobrevivência moral” (LEVI, 1988, p. 38). Neste ponto de seu testemunho, Levi nos relata um episódio que ocorreu com seu amigo Steinlauf, o qual transmite a seguinte mensagem: “justamente porque o Campo é uma engrenagem para nos transformar em animais, não devemos nos transformar em animais” (LEVI, 1988, p. 39).

O que Steinlauf quis mostrar a Primo Levi foi o fato de que o lugar onde eles estavam não deveria interferir em seus princípios e em sua dignidade de homens, eles deveriam lutar contra aquela força que desejava corromper sua moral e destituí-los de sua natureza humana; Levi admirou suas palavras e reconheceu a importância da fala do amigo obstinado a continuar a ser homem, mas ela não foi suficiente para convencê-lo; Levi não tinha a mesma força e a mesma coragem do companheiro, ele automaticamente se desligou de alguns dos seus princípios, a massa dos companheiros crentes de sua própria perda era maior e falava mais alto à sua alma já quase descrente na salvação e na volta para casa.

Quando os *Kapos* percebem que as forças dos trabalhadores estão se esgotando, eles agem com maior violência com o intuito de criar neles um estímulo para que não desistam. Eis aqui uma comparação que Levi faz entre os prisioneiros e os animais: “alguns deles [*Kapos*] nos surram por pura brutalidade; outros, porém, surram-nos quando estamos debaixo da carga quase carinhosamente, acompanhando os golpes com exortações e incitamentos, assim como fazem os carroceiros com seus esforçados cavalos” (LEVI, 1988, p. 67). Os *Kapos* seriam, portanto, os carroceiros e os prisioneiros os cavalos, a força bruta, os animais que trabalham enquanto os homens dão ordens, esses homens que esquecem que seus súditos são iguais a eles, que também são homens, mas que, ainda que fossem animais, também precisariam de descanso, de menos sofrimento, de mais compaixão.

Quanto à fome que sentiam, Levi descreve a “urgência animal” que os prisioneiros tinham de comer a insípida mistura que eles recebiam como refeição. Não se tratava de nada saboroso, mas a necessidade de algo para amenizar aquela fome terrível que sentiam fazia com que desejassem a sopa com a voracidade de um animal faminto. No entanto, o modo como comiam, as circunstâncias em que se encontravam durante as refeições não se assemelhava à maneira como os homens deveriam comer:

Realmente, *fressen* não é bem ‘comer’. ‘Comer’ é comer como gente, sentados à mesa, religiosamente: é *essen*. *Fressen* é comer como bichos, mas o Kapo não fala assim por escárnio. Comer assim, de pé, a toda a pressa, prendendo o fôlego, queimando-nos boca e garganta, é, realmente, *fressen*; é esta a palavra certa, a que costumamos dizer (LEVI, 1988, p. 76).

Após a refeição, reunidos ao redor da estufa, o cheiro que exala é de “canil e rebanho”, ou seja, nada agradável era o cheiro que tinha se impregnado nos corpos dos prisioneiros, mais uma alusão feita ao cheiro dos bichos, neste caso, quando estão amontoados, quando o cheiro de cada um se mistura com o do outro e forma um cheiro típico, o odor que marca o grupo todo (LEVI, 1988, p. 69). Com isso, o intuito dos nazistas era induzir os prisioneiros à mutilação lenta e conduzi-los ao fim, era preciso investir no discurso de que se deve obedecer às leis do campo para continuar a sobreviver, quando, na verdade, aqueles que estavam crentes de sua salvação, caso colaborassem com a burocracia, seriam os primeiros a perecer. O sistema visava, primordialmente, exterminar, mas de maneira organizada, os mais fracos primeiro, os mais ou menos espertos depois, e aqueles dotados de maior inteligência e destreza seriam os últimos a serem eliminados, não por reconhecimento pelo seu potencial, mas porque deles poderiam tirar vantagens maiores, eles poderiam representar algum lucro e enquanto fosse assim, mereciam continuar vivos.

Sucumbir é mais fácil: basta executar cada ordem recebida, comer apenas a ração, obedecer à disciplina do trabalho e do Campo. Desse modo, a experiência demonstra que não se aguenta quase nunca mais do que três meses. A história – ou melhor, a não história – de todos os “muçulmanos” que vão para o gás, é sempre a mesma: simplesmente, acompanharam a descida até o fim, como os arroios que vão até o mar. Uma vez dentro do Campo, ou por causa da sua intrínseca incapacidade, ou por azar, ou por um banal acidente qualquer, eles foram esmagados antes de conseguir adaptar-se; ficaram para trás, nem começaram a aprender o alemão e a perceber alguma coisa no emaranhado infernal de leis e proibições, a não ser quando seu corpo já desmoronara e nada mais poderia salvá-los da seleção ou da morte por esgotamento. A sua vida é curta, mas seu número é imenso; são eles, os “muçulmanos”, os submersos, são eles a força do Campo: a multidão anônima, continuamente renovada e sempre igual, dos não-

homens que marcham e se esforçam em silêncio; já se apagou neles a centelha divina, já estão tão vazios, que nem podem realmente sofrer (LEVI, 1988, p. 91).

A maioria dos prisioneiros perdeu a consciência de si, já não se enxergavam como os homens que outrora foram, e, por conseguinte, perderam as esperanças de tornar a ser um homem de verdade, daqueles que ainda têm a dignidade de resistir, daqueles que ainda têm a capacidade de lutar. Ao contrário, resignados e entregues em mãos inimigas, a grande massa de prisioneiros responsável pela maior parte dos trabalhos do campo era justamente aquela que precisava ser renovada com mais frequência, submergidos pelo poder nazista e tragados pelo sistema que os escravizou, sucumbiam cedo, deixando abertas as vagas para outros tipos humanos iguais a eles, para mais mão de obra resiliente, útil, altamente descartável e potencialmente substituível. Eles ilustraram com seus rostos cansados e seu olhar de desistência, um dos mais terríveis episódios dos quais o mundo deve se envergonhar. Quando Levi diz: “No mês de agosto de 1944, nós, que havíamos chegado cinco meses antes, já estávamos entre os velhos” (LEVI, 1988, p. 118), fica clara a rapidez com que os prisioneiros eram substituídos por outros, cinco meses de sobrevivência no campo e eles já eram considerados velhos, sendo que a média de permanência no campo era de apenas três meses.

O fato de não conseguirem reagir incomoda Levi, a predisposição e a fragilidade dos prisioneiros diante de todos os acontecimentos faz com que, outras vezes mais, ele aproxime a si e aos outros dos animais: “Tivemos que suar entre a poeira e os destroços ardentes, tremer como bichos debaixo da raiva dos aviões” (LEVI, 1988, p. 120). Quando começam os ataques e os bombardeios, os prisioneiros tornam-se ainda mais vulneráveis e entregues à própria sorte, alguns conseguem enxergar nos ataques uma esperança de, talvez, alcançarem novamente a liberdade, se o campo fosse realmente destruído eles estariam livres de sua prisão, no entanto, junto com o campo, eles também poderiam ser, definitivamente, destruídos: “A maioria, porém, aguentou o novo perigo e o novo sofrimento com inalterada indiferença; não se tratava de resignação consciente e sim do torpor opaco dos animais de carga, domados à força de golpes, que já não sentem mais a dor das pancadas” (LEVI, 1988, p. 121). Nesta outra comparação feita com os animais percebemos a prostração de muitos dos prisioneiros, sua inércia diante dos fatos e do perigo que os ameaça, incapazes de demonstrar qualquer sentimento, apenas continuam fechados em suas feridas calejadas, afinal, são o “rebanho mudo acostumado à ira dos homens e das coisas” (LEVI, 1988, p. 121) e não é qualquer coisa que consegue abalar sua consternação, nem os bombardeios russos.

Nem mesmo quando é anunciado que todos os prisioneiros serão libertados no dia seguinte Primo Levi consegue sentir qualquer tipo de emoção: “Fazia muitos meses que eu já não conhecia a dor, a alegria, o temor, a não ser desse modo destacado e longínquo do Campo, que poderia chamar-se condicional: se eu tivesse agora, pensei, minha sensibilidade normal, este seria um momento extremamente emocionante” (LEVI, 1988, p. 155), mas mesmo a ideia de libertação não foi capaz de retirar a maioria dos prisioneiros de sua inércia e de seu torpor, não fazia mais diferença a prisão ou a liberdade. Mais do que desprovidos de humanidade, já não contavam mais com a própria vida. Outros, porém, guiados ainda pelo seu instinto de sobrevivência e superestimando as próprias forças, decidem marchar rumo à “liberdade”. Primo Levi tenta convencê-los da loucura que estavam prestes a fazer, mas eles o olharam e nada conseguiram responder “com olhos de bichos assustados” (LEVI, 1988, p. 156). Todo animal age por instinto, mas por certo o instinto dos animais de fato seja mais aguçado. Um bicho seria capaz de prever o perigo e agir com mais cautela nessa situação em vez de fugir sem ter forças para isso. Um animal teria recuado e se escondido, mas os homens, os dois húngaros decididos a enfrentar as muitas possibilidades de sucumbir, decidem ir, e não retornam. Por isso, pode-se concluir que a inércia chegou a salvar alguns dos prisioneiros, esses que, largados à própria sorte, não tiveram de onde tirar forças para fugir, acabaram salvos pelos russos, quando estes invadiram o campo.

Esse abandono de si mesmo acontece porque, com o tempo, o cansaço acumulado e as esperanças que se esvaem aos poucos, os prisioneiros passam a cumprir as suas tarefas de maneira totalmente mecanizada. O impulso que os move já não se sabe qual é: “Já não existe vontade; cada pulsação torna-se passo, contração reflexa dos músculos destruídos. Os alemães conseguiram isso. Dez mil prisioneiros, uma única máquina cinzenta; estão programados, não pensam, não querem. Marcham” (LEVI, 1988, p. 50). As atitudes se tornam robóticas, os seres que seguem as ordens não se importam mais com o que será feito deles, fica cada vez mais difícil de resistir.

Dizemos cansaço, mas na vida comum ninguém sente esse cansaço, que é o dos animais de tração, é cansaço acrescido de desprezo, cansaço sem saída, sem piedade por parte de quem o impõe, acompanhado da noção de inutilidade, bruto, extenuante, desprovido de finalidade. Dizemos frio, mas até o mendigo mais humilde encontra uma maneira de se cobrir de trapos, encontra um leito quente, um copo de vinho. No Campo de concentração não há defesa: passa-se a longuíssima jornada de trabalho usando algodão em meio à neve, num clima que não é o nosso, debaixo de chuva, e o sangue nas veias é frio, ralo, não dá proteção. Assim, fome, frio, cansaço desembocam facilmente em doença (LEVI, 2015, p. 97).

Primo Levi parece ter já se desligado de sua vida anterior, quando questionado sobre o tema da sua tese na universidade, ele assim descreve sua sensação: “Devo fazer um esforço violento para despertar estas sequências de lembranças tão profundamente longínquas: é como se procurasse recordar os acontecimentos de uma encarnação anterior” (LEVI, 1988, p. 109). O embrutecimento causado pela experiência no campo adormece as experiências que outrora viveram, os prisioneiros conseguem sonhar com a casa, mas, quando se volta à realidade, o sabor das lembranças se torna amargo. A consciência talvez fosse o que havia de mais difícil para conviver. Quando ela voltava a tomar conta de sua mente, Levi se sentia sufocado:

No instante, porém, em que de manhã estou livre da fúria do vento e transponho o umbral do Laboratório, aparece a companheira de todo momento de trégua, da enfermaria, dos domingos de folga: a pena de lembrar, o velho tormento feroz de me sentir homem que, logo que a consciência sai das trevas, me acua de repente como um cachorro que morde (LEVI, 1988, p. 143-144).

A lucidez, os momentos em que a fome, o frio ou a dor se tornavam menores, eram os momentos em que a consciência voltava, em que a embriaguez do sofrimento abria uma brecha para um sentimento de desconforto ainda mais profundo, a nitidez da situação em que se encontravam, o abismo no qual haviam mergulhado sem nenhuma certeza de emergir novamente, não havia nenhum indício de que aquele pesadelo acabaria.

Mas os raros momentos de parada, de ausência de dor física e desconforto, como, por exemplo, os excepcionais dias de descanso (tive somente cinco em um ano), são repletos de outro gênero de dor, não menos angustiante: a dor humana, que nasce do retorno à consciência, da percepção de quão longe está o lar, quão improvável é a liberdade, da lembrança das pessoas que estimamos, vivas e inacessíveis, ou enviadas para a morte como animais ao abate (LEVI, 2015, p. 97).

Ainda guardávamos as lembranças de nossa vida anterior, mas veladas e longínquas e, portanto, profundamente suaves e tristes, como são para todos as lembranças da infância e de tudo que já acabou, enquanto o momento de nossa chegada ao Campo marcava para cada um de nós o início de uma diferente sequência de lembranças, recentes e duras, continuamente confirmadas pela experiência presente, como feridas que tornassem a abrir-se a cada dia (LEVI, 1988, p. 118).

Esses homens já estavam mortos, de certa forma, humilhados demais e feridos demais para imaginar uma situação diferente. Tudo o que tinham vivido antes de Auschwitz parece longínquo demais, aquilo que viveram anteriormente parece um passado muito distante, que não terá mais chances de voltar, de se repetir ou de ter uma continuidade. A experiência no

campo anula os sentimentos de retorno, recuperar o que tinham ou resgatar a pessoa que eram anteriormente fica cada vez mais inimaginável.

Nosso moral coletivo é inarticulado, baixo demais para ser instável. A luta contra a fome, o frio e o trabalho deixa pouco espaço para os pensamentos, ainda que se trate de pensar nisso. Cada qual reage à sua maneira, mas quase ninguém com as atitudes que pareceriam mais razoáveis porque realistas: a resignação ou o desespero (LEVI, 1988, p. 127).

As seleções deveriam causar desespero, angústia, mas talvez eles enxerguem nelas uma solução. Continuar ali fica cada dia mais difícil e reagir diante das situações não era tarefa fácil para aquele amontoado de homens banidos da própria existência como homens. No entanto, quando um *Sonderkommando*, o *Kommando* especial encarregado das câmaras de gás e dos fornos, explode um dos fornos crematórios, Levi caracteriza o fato como uma “façanha” e, ainda que eles nunca descubram o que foi feito para realizar este ato de coragem, ele reconhece que fora uma atitude típica de poucos dos homens que sobreviviam no campo “em Birkenau, umas poucas centenas de homens, de escravos inermes e esgotados como nós, encontraram em si mesmos a força de agir, de fazer vingar os frutos de seu ódio” (LEVI, 1988, p. 151). Ou seja, a capacidade reativa e revoltosa, a vontade de fazer justiça era característica isolada de tão poucas pessoas que não chegou a servir de exemplo para inspirar os mesmos sentimentos no restante dos prisioneiros, e, muito pelo contrário, o fato de um dos coniventes do motim ser morto na frente dos outros prisioneiros serviu para amedrontar mais ainda aqueles homens cuja capacidade de lutar por qualquer coisa que fosse, já era quase nula.

De qualquer modo, Levi reconhece que o sujeito morreu como homem: “talvez os alemães não compreendam que essa morte solitária, essa morte de homem que lhe foi reservada, lhe valerá glória, não infâmia” (LEVI, 1988, p. 151). E reconhece ainda que o grito daquele homem “atingiu o âmago de nossa essência de homens”, apesar disso, ninguém conseguiu quebrar o próprio bloqueio de resignação e de inércia, a barreira que os distanciava cada vez mais de sua humanidade não fora rompida por aquele grito que dizia “Companheiros, eu sou o último” (LEVI, 1988, p. 151). Mal o homem acabara de morrer e as atividades do campo já estavam restabelecidas, os prisioneiros tornaram a marchar e voltaram “ao normal”.

Aos pés da forca, os SS nos olham passar, indiferentes. A sua obra foi concluída, e bem concluída. Os russos já podem vir: já não há homens fortes entre nós, o último pende por cima de nossas cabeças e, para os outros, poucas laçadas de corda bastavam. Os russos podem vir: só encontrarão a nós, domados, apagados, já merecedores da morte inerte que nos espera.

Destruir o homem é difícil, quase tanto como criá-lo: custou, levou tempo, mas vocês, alemães, conseguiram. Aqui estamos, dóceis sob o seu olhar; de nós, vocês não têm mais nada a temer. Nem atos de revolta, nem palavras de desafio, nem um olhar de julgamento (LEVI, 1988, p. 152).

Após esse trecho, Levi conclui que jamais serão os mesmos de antes. Ao conversar com Alberto, discutem o fato de o homem que resistiu ser feito de algum material diferente deles, dos outros prisioneiros, daqueles prisioneiros que não tiveram a mesma persistência. Seu julgamento é de que são seres inferiores, desmerecidos pela bravura daquele que fez o que todos deveriam ter tido brio para fazer. Mas “estamos quebrados, vencidos: ainda que tenhamos conseguido nos adaptar, ainda que tenhamos aprendido, por fim, a achar nossa comida e a aguentar o cansaço e o frio, ainda que um dia, talvez, regressemos (LEVI, 1988, p. 152). O que Levi denota nesta passagem não é o simples fato de terem se adaptado ao campo, mas o fato de que esta adaptação fez com que eles se tornassem homens corrompidos pela estrutura, e essa corrupção os acompanhará para sempre, estão marcados pela experiência da não vida, por isso, ainda que retornem aos seus lares, jamais conseguirão ser os mesmos de antes. Ele e Alberto sentem vergonha dessa situação, eles sentem indignação por si mesmos.

Levi mostra indignação, também, quando descobre que fora promovido a trabalhador do laboratório químico, especialista, “Não dá para entender esses alemães” (p. 141), e, ao mesmo tempo, recua, mais uma vez, diante do novo, da experiência que os espera, isso faz com que, novamente, ele compare a si e aos outros prisioneiros também escolhidos como bichos: “Entramos no Laboratório assustados, desconfiados e atrapalhados como três bichos do mato entrando na cidade” (p. 141). Era difícil aceitar que algo de bom pudesse acontecer consigo, daí o sentimento de medo e desconfiança que tomou conta dos três seres que ali se encontravam e cuja promessa de trabalho mais leve ainda os deixava incrédulos.

Primo Levi descreve um dos prisioneiros que, de certo modo, admirava por sua força e por sua determinação. Chama-o de Elias e, apesar de enaltecer este companheiro de Auschwitz por meio de diversos atributos - “trabalhador extraordinário” (LEVI, 1988, p. 98), “seu corpo serviria de modelo para um Hércules” (LEVI, 1988, p. 96) - e de falar sobre ele como alguém instigante e que chamava a atenção de todos, a impressão que resume, afinal, a imagem que Levi faz deste homem é de que ele não passava de um animal: “Nu, distingue-se cada músculo trabalhar por baixo da pele, possante e móvel como um animal com vida própria” (LEVI, 1988, p. 96); e, mais adiante: “Elias é ladrão, natural e inocentemente, com a astúcia instintiva dos animais” (LEVI, 1988, p. 98). Na verdade, Elias era como os outros, o campo de concentração moldou sua conduta como fez com os outros prisioneiros, essa era a

maneira que ele tinha de encarar a vida naquele lugar, e ninguém pode julgar, ninguém ali dentro poderia dizer que ele estava errado, Levi não seria exceção. A maioria dos trabalhadores externos também enxerga os prisioneiros do campo como animais:

Porque nós, para os de fora, somos os intocáveis. Os trabalhadores externos, mais ou menos claramente e com todos os matizes entre o desprezo e a comiseração, acham que, se fomos condenados a esta nossa vida, se estamos reduzidos a esta condição, deve ser porque temos a mancha de alguma misteriosa, gravíssima culpa. Eles nos ouvem falando muitas línguas diferentes que não compreendem e que lhes soam grotescas, como gritos de bichos; veem-nos escravizados ignobilmente, sem cabelo, sem honra nem nome, a cada dia espancados, a cada dia mais abjetos, e nunca leem em nosso olhar uma luz de revolta, de paz ou de fé. Sabem que somos ladrões e indignos de confiança, sujos, esfarrapados, esfomeados, e, trocando o efeito pela causa, julgam-nos merecedores da nossa abjeção. Quem poderia distinguir nossos rostos? (LEVI, 1988, p. 123).

Mais uma vez recaímos diante da propaganda de ódio que foi construída em torno dos judeus: as pessoas que veem os prisioneiros acreditam que estão no campo de concentração porque há algo de muito errado com eles. A imagem que eles têm dos moradores do campo já faz com que os julguem como criaturas asquerosas e envoltas por um tecido de crimes e imoralidade, talvez imaginem, ainda dentro de sua ingenuidade, que homens não seriam condenados por outros homens a tamanha barbárie se não estivessem, de alguma maneira, deturpados pelas atividades mais espúrias. A falta de reação por parte dos prisioneiros parece um forte indicativo de sua culpa: se não se defendem é porque sabem que não são inocentes, e, desse modo, quem enxerga aqueles homens vestindo um uniforme listrado, nem sempre se compadece diante deles.

[...] isso não impede que muitos deles nos joguem, de vez em quando, um pedaço de pão ou nos confiem (após a distribuição da “sopa para trabalhadores externos”, na fábrica) as suas gamelas para raspar e devolver limpas. São levados a isso para não continuar sentindo sobre si algum importuno olhar faminto, ou por um momentâneo impulso de humanidade, ou pela simples curiosidade de nos ver disputando um com o outro o naco de comida como bichos, sem pudor, até que o mais forte engula e os demais vão embora frustrados, claudicantes (LEVI, 1988, p. 123).

Ou seja, a solidariedade vinda dos trabalhadores externos pode não ser em função de comoção ou compadecimento diante da situação triste e desesperadora dos prisioneiros, mas, mais uma maneira de zombar de suas condições miseráveis, mais uma maneira de rebaixá-los e de humilhá-los sem sentir culpa ou vergonha, porque, afinal, eles não são dignos de atos de compaixão, nem de pena, nem tampouco de remorso. Também por parte dos superiores, não

existe nenhum tipo de receio em rechaçar e pisotear os prisioneiros, seus súditos: “Quando chego ao seu lado, Alex, sem ódio nem escárnio, esfrega em meu ombro a mão, a palma e o dorso, para limpá-la” (LEVI, 1988, p. 110). Neste trecho está explícito o fato de que para o alemão é algo comum limpar as mãos na roupa de um prisioneiro, sua atitude parece até um tanto instintiva, de usar o judeu para alguma coisa. Esse menosprezo pelos trabalhadores do campo está diretamente arraigado ao ódio pregado contra eles, ao rebaixamento que sempre sofreram e à estigmatização de “raça detestável” e merecedora de um destino cruel.

Estamos fora, cada qual retoma a sua alavanca. Resnyk retrai a cabeça entre os ombros, calca o boné até as orelhas, olha para o céu baixo e cinzento de onde redemoinha a neve impiedosa: - *Si j’avey une chien, je ne le chasse pas dehors*. (Se tivesse um cachorro, não o mandaria para fora.) (LEVI, 1988, p. 70).

Nesta passagem, a impressão que fica para o leitor é a sensação de que Resnyk, um dos prisioneiros, se vê em condição pior do que a de um animal, menor, menos importante do que um cachorro. Ele teria piedade do bicho, mas os nazistas não tiveram piedade deles quando ordenaram que trabalhassem fora, na neve, no frio do mais severo inverno. O rebaixamento e os desmandos que sofrem desumanizam os prisioneiros ao ponto de eles mesmos já se enxergarem como as piores criaturas, como aqueles seres que não merecem existir porque são sujos, porque estão manchados, porque são prisioneiros de Auschwitz e isso basta para que estejam em situação bem abaixo do fundo.

Os personagens destas páginas não são homens. A sua humanidade ficou sufocada, ou eles mesmos a sufocaram, sob a ofensa padecida ou infligida a outros. Os SS maus e brutos, os *Kapos*, os políticos, os criminosos, os “proeminentes” grandes e pequenos, até os *Häftlinge* indiscriminados e escravos, todos os degraus da hierarquia insensata determinada pelos alemães estão, paradoxalmente, juntos numa única íntima desolação (LEVI, 1988, p. 124).

No excerto acima Levi inclui, dentro de um mesmo círculo, todos os seres que habitavam o campo de concentração, como se, apesar de representarem diferentes patamares de influência, no fundo acabassem sendo todos iguais, pertencentes ao mesmo nível de gente sem humanidade, todos perderam suas características de homem. Os comandantes nazistas queriam causar mais dor e sofrimento, e visavam a destruição e a humilhação de seus semelhantes. De acordo com Freud (2011), “o pendor à agressão é uma disposição de instinto original e autônoma do ser humano [...] a civilização tem aí o seu mais poderoso obstáculo” (p. 67-68). Se, como afirma este autor, os homens têm esta inclinação à agressividade como algo que faz parte de seu instinto, quando essa agressão é, não só autorizada como também

incentivada, seus efeitos são, por exemplo, os atos desumanos contra os seres que habitaram Auschwitz. Aqueles que cumpriam as ordens nazistas foram influenciados a pensar como carrascos e, assim, contribuir com o projeto maligno de seus superiores na hierarquia nazista. Os prisioneiros perderam sua humanidade por todos os motivos que elencamos, que, resumidamente são: perda da capacidade de pensar e agir como homens, perda da capacidade reativa diante dos fatos mais atrozes e perda de seus princípios éticos e morais, da qual trataremos a seguir. Enfim, todos estavam destituídos de sua humanidade e afastados dos princípios que os faziam homens, que os faziam humanos.

Todorov (1995), também nos fala desse processo de transformação pelo qual passaram todos os envolvidos em Auschwitz. A esse processo ele dá o nome de despersonalização: “A transformação das pessoas em não-pessoas, em seres animados, mas não humanos, nem sempre é fácil. Apesar dos princípios ideológicos, diante de um indivíduo concreto pode-se ter dificuldade em superar uma resistência interior” (p. 199). Por isso, para ele, entra em ação uma série de técnicas de despersonalização para que o carrasco consiga “esquecer” a humanidade dos seres que serão aniquilados, tais como: despir as vítimas, que é um modo de condená-las a animais; fazê-las viver em meio aos próprios excrementos; fazê-las sentir fome para estarem todo o tempo em busca de comida e privá-las de nome. Portanto, primeiro a imagem das vítimas, bem como seu comportamento, são aproximados aos dos animais para que, depois, os SS possam enxergá-los, de fato, como animais, e sua tarefa de destruí-las seja menos culposa (p. 199-200). Estas técnicas de despersonalização já existiam, dispersas, nas prisões e nos hospícios. O nazismo as articulou e deu-lhes a característica de um sistema. Ainda para Todorov (1995):

Os detentos não são os únicos a sofrer o processo de despersonalização; no sistema totalitário e nos campos em particular, os guardas tendem para o mesmo estado, embora seguindo outros caminhos. A finalidade do sistema é transformar cada um em peça de uma imensa máquina de modo que ele não seja mais senhor de sua vontade. Os guardas prestam testemunho dessa transformação, dizendo que se submetem às ordens, que consideram a obediência como seu dever; não se dão conta de que tal submissão implica sua própria despersonalização, pois aceitaram fazer de si próprios meios, e não um fim (p. 204).

Valendo-se do pressuposto de que apenas cumpriam ordens, os guardas se eximiam de culpa e da responsabilidade pelos atos que cometiam, no entanto, “um ser que apenas obedece às ordens não é mais uma pessoa” (TODOROV, 1995, p. 205), e isso indica que eles também sofreram o processo de despersonalização, também sofreram o processo de transformação

moral que os privou do *status* de homens. Os SS argumentavam que não possuíam culpa por serem apenas submissos às ordens de outros, porém, a culpa não é algo remissível, não há nada que justifique ou que amenize o horror de seus atos.

Um outro prisioneiro a ser descrito por Primo Levi é Henri, para quem “para fugir à destruição existem três métodos que o homem pode aplicar continuando digno do nome de homem: o ‘jeito’, a compaixão, o roubo” (LEVI, 1988, p. 100). Henri criou suas próprias artimanhas para se manter vivo, mas elas incluem enganar, tirar proveito de outros homens, ele manobra, ludibria, e assim ele conseguiu protetores que os ajudaram; Henri também criou esse personagem para evitar as câmaras de gás, talvez ele não agisse assim se as situações não o obrigassem. No entanto, pela maneira como age, ele não consegue atingir seu objetivo de continuar a ser homem. Henri usa de artifícios que não lhe permitem ser situado dentro da categoria de homem, não na de homem justo, correto, seguidor das leis e dos bons princípios éticos e morais. Henri continuou vivo e sobreviveu ao campo, mas teria ele continuado a ser um homem? Não, Henri também não é um homem.

Mesmo a fraternidade e a solidariedade, última força e esperança dos oprimidos, desaparecem nos Campos de concentração. É uma luta de todos contra todos: o primeiro inimigo é seu vizinho, que cobiça seu pão e seus sapatos, cuja mera presença lhe rouba um palmo de catre. É um estrangeiro que compartilha seus sofrimentos, mas está distante: o que você lê nos olhos dele não é amor, e sim inveja, se sofre mais, ou medo, se sofre menos do que você. A lei do campo o transformou num lobo: e você mesmo precisa lutar para continuar homem (LEVI, 2015, p. 133).

Primo Levi enfatiza que os interesses individuais prevaleciam, interesses esses muito compatíveis com o período que se estava vivendo, a modernidade: “Aqui a luta pela sobrevivência é sem remissão, porque cada qual está só, desesperadamente, cruelmente só” (LEVI, 1988, p. 89). O interesse por se aliar com pessoas mais fortes também é bastante comum, pois os mais fracos não oferecem nenhuma vantagem e nada mais fazem além de lastimar pela situação. Com os “muçulmanos” não se deve perder tempo com nenhum tipo de relação. Alguns prisioneiros que se mostravam cruéis o suficiente para encher os olhos dos SS conseguiam alcançar bons cargos e, exercendo funções especiais e prejudicando os prisioneiros de seu mesmo povo, conseguiam ficar mais longe das câmaras de gás; os judeus capazes de fazer intrigas e mentir para conseguir bons cargos eram os chamados “proeminentes”, neles, os princípios morais foram devorados pela necessidade de sobreviver, ainda que desse modo deixe de sobreviver neles qualquer instinto de colaboração, de sensibilidade.

São o típico produto da estrutura do Campo de Concentração alemão: basta oferecer a alguns indivíduos em estado de escravidão uma situação privilegiada, certo conforto e uma boa probabilidade de sobrevivência, exigindo em troca a traição da natural solidariedade com os companheiros, e haverá por certo quem aceite. Ele será subtraído à lei comum e se tornará intangível; será, então, tanto mais odioso e odiado quanto maior for o poder a ele concedido. Quando lhe for confiado o comando de um grupo de infelizes, com direito de vida e morte sobre eles, será cruel e tirânico, bem sabendo que, se não o for bastante, outro, julgado mais idôneo, tomará seu lugar. Acontecerá, ainda, que a sua capacidade de odiar, frustrada frente aos opressores, se volte, insensatamente, contra os oprimidos; ele ficará satisfeito ao descarregar sobre seus subordinados a ofensa que recebeu de seus chefes (LEVI, 1988, p. 92).

Os valores morais, a todo tempo postos à prova, esvaem-se aos poucos em função das circunstâncias. Os prisioneiros que já estão desolados pelo horror que vivem em um ambiente que os destrói como seres humanos já não sabem como discernir entre o que pode ser considerado “correto” ou “incorreto”, o que existe frente a seus olhos é a chance de se manterem vivos ou não, portanto, a realidade os desobriga de qualquer convenção moral e de qualquer compromisso com uma conduta ética:

Não acreditamos na dedução mais óbvia e fácil: de que o homem é essencialmente brutal, egoísta e estulto, como pareceria demonstrar o seu comportamento ao ruir toda a estrutura social, e que portanto o *Häftling* é somente o Homem sem inibições. Preferimos pensar que, quanto a isso, pode-se chegar apenas a uma conclusão: frente à pressão da necessidade e do sofrimento físico, muitos hábitos, muitos instintos sociais são reduzidos ao silêncio (LEVI, 1988, p. 88).

Nesta passagem, Levi como que “justifica” o instinto de colaboração com o sistema, o qual pode ser notado em muitos dos prisioneiros judeus. Ele não os defende, mas, de certa maneira, tenta compreender o comportamento de alguns tipos humanos que habitaram o campo de concentração. A maneira de reagir frente a uma situação drástica varia muito, no entanto, nenhuma deve ser condenável dentro de um sistema cuja premissa era eliminar. Para Levi, ainda, no campo “não há criminosos nem loucos: não criminosos, porque não existe uma lei moral a ser violada; não loucos, porque somos programados; cada ação nossa é, neste tempo e neste lugar, claramente a única possível” (LEVI, 1988, p. 99). A reação traidora ou mesmo a falta de reação são possibilidades de resposta que o ser humano tem a dar quando imerso em uma situação chocante e que exige de seu poder de discernimento muito mais do que ele é capaz de compreender. Para sobreviver em Auschwitz era preciso não só enfrentar a fome, o frio e a violência, era preciso:

sufocar toda dignidade, apagar todo vestígio de consciência, ir à luta, brutos contra brutos, deixar-se guiar pelas insuspeitadas forças ocultas que sustentam as estirpes e os indivíduos nos tempos cruéis. [...] A não ser por grandes golpes de sorte, era praticamente impossível sobreviver sem renunciar a nada de seu próprio mundo moral; isso foi concedido a uns poucos seres superiores, da fibra dos mártires e dos santos (LEVI, 1988, p. 93-94).

Levi aprendeu, após quinze dias de campo, que para sobreviver naquele lugar seria necessário perder alguns de seus valores: “Aprendi a não deixar que me roubem; aliás, se vejo por aí uma colher, um barbante, um botão dos quais consiga tomar posse sem risco de punição, embolso-os, considero-os meus, de pleno direito” (LEVI, 1988, p. 35). Ou seja, após poucos dias de convivência dentro do inferno que representava sua prisão, Levi já não considera como ilícito o ato de afanar bens que não lhe pertencem, aquilo que consegue é seu, foi ele quem encontrou, foi ele quem correu o risco de tomar posse do objeto e, portanto, ele pode usufruir desse objeto sem nenhuma crise de consciência. Ele mesmo agiu individualmente, sem sentir remorso pelo colega que pode ter sido selecionado em seu lugar: “René passou na frente da comissão logo antes de mim, poderiam ter trocado as fichas. Penso nisso, falo com Alberto, sim, a hipótese é verossímil; ainda não sei o que vou pensar disso amanhã e depois; hoje, essa hipótese não desperta em mim nenhuma emoção” (LEVI, 1988, p. 130).

Mas os sentimentos dentro do campo se confundem, o que se pensa e sente pode mudar a qualquer momento, a instabilidade emocional ocasionada pelo sofrimento e pela tortura faz com que sua mente oscile todo o tempo. Levi sabe que um colega pode ter sido condenado ao gás em seu lugar e não se ressentir por isso; logo após, ele se ressentir pelo fato de ver um colega que não foi escolhido durante a seleção rezar para agradecer sua permanência naquele inferno onde viviam, enquanto um outro colega, muito mais novo, olha fixamente a lâmpada com a certeza de que morrerá no dia seguinte. Diante da situação, Levi se mostra indignado com a reza daquele que foi salvo: “Não compreende que aconteceu, hoje, uma abominação que nenhuma reza propiciatória, nenhum perdão, nenhuma expiação, nada que o homem possa fazer, chegará nunca a reparar? Se eu fosse Deus, cuspiria fora a reza de Kuhn” (LEVI, 1988, p. 132). O horror do campo de extermínio invalida ou anula a crença em Deus e sua onipotência. A imagem presente em “Se eu fosse Deus, cuspiria fora a reza de Kuhn” parece indicar ou sugerir que o que se vive no campo de extermínio está fora da circunscrição a Deus. Logo, a reza, aí, se converte em ofensa ao próprio Deus. Mas e ele (Primo Levi), não deveria agradecer pelo fato de não ter sido escolhido? Não deveria ser

grato, se, de fato, sua ficha fora trocada com a do colega, muito mais apto do que ele próprio a continuar no campo? Acontece que quando a situação acontece com os outros, a consciência parece falar mais alto do que quando acontece consigo.

Todavia, Levi nos descreve passagens e experiências que indicam que ainda havia dentro deles o mínimo senso de coletividade e de companheirismo, o que nos induz a pensar que eles não foram completamente animalizados pela estrutura que os queria destituídos de qualquer sentimento que não fosse o horror, o egoísmo, a prostração e a cega obediência a um sistema que os oprimia até o fundo, até que não pudessem mais resistir: “As réstias de luz tornavam-se esperança; e, no ambiente onde o homem se reduzia a um bicho, fermentavam traços de humanidade” (MEDEIROS, 2009, p. 178). Houve uma demonstração de afeto de um companheiro de Levi, logo na chegada ao campo: Schlome abraça Levi depois de uma conversa que tiveram, foi ele quem recebeu Levi “no umbral da casa dos mortos” (LEVI, 1988, p. 29). Um exemplo de solidariedade foi o fato de Schmulek, companheiro de enfermagem de Primo Levi, ter deixado para ele a colher e a faca assim que recebeu sua sentença de que não poderia voltar a trabalhar. Alberto também é, para Levi, um exemplo de homem, seu melhor amigo no campo, e alguém que ele admira muito.

Há, ainda, Lourenço, trabalhador externo que ajudou Levi durante seis meses, sem pedir nada em troca, somente porque ele era “simples e bom e não pensava que se deve fazer o bem a fim de receber algo em troca” (LEVI, 1988, p. 121). Levi assume que deve a Lourenço o fato de estar vivo, não somente pelos benefícios que este lhe oferecia, mas por manter nele a crença de que pessoas boas existem em um mundo tão sórdido onde habitam pessoas como as que os condenaram à morte sem terem cometido nenhum crime: “Graças a Lourenço, não esqueci que eu também era um homem” (LEVI, 1988, p. 124). Por fim, cabe mencionar ainda Charles e Arthur, os franceses que estiveram junto a Levi depois que o campo foi abandonado pelos alemães e fortemente atacado pelos russos, foi com a ajuda deles que Levi conseguiu suportar os últimos dez dias no campo e, finalmente, retornar para casa como um sobrevivente.

Toda aquela arquitetura do campo de concentração era estratégica, a animalização daqueles homens não seria possível se não contasse com os estratagemas sórdidos que as mentes nazistas foram capazes de projetar. A tecnologia, a ciência, o conhecimento adquirido por meio da era moderna que se vivia estava todo a serviço do plano diabólico de destruição de seres humanos: “o ato que edifica o campo de concentração é tipicamente moderno, posto em ação através do uso da racionalidade instrumental, do cálculo, da logística, da previsibilidade, das técnicas de controle populacional, do progresso das armas de destruição e

do militarismo” (ZUIN, 2009, p. 398). Essa destruição dos seres humanos acontece não só no sentido de extinção (morte física), mas no sentido mais doloroso, de condenação, da transformação em bichos (morte como gente). Quando, finalmente, essa estrutura vem abaixo, quando o campo de concentração começa a ser destruído, acontece o processo reverso, ou seja, agora os “animais” tornam a ser “homens”:

Ainda um dia antes, esse acontecimento seria inconcebível. A lei do Campo mandava: “Come teu pão e, se puderes, o do vizinho”, e não havia lugar para a gratidão. Isso significava que o Campo estava mesmo acabado.

Foi o primeiro gesto humano entre nós. Acho que poderíamos marcar naquele instante o começo do processo pelo qual nós, que não morremos, de *Haftlinge* voltamos lentamente a ser homens (LEVI, 1988, p. 162).

Primo Levi e os amigos franceses, Charles e Arthur são os menos doentes da enfermaria onde ficaram concentrados nos últimos momentos de sobrevivência no campo, eles supriram as necessidades de seu bloco e, por isso, os outros doentes passaram a ser mais condescendentes com eles, chegando a mostrar gratidão. Essa é a prova de que o campo, arrasado pelos bombardeios russos, estava liquidado, não só sua arquitetura caiu, caiu também o que toda aquela estrutura representava, de modo que os valores morais, que ali dentro não faziam mais sentido, retornam e passam a ter fundamento, o processo agora é de personificação, de ressocialização. A ruptura do campo representou, também, a ruptura da falta de princípios, da falta de solidariedade, da falta de humanidade. Primo Levi não quis mudar de quarto, ir para um onde correria menos riscos de contaminação, justamente porque ali onde estavam “alguns laços já uniam os onze doentes do *Infektionsabteilung*” (LEVI, 1988, p. 162). Foi possível que aqueles homens, mesmo perante uma situação tão extrema, criassem vínculos de solidariedade e de companheirismo. A presteza com que Charles tomava conta de todos os doentes de seu mesmo quarto impressiona:

Charles saiu da cama e vestiu-se em silêncio. Enquanto eu segurava a luz, ele cortou fora, com a faca, todas as partes sujas do colchão e dos cobertores; levantou Lakmaker do chão com cuidado maternal, limpou-o como pôde com palha retirada do colchão, colocou-o de volta na cama, na única posição na qual o coitado podia deitar; raspou o chão com um pedaço de chapa, dissolveu um pouco de cloramina; por fim salpicou tudo com desinfetante, inclusive a si próprio (LEVI, 1988, p. 169).

Quando um dos doentes, Sómogyi, percebe que não aguentará mais ele avisa aos amigos que tem uma ração de pão debaixo do colchão e pede que a dividam entre si, Levi, Charles e Arthur não disseram que não, porém, não tiveram coragem de comer o pão. Nota-se

que a consciência e as regras morais passam a fazer sentido novamente, o sentimento de compaixão ainda habita dentro daqueles homens tão torturados justamente pela falta deste sentimento. “À noite, ao redor da estufa, Charles, Arthur e eu sentimos, ainda uma vez, que tornávamos a ser homens. Podíamos falar de tudo. Empolgava-me o que dizia Arthur de como passava os domingos em *Provençères*, nos *Vogues*” (LEVI, 1988, p. 173). Aos poucos conseguem se lembrar de casa e da vida de antes sem sentir aquele aperto no peito e aquela dor que sentiam antes, toda vez que lembravam de casa e de como eram as coisas antes de passarem pela transformação ocasionada pela convivência no campo. “Não é humana a experiência de quem viveu dias nos quais o homem foi apenas uma coisa ante os olhos de outro homem. Nós três ficamos em grande parte imunes a isso e por essa razão nos devemos gratidão recíproca. Minha amizade com Charles resistirá ao tempo” (LEVI, 1988, p. 173-174).

Ficaram, “em grande parte”, imunes à própria coisificação, mas não completamente, porque quando uma pessoa conhece Auschwitz, jamais está imune a coisa alguma, torna-se propenso a ser o que quiserem que seja e a realizar os atos que julgam necessários. A experiência, o sofrimento, a dor que viveram permanecerá incrustada em sua memória, será como uma chaga que corrói, dia após dia, o seu interior. Foi essa chaga que instigou Primo Levi e outros sobreviventes a testemunharem os episódios dos quais jamais conseguirão se libertar, bem como os leitores de suas obras.

Viajamos até aqui nos vagões chumbados; vimos partir rumo ao nada nossas mulheres e nossas crianças; nós, feito escravos, marchamos cem vezes, ida e volta, para a nossa fadiga, apagados na alma antes que pela morte anônima. Não voltaremos. Ninguém deve sair daqui; poderia levar ao mundo, junto com a marca gravada na carne, a má nova daquilo que, em Auschwitz, o homem chegou a fazer do homem (LEVI, 1988, p. 55).

Em um dos momentos que Levi chegou a pensar que não retornaria para casa ele deixa clara sua opinião a respeito do massacre do qual participou como vítima não fatal. Ele mostra, neste trecho, sua indignação com o fato de ter sido o próprio homem o carrasco que condenou outros homens às condições mais precárias de existência. Foi o homem, munido da pesada artilharia moderna, que conseguiu destruir outros milhares de homens após escravizá-los e extrair deles suas últimas forças. O homem que viveu em Auschwitz nunca mais será o mesmo que entrou, os que tiveram a grande sorte de deixar o mausoléu nazista, como Primo Levi, jamais conseguirão prosseguir sua vida sem olhar para trás, a sombra de Auschwitz estará sempre perseguindo sua memória, sua paz, sua capacidade de compreensão do mundo e dos outros seres humanos.

Chega-se ao fundo da barbárie, e esperamos que isso seja visto e lembrado como uma aberração e que não volte a se repetir nem no mais longínquo futuro. A esperança de todos os homens é que essas imagens sejam vistas como um fruto horrendo, porém isolado, da tirania e do ódio: que se identifiquem suas raízes em grande parte da história sangrenta da humanidade, mas que o fruto não dê novas sementes, nem amanhã nem nunca (LEVI, 2015, p. 134).

Primo Levi preocupou-se e alertou a humanidade, por meio de sua obra, a respeito do perigo de reincidência de eventos como o holocausto. O autor pretendia criar uma consciência moral nos leitores de sua obra, torná-los conhecedores da catástrofe que se pretendia camuflada pelas autoridades e, ao mesmo tempo, criar neles um dever moral de impedir que a sociedade voltasse a viver o período negro de sua história. No entanto, conforme nos alerta Zuin, 2009:

o modelo de Auschwitz foi recriado no Vietnã, no Camboja, como também na “terra de ninguém” dos campos de refugiados da África, na Palestina, na ex-Iugoslávia, na Itália e, atualmente, no interior das bases militares estadunidenses no Afeganistão, no Iraque e em Guantánamo. Desde o final da segunda guerra mundial, as deportações, os genocídios, as atrocidades, os crimes de guerra, os crimes contra a humanidade não diminuíram; ao contrário, as guerras de agressão e as violações dos direitos fundamentais do homem aumentaram, provocando êxodos populacionais e centenas de milhões de vítimas (p. 417).

A sociedade continua a sofrer com os excessos e os abusos governamentais; Auschwitz não foi o primeiro evento considerado um atentado contra a humanidade, também não foi o último. Continuamos a ser vítimas da falta de respeito, da falta de pudores, da discriminação e do ódio que causam a destruição dos homens. O passado não pode e não deve ser esquecido, justamente porque se repete, insistentemente, no presente; e assim continuará a ser enquanto a estrutura for a mesma, alguém dá ordens de maneira incisiva, outros as recebem e as cumprem, e os demais assistem, apáticos, convencidos de que não há nada a ser feito.

É cada vez maior a arbitrariedade das políticas nacionais e internacionais em marcha: legitimação da tortura; sevícias, mutilações, mortes de civis dentro dos cárceres; políticas de detenções de civis que ignoram as leis internacionais; criação em escala de novos campos de confinamento; contínuas violações de tratados internacionais e dos direitos do homem (p. ZUIN, 2009, p. 418).

Assim, longe de estarmos assistindo ao fim do Estado-Nação, embora estejamos assistindo a uma transformação das estruturas da política e

dos aparatos normativos, os acontecimentos da atualidade revelam um aumento da capacidade do Estado de um controle simultâneo e acurado dos cidadãos especialmente em virtude das novas tecnologias (ZUIN, 2009, p. 419).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É isto um homem?, não é só um livro, é também um documento histórico, pois registra acontecimentos que revelam não só a experiência de um prisioneiro judeu, mas revelam a grandiosidade de um plano cruel de extermínio. Primo Levi tinha a intenção de “dar túmulo aos mortos”, conforme nos diz Seligmann-Silva; ele deu voz àqueles que concluíram o ciclo do planejamento nazista e foram eliminados. Isso não quer dizer que a intenção de seu livro seja a de se vingar dos carrascos nazistas, até porque isso jamais seria possível, porém Levi pretende expor o que aconteceu, tornar seu leitor um conhecedor dos fatos da maneira como se deram e não da maneira que as pessoas são levadas a acreditar que aconteceram.

O próprio título da obra é uma pergunta, Levi quer saber as impressões do leitor, será que os seres descritos são realmente homens? Será este o tratamento que deve ser conferido a um ser humano? Isto não é um homem, pois um homem jamais deveria passar pelo que passaram os prisioneiros de Auschwitz, sua degradação é a marca daquilo que não deve ser vivido por ninguém. Não é um homem porque um homem tem direito a se defender, tem direito à vida, tem direito de escolha. A brutalidade atingiu seu apogeu nos campos de concentração, a desgraça dos prisioneiros foi causada por outros homens, mas e esses que orquestraram o extermínio, seriam eles homens? Não pode ser considerado homem aquele que não enxerga o outro com dignidade e que não o trata de maneira humana. Não é homem o ser que não se compadece diante do sofrimento. Não é homem aquele que cumpre ordens como se fosse uma máquina. Não é homem aquele que fecha os olhos para a verdade.

Levi questionou o que é um homem é nós devemos nos fazer essa pergunta em muitos outros âmbitos. Todo o tempo nos deparamos com não-homens em uma sociedade egoísta, machista e segregacionista. O prisioneiro de Auschwitz foi desumanizado pois deveria trabalhar feito um animal e sem reclamar. Isso acontece até hoje, os funcionários de grandes e pequenas empresas devem realizar o seu trabalho sem questionar as ordens de seus patrões, cada pessoa realiza um trabalho específico, sem saber qual o resultado final de sua ação e sofre todo o tempo com a ameaça de perder o emprego e ser substituído por outro funcionário mais apto, mais jovem ou que seja mais robotizado.

Nos campos de concentração os prisioneiros amontoavam-se em pequenos espaços. Hoje, nos presídios, o número de prisioneiros excede o limite e eles também se amontoam dentro das celas. Os carrascos nazistas usavam da violência para controlar os prisioneiros e, hoje, podemos ver a violência excessiva praticada por policiais. Em Auschwitz, morria-se mesmo sem ter culpa, hoje, em nossa sociedade, todo o tempo temos notícias de inocentes sendo mortos por agressores ou por bala perdida. O nazismo perseguiu e condenou os homossexuais à morte, atualmente essa perseguição ainda existe, os homossexuais ainda sofrem preconceito e são estigmatizados, chegam mesmo a sofrer agressão física nas ruas e em lugares públicos.

Não estamos vivendo em Auschwitz, porém o terror dos campos de concentração não se esgotou. O medo do que um homem pode fazer a outro homem não cessou. Portanto a narrativa de Levi não deve ser encarada como algo que ficou no passado, pois no presente ainda vemos resultados de abuso de poder, de tratamento desigual, de preconceito e de ódio racial. O próprio homem ainda desconhece os limites de sua humanidade e, talvez o questionamento deixado pelo livro seja uma alternativa para enxergar esses limites: É isto um homem?

REFERÊNCIAS

ACOCELLA, J. A hard case. **The New Yorker**, v. 78, n. 62. Disponível em <<http://search.proquest.com/docview/233164945?accountid=8112>>. Acesso em 15 de outubro de 2013.

ADORNO, T. W., HORKHEIMER, M. Elementos do Antissemitismo: Limites do Esclarecimento. In: _____. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p. 139-171.

ARENDT, H. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ASSAMAN, A. History, memory, and the genre of testimony (The Holocaust). **Poeticstoday**, v. 27, p. 261-273, 2006.

BATTISTINI, A. Literatura e ciência no século XX italiano. **Revista de Letras**. São Paulo, v.50, n.2, p.259-283, jul./dez. 2010.

BAUMAN, Z. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BENJAMIN, W. **Charles Baudelaire. Um lírico no auge do capitalismo.** Obras Escolhidas Volume III. Trad. de José Carlos Martins Barbosa; Hemerson Alves Baptista São Paulo: Brasiliense, 1989.

BERMAN, M. **Tudo o que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. Trad. de Carlos Felipe Moisés; Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FREUD, S. **O mal-estar na civilização.** Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

GAGNEBIN, J.-M. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história.** Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GUINZBURG, J. **Linguagem e trauma na escrita do testemunho.** Conexão Letras, Porto Alegre, v. 3, p. 61-66, 2008.

GUMBRECHT, H. U. **A modernização dos sentidos.** Trad. de Lawrence Flores Pereira. São Paulo: Editora 34, 1998.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade:** doze lições. Trad. de Luiz Sérgio Repa; Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HAISKI, V. de A. Os limites éticos da representação: narrativas da Shoah. **Nau Literária:** crítica e teoria de literaturas, Porto Alegre, v. 10, n. 01, p. 180-189, jan./jun. 2014.

ITINERÁRIOS. Araraquara: Programa de Pós-graduação em Estudos Literários, v. 22 (Literatura e História), 2005, p. 1-269.

_____. Araraquara: Programa de Pós-graduação em Estudos Literários, v. 23 (Literatura e História), 2005, p. 1-269.

KERTÉSZ, I. **A língua exilada.** Trad. de Paulo Schiller. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

LE GOFF, J. **História e memória.** Trad. de Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1990.

LEFEBVRE, H. **Introdução à modernidade.** Trad. de Jehovanira Chrysóstomo de Souza. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1969.

LEVI, P; BENEDETTI, L. **Assim foi Auschwitz:** testemunhos 1945-1986. Trad. de Frederico Carotti, São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LEVI, P. **É isto um homem?** Trad. de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LEVI, P. **Os afogados e os sobreviventes.** Trad. de Luiz Sérgio Henriques. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MACIERA, A. C. **Primo Levi:** ciência, técnica e literatura. 2014. Tese (Doutorado em Língua e Literatura Italiana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8148/tde-15042015-152720/>>. Acesso em 06 de agosto de 2015.

MARCO, V. de. A Literatura de Testemunho e a Violência de Estado. **Lua Nova**, n. 62, p. 45-68, 2004.

MAUREEN, T. On the Charge of Memory Auschwitz, Trauma and Representation. **Arcadia**, v. 45, p. 297-306, 2011.

MAURO, C. F. de C. Ciência e literatura na Itália do Século XX. **Artefactum – Revista de Estudos em Linguagem e Tecnologia**. Ano III, n. 2, jul., 2010.

_____. O mito de Ulisses em *Se questo è un uomo*. **Revista de Letras**. São Paulo, v. 52, n.1, p. 37-49, jan./jun. 2012.

MEDEIROS, J. B. **Murmúrios na escuridão**: a voz quase inaudível do sobrevivente Primo Levi em *É isto um homem?* e *A trégua*. 2009. Tese (Doutorado em Teoria da Literatura) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em <<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/1893/1/409583.pdf>>. Acesso em 25 de maio de 2017.

MELLO E SOUZA, N. **Modernidade**: desacertos de um consenso. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

MORETTI, F. **Signos e Estilos da Modernidade**. Ensaaios sobre a sociologia das formas literárias. Trad. de Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PAZ, Octávio. **Os filhos do barro: do romantismo à vanguarda**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

PEIXOTO, N. B. **A sedução da barbárie**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

REICH, W. **Psicologia de massas do fascismo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

RICOUER, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007.

TERCEIRA MARGEM. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Letras, ano VI, n. 7, 2002, p. 1-142.

SELIGMANN-SILVA, M. Literatura de Testemunho: os limites entre a construção e a ficção. **Revista Letras**, n. 16, jan./jun., 1998.

SELIGMANN-SILVA, M.; NESTROVSKI, A. **Apresentação da questão**: A literatura do trauma. In: ____ (org.). **História, Memória, Literatura**: O testemunho na Era das Catástrofes. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. p. 45-58.

_____. **Catástrofe e Representação**. São Paulo: Escuta, 2000.

_____. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicol. clin.** v. 20, n. 1., p. 65-82, 2008.

_____. **O local da diferença.** Ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução, São Paulo: Editora 34, 2005.

_____. **Testemunho da Shoah e Literatura.** Disponível em <<http://texsituras.files.wordpress.com/2010/03/testemunho-da-shoah-e-literatura-seligmann-silva.pdf>>. Acesso em 18 de novembro de 2013.

TODOROV, T. **Em face do extremo.** Campinas: Papirus, 1995.

VALLE, E. G. História, Memória e Literatura de Testemunho: uma análise do Holocausto na obra de Primo Levi. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História– ANPUH**, São Paulo, p. 1-13, 2011.

ZUIN, J. C. S. Sobre Primo Levi e os espaços de exceção no século XX. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.14, n.27, p. 397-421, 2009.

TERMO DE REPRODUÇÃO XEROGRÁFICA

Autorizo a reprodução xerográfica do presente Trabalho de Conclusão, na íntegra ou em partes, para fins de pesquisa.

São José do Rio Preto, 25 / 09 / 17

Elaine Afonso

Assinatura do autor